

ISSN 0100-199X

ANPOCS

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

36

Neste Número:

**Sociologia das Profissões
Ciências Sociais e Profissionalização
no Brasil
Rio de Janeiro: Historiografia
e Fontes**

RELUME



DUMARÁ

O **BIB** — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Charles Pessanha (UFRJ, IUPERJ)

Guita Grin Debert (UNICAMP)

Ilse Scherer-Warren (UFSC)

Lourdes Sola (USP)

Lúcia Lippi de Oliveira (CPDoc-FGV)

Miguel W. Chaia (PUC-SP)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP
Tel.: (011) 818-4664
Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição
RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 542-0248
Fax : (021) 275-0294

Impresso no Brasil

Editoração Eletrônica
MMFREIRE – Editoração e Arte

Sumário

A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto	3
María Lígia de Oliveira Barbosa	
As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro	31
María da Glória Bonelli	
O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975	63
Marieta de Moraes Ferreira	
Teses e Dissertações	89
IV Encontro de Editores Científicos: Documento Final	107

Colaboraram neste número:

Maria da Glória Bonelli é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos –DCS– UFSCar; e pesquisadora do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo – Idesp.

Maria Lígia de Oliveira Barbosa é professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais – DSA-UFMG.

Marieta de Moraes Ferreira é professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IFCS/UFRJ; e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – Cpdoc/FGV.

A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto

Maria Lígia de Oliveira Barbosa

Este artigo pretende fazer uma análise crítica da produção teórica na área de Sociologia das Profissões, procurando enfatizar a importância dos princípios de estruturação da sociedade vinculados à profissão. Busca desenvolver uma ótica que torne evidente os processos pelos quais um tipo específico de grupo social se constitui num dos agentes essenciais de formatação de determinados padrões de sociabilidade, de organização das relações sociais. Chama-se a atenção aqui para o caráter de estruturação específica que as profissões fazem do mundo social. O objetivo é mostrar que o seu poder criativo vai além da sua capacidade de definir os problemas a resolver, atingindo uma dimensão mais ampla, em que o chamado "projeto de profissionalização" é visto como projeto de implementação de princípios específicos de organização e divisão do mundo social.

Este tema, fundante da Sociologia clássica, vem se transformando para se constituir num campo de estudos que incorpora contribuições dos mais diversos autores. Dois eixos principais de análise compõem o núcleo do que se pode denominar genericamente Sociologia das Profissões: a delimitação e posicionamento dos grupos profissionais e a coesão ou unicidade interna das profissões. Os dois temas articulam-se na problemática da forma de constituição dos grupos sociais em geral e do caráter de seu agenciamento sobre a estrutura da sociedade. A especificidade das profissões como grupos sociais dirige o foco da nossa atenção para o ideal de serviço e o profissionalismo. Cada uma das abor-

dagens nas Ciências Sociais contribui a seu modo para a definição deste campo teórico que é muito vasto e às vezes contraditório. Os autores não serão tratados como entidades isoladas, cujas obras devam ser criticadas como um bloco, mas como contribuições à constituição de uma temática, de uma metodologia.

O texto desenvolve-se, pois, em torno de uma temática abrangente: a questão de *se e como a profissão* vem a ser um princípio de constituição e hierarquização dos grupos numa sociedade. Em outros termos, pode-se perguntar pelo que distingue uma profissão enquanto grupo social, ou em que medida se pode falar de um espaço social específico caracterizado por relações cujo fundamento é a profissão. A existência deste espaço pode se evidenciar de várias formas: no peso relativo que as profissões possam ter no direcionamento de tendências estruturais da sociedade; ou no seu papel na definição das possibilidades de poder, ou de posições de mercado, ou ainda de formas de diferenciação ou de distinção social para grupos e indivíduos.

Problemas de Fronteira

Durkheim e a Divisão do Trabalho Social

Numa França marcada por um século de conflitos potencialmente disruptivos da ordem social, a temática das profissões surge como um dos principais elementos fundadores da Sociologia de Durkheim. Este autor

elegeu a integração social como principal problema de investigação sociológica (Parsons, 1977) e atribuiu aos grupos profissionais um papel essencial na organização integrada das sociedades modernas. As crises por que passava a sociedade francesa são atribuídas ao fato de o rápido desenvolvimento econômico do país nos últimos dois séculos não ter gerado o desenvolvimento paralelo de normas morais que pudessem regulamentar o novo estado das relações sociais.

“Uma regulamentação moral ou jurídica exprime essencialmente necessidades sociais que apenas a sociedade pode conhecer: assenta num estado de opinião, e toda a opinião é coisa coletiva, produto de uma elaboração coletiva. Para que a anomia cesse, é preciso assim que exista, ou se forme, um grupo onde se possa constituir o sistema de normas que atualmente falta. Nem a sociedade política no seu conjunto, nem o Estado, podem evidentemente cumprir esta função; a vida econômica, porque é muito especial e se especializa cada dia mais, escapa à sua competência e à sua ação. A atividade de uma profissão não pode ser regulamentada eficazmente senão por um grupo bastante próximo desta mesma profissão para lhe conhecer bem o funcionamento, para lhe sentir todas as necessidades e poder seguir todas as suas variações. O único que responde a estas condições é aquele que todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo formariam. É o que se chama a corporação ou grupo profissional” (Durkheim, 1984, p. 12).

Definidos a partir de uma divisão do trabalho de caráter mais técnico ou econômico, os grupos profissionais ganham importância para a vida social pelas suas qualidades morais, pelas possibilidades que encerram de assegurar a unidade social, pelas funções integrativas que possam desempenhar. Este tipo de enfoque privilegia a função em detrimento da delimitação dos grupos, deixada de lado pela tecnicidade que lhe é atribuída. Mas, se não se pode negar a grandeza da obra de Durkheim, é impossível não reconhecer, atrás do sociólogo, os traços do reformador social. Característica, aliás, que ele

partilhava com outros autores do período que, “preocupados com a moralização da vida profissional, enfatizavam a integração ética que produzia (ou deveria produzir) um ou outro tipo de institucionalização da divisão do trabalho, de forma a limitar ou fazer desaparecer os conflitos de classe” (Chapoulie, 1973, p. 91).

O Funcionalismo

Esta primeira abordagem da vida profissional gerou frutos mais alentados a partir dos estudos norte-americanos sobre o funcionamento e a história das associações profissionais, elaborados desde o início do século XX. Mas é com Parsons, Merton e seus discípulos que se constitui a tentativa mais completa nesta área, que se parte para “construir os princípios de coerência do conjunto de características das profissões, isto é, uma teoria do funcionamento, senão da gênese, dos grupos profissionais” (Chapoulie, 1973, p. 91).

Para Parsons, “profissões são sistemas de solidariedade cuja identidade se baseia na competência técnica de seus membros, adquirida nas instituições educacionais e científicas” (Paixão, 1988, p. 4). Esta definição nos aproxima do Parsons preocupado com a teoria da ação, mas antes disso devemos compreender a importância sistêmica atribuída por ele ao complexo profissional.

Com o desenvolvimento das sociedades modernas, as profissões passaram a ocupar um lugar central no sistema ocupacional e dominaram os diversos tipos de discussão pública. Não sendo nem capitalistas, nem trabalhadores, nem administradores governamentais típicos ou burocratas, os profissionais formam grupos de fronteiras fluidas mas poderiam ser distinguidos por alguns critérios. São portadores de treinamento técnico formal, com validação institucional da adequação deste treinamento e da competência do indivíduo treinado. São indivíduos que possuem um domínio sobre a racionalidade cognitiva — tomada em sentido mais amplo, quase uma “cultura geral” — aplicável a um campo específico. Além do domínio

de uma certa tradição cultural, eles desenvolvem uma habilidade especial. Outro critério distintivo relevante, segundo Parsons, seria o controle da profissão sobre o uso socialmente responsável dessas qualificações.

O ponto de partida para o entendimento da situação das profissões é sua localização no sistema cultural. Historicamente, a possibilidade da profissão institucionalizar-se significativamente, constituindo vínculos mais estreitos no interior do sistema social, foi dada pela ancoragem no sistema cultural, em expansão constante e firme nas sociedades modernas (Parsons, 1968, p. 543). O conhecimento adquire maior centralidade e as universidades e instituições de pesquisa, mais desenvolvidas pela expansão do sistema cultural, tornam-se o centro da estrutura institucional das profissões, de onde elas se irradiam em duas direções principais, gerando dois tipos de profissionais: dentro do próprio sistema cultural, com a institucionalização das disciplinas intelectuais; e na criação de formas de aplicação prática dessas disciplinas no sistema social.

A centralidade conferida por Parsons ao conhecimento tem duas conseqüências principais. A primeira delas é dar uma importância desproporcional, talvez, ao ramo acadêmico das profissões. A própria divisão entre ramos — acadêmico e prático —, englobando neste último uma série imensa de tipos de trabalho diferenciados, é sintoma da desproporcionalidade. Esta questão, no entanto, exige uma quantidade maior de dados empíricos para ser discutida. A segunda conseqüência diz respeito à lógica interna de evolução dos complexos profissionais. Por originarem-se de um processo de diferenciação produzido a partir de uma matriz religiosa primária, as disciplinas profissionais enfrentariam dois desafios. No plano acadêmico, a necessidade de se diferenciarem e, ao mesmo tempo, manterem prestígio e autoridade autônomos em relação ao campo religioso. No plano prático, a dificuldade de penetrarem em áreas anteriormente resolvidas pelo senso comum sem a intervenção de “personagens especiais”.

Tendo chegado a este ponto, que me parece crucial para uma análise estrutural das profissões, Parsons faz “uma ampliação significativa do ‘lado weberiano’ (e, portanto, voluntarista) da teoria geral, às expensas da fidelidade ao coletivismo durkheimiano — diminui o peso explicativo de dimensões como ‘valores comuns’ sobre a integração sistêmica, ao mesmo tempo em que se amplia o espaço teórico da escolha racional de alternativas comportamentais.” (Parsons, 1988, p. 5). Esta inflexão na sua trajetória teórica faz com que, mesmo mantendo a preocupação com a profissão como elemento estrutural importante na sociedade moderna, Parsons detenha-se no enfrentamento do “dilema representado pela oposição entre ‘racionalidade’ privada e ‘interesse público’ como motivações para a ação individual”. (Parsons, 1988, p. 4). Novamente, os grupos profissionais são importantes, agora por outro motivo. Pela sua distância das organizações burocráticas, a prática profissional tende a ser mais próxima do sistema de guildas e portadora de um maior *status*. Sendo assim, os profissionais tenderiam a apresentar dois tipos de orientação nas suas ações: um ideal de serviço que os distinguiria dos negociantes orientados para o mercado, e um padrão associativo diferente daquele existente nas organizações burocráticas e daquele mais orientado para o mercado (Parsons, 1968, p. 543). A ação profissional torna-se interessante como objeto na medida em que supera a oposição entre os dois pólos orientadores mencionados acima.

A problemática das profissões passa a girar em torno das orientações dos atores e a relação médico-paciente pode ser considerada um modelo do tipo de análise que vai se tornando típica entre os funcionalistas: médico e paciente têm seus papéis normativamente definidos e seus atributos podem ser expressos em termos das variáveis-padrão.

Mas, ainda que o lado weberiano seja privilegiado — “boa parte da análise da relação médico-paciente aponta para a escolha racional de meios por indivíduos particulares para obter objetivos escolhidos deliberada-

mente” — Rhoads chama a atenção para o fato de que

“Doença e psicoterapia tornam-se mecanismos de controle que limitam o desvio e reintegram o desviante. Elas são portanto, de acordo com Parsons, processos que contribuem para a função integrativa da sociedade, mantendo as pessoas em seus papéis. Neste contexto, Parsons fala do ‘equilíbrio motivacional do sistema social’ (...) Para além da análise da perspectiva dos atores, Parsons identifica aspectos não planejados da relação”(Rhoads, 1991, p. 100).

Segundo Rhoads, poderíamos identificar motivações existentes mas não-reconhecidas que permitiriam atribuir à psicoterapia funções latentes para o controle social. A admissão de funções latentes pressuporia assumir a sociedade como ator coletivo, diferente dos seus membros, que realizariam funções integrativas no interesse da própria sociedade.

Controvérsias à parte, podemos dizer que, reduzidas às suas características essenciais, a teorização parsoniana atribui às profissões uma posição intersticial na estrutura social, razão do tipo de orientação coletivista dos profissionais. Mas, além disto, os profissionais realizam a mediação entre as necessidades individuais e as necessidades funcionais, contribuindo assim para a regulação e o controle que permitiriam o melhor funcionamento possível do sistema. Como mostra Chapoulte (1973), este tipo de abordagem leva ao estudo dos grupos profissionais neles mesmos, sem qualquer referência à sua posição na estrutura social e às suas relações com outros grupos. Parece-me, entretanto, que Parsons chega bem perto de uma análise que incorpora esse tipo de questão quando coloca os problemas enfrentados pelas diversas profissões devido à origem disciplinar comum (filosofia religiosa). Resta saber por que não foi além.

Não há dúvidas, do ponto de vista do funcionalismo, quanto às possibilidades de que a profissão seja princípio definidor e hierarquizador dos grupos sociais. Na realidade, é o grande princípio fundador de todas as diferenças, eixo organizador das sociedades

modernas. Mas, além de Parsons, outros teóricos merecem ser analisados, especialmente Davis e Moore, na medida em que seu pensamento corresponde a um certo senso comum. O texto desses autores, “Alguns Princípios de Estratificação” (1971), é um dos mais conhecidos. Nele os grupos profissionais são diferenciados pelas funções que exercem e hierarquizam-se pelo grau de necessidade que o sistema tem deles. Na tentativa de tornar mais acessível o modelo parsoniano, Davis e Moore introduziram um complicador, o conceito de necessidade num sentido mais substantivo. Para o caso das profissões, caberia perguntar sobre o modo como se define esta necessidade, teórica e metodologicamente, mas também social e historicamente (como faz Melvin Tumin, 1967).

A linha mais puramente parsoniana de análise das profissões foi recuperada recentemente no trabalho de Andrew Abbott (1988), *The System of Professions*. Neste estudo, o autor retoma as idéias centrais de Parsons, formulando uma definição das profissões (grupos ocupacionais exclusivos que aplicam conhecimento mais ou menos abstratos a casos particulares) e de suas inter-relações nos mesmos moldes. O conhecimento ocupa o mesmo lugar central na explicação.

“Minhas questões de fundo dizem respeito à evolução e às inter-relações entre as profissões e, mais generalizadamente, às formas pelas quais os grupos ocupacionais controlam o saber e a qualificação. A evolução das profissões resulta das suas inter-relações, que são determinadas pelo modo como esses grupos controlam saber e qualificação” (Abbott, 1988, p. 8).

Para Abbott, a principal característica distintiva das profissões seria o grau de abstração do conhecimento que elas controlam. É através da abstração que se pode diferenciar a competição interprofissional daquela que se realiza entre as ocupações em geral. O fator que habilitaria uma profissão a sobreviver no sistema seria o grau de abstração dos conhecimentos que ela monopoliza, mas este grau é variável no tempo e no espaço. “O que importa é abstração efetiva o sufi-

ciente para competir num contexto histórico e social particular” (Abbott, 1988, p. 9).

Da mesma forma que seu antecessor, Abbott tem na prática médica o modelo da profissão: o trabalho profissional consistiria em diagnosticar, teorizar e curar o problema (Abbott, 1988, p. 40). Como Parsons, para ele a evolução das disciplinas é o fundamento das mudanças no sistema profissional. Abbott, no entanto, introduz o conceito de *jurisdição*, que me parece representar um avanço substantivo. Jurisdição seria o laço que se estabelece entre o grupo profissional e a área de conhecimento sob seu controle. Cria-se, assim, um vínculo conceitual mais social que técnico dentro do sistema profissional e abrem-se possibilidades para a compreensão do processo conflituoso, de luta mesmo, pela monopolização dos espaços profissionais. Dois limites, contudo, devem ser apontados nesta abordagem. Em primeiro lugar, a divisão entre as diversas jurisdições é feita a partir de critérios puramente técnicos, vinculados à lógica da evolução da disciplina correspondente, criando dificuldades para uma incorporação adequada e abrangente deste conceito. Além disto, há uma pressuposição tácita de que a divisão social do trabalho refere-se a um conjunto de tarefas definidas que podem mudar de mãos mas não podem ser criadas, de que o conjunto/sistema não se expande. Perde-se aqui um ponto essencial, que é o da criação de necessidades sociais a partir da própria atuação dos agentes.

Um dos elementos centrais nos processos de monopolização das áreas de saber e de utilização deste monopólio como recurso de negociação na sociedade é o *poder*, conceito-chave entre os teóricos de linha weberiana, que analisaremos mais adiante. Antes disto, é importante conhecer a crítica fenomenológica, que inclui os funcionalistas de modo geral.

A Crítica Fenomenológica do Funcionalismo

O desenvolvimento acelerado da pesquisa empírica sobre as profissões, abordan-

do as práticas cotidianas de diversas ocupações, acabou levando a uma crítica severa dos pressupostos contidos no modelo parsoniano. Trabalhos como os de Becker (1952), sobre professores, de Hall (1948), sobre médicos, ou de Rueschemeyer (1965), sobre advogados, ofereceram uma base sólida para o questionamento da adequação do modelo funcionalista para analisar outras profissões além da Medicina.

De modo geral, estes estudos mostraram que “as demandas e as características sociais dos consumidores dos serviços produzidos pelos profissionais condicionam o *status* social e a realização das tarefas por estes mesmos profissionais” (Chapoulié, 1973, p. 94). Cai por terra a idéia, tão central para Parsons, da neutralidade afetiva das profissões devido à sua posição intersticial.

Se a crítica da etnometodologia e do interacionismo foi útil no sentido de mostrar, através de farto material empírico, a realidade das práticas profissionais, deve-se apontar, no entanto, os limites desta abordagem que

“(…) tende a colocar a questão dos sistemas simbólicos em termos de mera comunicação, como se os agentes sociais fossem senhores dos significados que eles mesmos produzem e mobilizam no processo de interação. Ao se dispor a enxergar a realidade do ponto de vista do ator, privilegiando assim a questão do significado das ações sociais, este trajeto minimiza os aspectos macrossociológicos em favor das estratégias de interpretação, tipificação e rotulação a que o ator recorre nos processos interativos com que se defronta” (Micali, 1987, p. IX).

Certamente, a questão do ator estará em pauta mais adiante, mas é preciso antes estruturar o seu campo de ação. O próximo tópico retoma o problema da posição das profissões na estrutura social, agora não em termos de sua função, mas das relações de poder que se constroem em torno delas.

Poder e Saber Mercado e Monopólio

A necessidade de discutir o poder real das profissões na estrutura social foi de-

monstrada pelos trabalhos da etnometodologia mas foi teorizada pelos autores de formação weberiana. Nesta abordagem, que é muito ampla e, provavelmente, a mais conhecida e utilizada, a incorporação da divisão social do trabalho como fundamento da existência dos grupos profissionais é mediada pela categoria *poder*. É difícil fazer generalizações sobre os estudos produzidos nesta perspectiva — mesmo porque o próprio conceito de poder é construído de forma distinta em cada autor —, mas é evidente, entre eles, um maior grau de “historicidade” quando comparados aos funcionalistas. O núcleo das análises, neste caso, é a profissionalização, isto é, o processo pelo qual certas áreas de competência, delimitadas pela divisão do trabalho, são monopolizadas por determinadas categorias de trabalhadores. A luta pelo monopólio, pela constituição de um mercado razoavelmente fechado e protegido, é a marca distintiva das profissões enquanto grupos sociais.

A abordagem weberiana acentua uma tendência da Sociologia das Profissões: a passagem do estudo do papel apropriado de cada profissão (marca do modelo funcionalista) à análise da profissionalização como fenômeno pertencente à dimensão da desigualdade social como relação de poder, para a qual o conceito de *status* é essencial. Em consequência, o processo de profissionalização é visto como luta/usurpação da honra, prestígio etc., e as guildas medievais tornam-se um parâmetro, mesmo que de caráter negativo, para a caracterização dos grupos profissionais.

As categorias centrais nesta abordagem — poder, mercado, monopólio —, de inspiração nitidamente weberiana, definem um campo analítico em que se destacam dois pólos. Num deles temos uma ênfase na dimensão cognitiva, como é o caso de Freidson ou Larson. No outro pólo, a ênfase é dada à dimensão organizacional ou institucional do processo de profissionalização, como no trabalho de Starr. Esta polarização existe apenas como ênfase diferenciada, pois os

elementos da dimensão cognitiva ou institucional estão presentes em todos os autores.

Larson e a Constituição do Mercado

Magali Sarfati Larson e Eliot Freidson formam o núcleo do setor mais substancialista do modelo em questão. Para esses dois autores, o controle sobre uma determinada área do saber é o elemento essencial para a organização de um grupo profissional. Há uma grande proximidade entre os dois e o seu enfoque tem sido a base para boa parte da Sociologia, das Profissões produzida no Brasil.

Larson (1977) analisa o processo histórico de ascensão do profissionalismo enquanto forma distinta de organização social. Segundo esta autora, com o fortalecimento das profissões inaugura-se uma nova forma de desigualdade estrutural. Tendo como referencial o livro de Karl Polanyi, *A Grande Transformação*, Larson mostra que as mudanças por que passou a sociedade moderna fizeram com que o mercado se tornasse a instância fundamental nesta sociedade. Paralelamente a isso, há também uma mudança na forma de estruturação do conhecimento e de sua relação com as outras instâncias, transformando-se o saber, a posse de uma qualificação qualquer, em uma propriedade tipicamente moderna. A partir dessas duas definições mais gerais, vincula-se o estudo das profissões à compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade e, em especial, à problemática dos intelectuais e sua posição na estrutura social.

“(…) quando consideramos sociedades de classe, o desenvolvimento de papéis e funções especializadas é amplamente determinado pela estrutura de desigualdade da qual é inseparável: dependente da distribuição desigual de riqueza, poder e conhecimento, a institucionalização das funções especializadas contribui, ela mesma, para a distribuição desigual de competências e recompensas” (Larson, 1977, p. 2).

Nas sociedades de classe, todo conjunto de conhecimentos e práticas, bem como os frutos de sua aplicação, é potencialmente

monopolizável pelos seus criadores-possuidores. Desde a época dos grandes impérios, na Antiguidade, há uma íntima associação entre as pequenas elites letradas e o consumo de serviços especializados. No caso dos serviços médicos, universalmente necessários, há uma nítida separação entre os “especialistas para a elite” e os “práticos”, para clientelas mais populares. Esta distinção torna-se clara com o surgimento das universidades medievais: a associação com a Igreja ajudou a construir a aura de mistério em torno do conhecimento esotérico das profissões e o uso do latim inscreve este ensino no círculo das elites. Do seu lado, os “práticos” aparecem organizados em guildas de ofício, fortalecendo suas organizações com o desenvolvimento dos centros urbanos e, diferentemente dos ramos mais elevados da sua especialidade, atuando primariamente para um mercado de serviços, com uma orientação fortemente comercial.

A rigidez das formas de estratificação vigentes nas sociedades pré-industriais não permitiu que se unificassem regiões da divisão social do trabalho que, sendo tecnicamente próximas, estavam socialmente muito distantes, como é o caso dos cirurgiões (da guilda dos barbeiros e açougueiros) e dos clínicos (que, na Inglaterra, eram cavaleiros com certificado concedido pela autoridade real). Com o surgimento do capitalismo industrial e sua posterior evolução para a forma corporativa, as profissões foram compelidas a se organizar em torno do princípio geral do capitalismo — o mercado. A dissolução das formas de legitimidade particularistas — como das profissões educadas do período anterior — obrigou a que se organizassem ou se reconstruíssem mercados profissionais competitivos: as profissões deveriam unificar as áreas correspondentes da divisão do trabalho em torno de princípios que só seriam homogêneos se fossem universais e autônomos, isto é, definidos por critérios profissionais e independentes da caução, externa e tradicional, do *status*. A credibilidade e a legitimidade das profissões fundam-se numa base monopolística dife-

rente e mais extensa: a pretensão de controle exclusivo sobre uma *expertise* superior.

A partir deste quadro, Larson define o profissionalismo como um projeto coletivo de mobilidade social articulado em torno de um determinado tipo de conhecimento, cujo monopólio permite controlar um mercado definido. Trata-se de um processo que busca um duplo monopólio: da *expertise* no mercado e do *status* no sistema de estratificação. Este projeto pode ser entendido como uma “tentativa de traduzir uma ordem de recursos escassos — conhecimentos especiais e qualificação — em outra — recompensas econômicas e sociais” (Larson, 1977, p. XVII).

Os Diferentes Papéis do Saber

O ponto de partida da análise de Freidson (1986) é a relação entre criação, transmissão e aplicação do conhecimento formal e o poder. Para superar a dualidade entre democracia e tecnocracia a que esta relação acaba conduzindo (quando analisada de uma perspectiva que vincula a aplicação e criação do conhecimento ao desenvolvimento dos processos de burocratização e racionalização), Freidson procura entender o papel do saber institucionalizado no mundo a partir dos seus agentes e portadores:

“Como pode o conhecimento estabelecer uma relação conseqüente com o mundo cotidiano? Para ter algum impacto sobre o mundo natural ou social o conhecimento precisa dispor de agentes ou portadores humanos e o impacto que ele tem é influenciado, em parte, pelas características desses agentes. Assim, não se pode entender o papel do conhecimento formal no nosso mundo sem entender as características daqueles que o criam e aplicam” (Freidson, 1986, p. 9).

Para identificar esses agentes — chamados intelectuais, técnicos, profissionais, *experts* ou *intelligentsia* —, Freidson analisa os meios de obter os recursos materiais que permitem a algumas pessoas tornarem-se agentes do conhecimento. Nas sociedades modernas, este procedimento faz com que

esses agentes sejam identificados com os membros das profissões. Sendo assim,

“permanece o problema de delinear a posição das profissões que lhes dá acesso ao poder, o complexo institucional que cria e sustenta esta posição e as atividades pelas quais se pode dizer que os profissionais exercem o poder” (*idem*, p. 16).

Segundo Freidson, as profissões podem ser definidas pelo fato de que seus membros são submetidos, em graus variados, à educação superior e ao conhecimento formal que ela transmite. Considerando a relação das profissões com o exercício do poder, deve-se acrescentar que elas são ocupações nas quais a educação é pré-requisito para o emprego em determinadas posições. Estamos aqui diante de um sistema de credenciamento que funciona como mecanismo de exclusão, criando um nicho do mercado de trabalho exclusivo dos membros da profissão. Sendo assim, o sistema de produção de credenciais é o elemento central para a análise das condições institucionais que permitem às profissões exercer o poder.

A análise do sistema de ensino superior como produtor de credenciais é feita a partir da obra de Collins (1979). Mas Freidson adianta que as credenciais, por si só, não são suficientes e que é necessário controlar o mercado também pelo lado da demanda: os profissionais são vistos como *gatekeepers*. De alguma forma, mas principalmente através da ação do Estado, cria-se a obrigatoriedade de se utilizar o trabalho de um profissional para que se tenha acesso a um bem ou serviço no mercado. O autor assinala ainda que a imagem do profissional liberal clássico, atuando independentemente no mercado, não é mais representativo da realidade. A imensa maioria dos profissionais precisa de empregos e passa a depender, portanto, de um mercado interno de organizações que possam atrair clientes. Diante disto, para controlar o seu mercado, esses profissionais necessitam intervir ou influenciar as políticas da organização, e isto pode ser feito através do sistema de credenciamento institucional. É este sistema que vincula o mercado e a educação. Sua principal função é estabelecer

um conjunto sistemático de sinalização de mercado que sirva de base para credenciar instituições de ensino superior e seus alunos. Este processo de sinalização produz também uma estrutura de empregos que, além de reservar aos profissionais as diversas formas de trabalho cotidiano que lhes são tecnicamente atribuídas, destina também a eles as posições gerenciais e de supervisão.

A partir do sistema de credenciamento institucional, cuja base é a criação e transmissão do conhecimento formal, Freidson discute toda uma série de questões que compõem a pauta principal da Sociologia da Profissão: o declínio do profissionalismo, pelo assalariamento dos profissionais; a autonomia técnica e o controle sobre o trabalho; gestão e controle burocráticos; as formas de organização dos grupos profissionais; representatividade e diferenciação interna. Tudo isto será referido à relação da profissão com o conhecimento que ela monopoliza e aos efeitos que a transformação nesse conhecimento formal tem sobre o seu modo de existir. O saber institucionalizado, fonte de poder nas sociedades modernas, é o eixo em torno do qual giram as explicações para a posição dos grupos profissionais na estrutura social, os mecanismos de monopolização do mercado, as formas de organização interna e a atuação do grupo.

A análise de Freidson constrói-se em torno da importância do conhecimento formal e do papel legitimador que a ciência assume nas sociedades modernas. O elemento essencial de mediação entre a divisão das tarefas e a existência de um grupo profissional é o sistema de credenciamento. Deste ponto de vista, o autor estabelece diferenças e explica as relações de conflito no interior da profissão. As diferentes formas de acesso/controlado do saber produzem três categorias: pesquisadores/professores, técnicos (*rank and file*) e administradores. Freidson esclarece também a posição de poder do profissional em relação ao leigo. Mas não é possível estender esta análise para compreender as diferenças entre as diversas profissões, para explicar um padrão de desi-

gualdade estrutural que identifique as especificidades de cada profissão. Temos apenas a explicação para o posicionamento, na estrutura social, do sistema profissional como todo.

O Saber Unificado como Mercadoria

O foco no mercado profissional conduz, no estudo de Larson, à explicação das possibilidades diferenciadas de cada tipo de conhecimento, de sua *marketability*, enfatizando o papel do sistema de ensino na produção de um saber unificado, condição essencial para a fundação do mercado. Se para Freudson o saber é fundamento para a diferenciação no interior da profissão, para Larson, os diversos tipos de saber produzem diferenças entre as profissões, pois o tipo de conhecimento que cada profissão detém determina possibilidades diferenciais no processo de unificação do campo profissional e no uso de recursos organizacionais. Como já se disse anteriormente, esta autora analisa a monopolização do mercado como projeto coletivo de mobilidade social. Neste processo, a base cognitiva — o seu conteúdo mesmo — é essencial porque, segundo a autora, “o mercado tem de ser produzido”. Isso significa que os próprios produtores têm de ser produzidos, pois sua mercadoria é intangível e eles têm de ser adequadamente treinados e socializados de modo a poderem oferecer serviços no mercado. Como os mercados anteriores eram inexistentes ou não unificados, ou ainda instáveis, é necessário definir padrões comuns para essa mercadoria e para as necessidades que ela atende. Cada tipo de conhecimento específico oferece chances desiguais aos seus portadores.

Este outro lado do mercado, a definição de padrões para as necessidades que as profissões atendem, implica uma dupla tarefa para os grupos profissionais: de um lado, o “convencimento ideológico” — a autora não trabalha a fundo esta questão, indicando apenas que “(...) a persuasão ideológica depende, em última instância, de um deslocamento mais geral da sociedade em direção a um novo universo simbólico” (Larson, 1977,

p.14) — e, de outro, a eliminação de concorrentes fora deste padrão estabelecido, o que é feito em bases legais, com o auxílio do Estado. Finalmente, a criação do mercado e a padronização da mercadoria estão vinculados a uma outra questão que é a da busca de garantias para o investimento e o sacrifício implicados na educação do produtor. O mercado se produz também pela instituição de padrões de recompensas adequados aos diversos grupos.

Em todas as fases da criação e monopolização do mercado, a dimensão cognitiva teve um papel crucial:

“(...) criar mercados profissionais exigiu, como em qualquer outro caso, estabelecer credibilidade social ou, parafraseando Durkheim, criar as bases não-contratuais do contrato. Em razão da competição preexistente, esta tarefa demandou a criação de dispositivos protetores fortes e semi-monopolistas. Devido à natureza única dos produtos e ao fato de que o seu valor de uso para o público era incerto, pois era um produto novo, o controle tinha que ser estabelecido, inicialmente, no ‘ponto de produção’: os provedores de serviços tinham que ser controlados de modo que se pudessem padronizar e, assim, identificar a ‘mercadoria’ que eles ofereciam. Para isso, a base cognitiva foi crucial. O tipo de conhecimento que cada profissão poderia reivindicar como distintivamente seu foi, portanto, um fator estratégico de variação no seu esforço organizacional” (Larson, 1977, p. 15).

O monopólio ou a exclusividade cognitiva sobre determinada área foi negociado, primeiro, pelas associações profissionais e, mais tarde, pelas instituições de ensino, através de instrumentos como o licenciamento, o exame de qualificação, o diploma e, finalmente, o treinamento determinado por um currículo formal unificado.

O processo de unificação do campo cognitivo ocorre paralelamente e o conhecimento passa pelas mesmas etapas por que passam as disciplinas científicas no modelo de Kuhn (1978): a formalização do paradigma permite que se definam os contornos do grupo pela exclusão dos que não praticam o modelo puro desse saber. A unifica-

ção da Medicina americana é exemplar, segundo a autora. No período pré-paradigmático, antes que se estabelecesse um modelo oficial de saber profissional, a dialética entre indeterminação e codificação do conhecimento expressava os conflitos internos pelo controle do projeto organizacional e do mercado profissional. Ao se produzirem critérios comuns de validação e credibilidade, expressos neste modelo, há um avanço substantivo na direção de um mercado unificado. Além disto, a produção de uma base científica comum cria um princípio de legitimidade duplamente eficaz: qualifica a profissão a reivindicar filiação ao principal sistema de validação e legitimação no mundo moderno, que é a ciência, e permite criar um critério de exclusão dos concorrentes que se mostra objetivo e imparcial, pois científico.

Todas as dimensões envolvidas na criação e organização do mercado são dependentes do tipo de conhecimento com que lida a profissão. É o conteúdo desse conhecimento que define a *marketability*, a necessidade que o mercado tem da profissão. É este o critério fundamental para definir a posição de mercado de cada grupo e, portanto, a sua posição nas relações de poder.

Esta capacidade reguladora atribuída ao saber e à racionalidade científica, que percorreria toda a sociedade a partir da Escola Superior, merece uma discussão mais aprofundada. Tanto funcionalistas quanto weberianos transformam o título universitário em medida suprema de todas as hierarquias sociais. Este é o sonho de toda profissão, com seus ideais meritocráticos e de competência, mas tanto o lugar central da ciência no mundo moderno quanto a possibilidade de os grupos profissionais estruturarem as relações sociais têm sido objeto de controvérsia entre cientistas sociais, como veremos mais à frente.

O Saber como Autoridade Cultural

Entre os autores weberianos existe um outro núcleo de análise que procura entender o fenômeno profissional pelo ângulo das

formas organizacionais. Neste núcleo pode-se destacar Paul Starr, que, no seu estudo sobre a história da Medicina nos EUA, coloca em evidência o processo conflituoso de construção da autoridade cultural dos médicos. Esta última é definida como uma forma de autoridade que se refere

“(...) à probabilidade de que definições particulares de realidades e julgamentos de significado e valor devam prevalecer como válidas e verdadeiras” (Starr, 1982, p. 13).

O autor diferencia autoridade cultural de autoridade social e mostra o processo histórico através do qual os médicos se organizam para se constituírem como portadores de um certo tipo de legitimidade. Nesta abordagem, relega-se a dimensão cognitiva a um plano subordinado à dimensão social, desnaturalizando as relações profissionais. A “naturalização” feita pelo funcionalismo e mesmo por alguns outros autores weberianos dissimula as variações possíveis na forma de divisão social do trabalho no interior de uma mesma formação social, ignorando a diversidade de princípios definidores dos ofícios, produto dessas variações da base da divisão do trabalho e dos diferentes mecanismos de constituição das identidades sociais. Diante da multiplicidade de categorias jurídicas, administrativas e até “de fato” associadas às atividades exercidas pelos grupos profissionais, nas abordagens anteriores deixa-se de lado a questão dos elementos que se interpõem entre a divisão técnica das tarefas e a institucionalização dos grupos sociais conhecidos como profissões (ver Chapoulie, 1973).

Para explicar como um determinado grupo profissional conseguiu estabelecer elevados níveis de poder econômico e influência política, Starr define o seu argumento a partir de três premissas fundamentais: (1) a construção da soberania profissional dos médicos é processo histórico-estrutural; (2) a organização dos serviços médicos, como de qualquer instituição, dá-se num contexto em que se cruzam determinações das instâncias política, econômica e social; e (3) o problema da soberania profissional exige uma aborda-

gem que incluía tanto as questões organizacionais quanto culturais. Por isto, o estudo procura entender o desenvolvimento da autoridade cultural da profissão médica e a conversão desta autoridade em controle de mercados, organizações profissionais e políticas governamentais.

Nesta abordagem, como na de Larson ou Freidson, a existência da comunidade profissional baseia-se na possibilidade de compartilhar um certo saber. Mas, diferentemente do funcionalismo, as análises weberianas ressaltam o caráter de luta pela monopolização deste saber como fator estruturante da profissão, estabelecendo o *poder* como mediação fundamental entre lugares na divisão do trabalho e a existência de grupos sociais. No seu setor mais substancialista, no entanto, há uma tendência a enfatizar o papel do conhecimento na definição dos grupos. A dimensão cognitiva, como já se assinalou, acaba assumindo um peso muito grande, principalmente no que diz respeito às possibilidades de legitimação do lugar social e da ação desses grupos.

Ao centrar sua atenção nos processos de monopolização e unificação de áreas distintas da divisão do trabalho pelas profissões, alguns autores deixam de lado o papel criativo ou limitativo que os grupos organizados exercem sobre o conhecimento, sobre estas mesmas áreas. Sobre este ponto, o estudo de Starr é fundamental, pois mostra como, ao criar seu monopólio, os profissionais podem direcionar a produção do saber nesta área, tanto no seu conteúdo quanto nas metodologias, definindo inclusive outras clientelas para os seus serviços. Neste caso, inverte-se o argumento, pois procura-se conhecer os efeitos da institucionalização do grupo sobre o conhecimento monopolizado por ele. Do ponto de vista de Starr, as diferentes *marketabilities* das profissões (Larson) seriam produzidas pelo fato de que certos grupos seriam mais capazes que outros de estabelecer ou impor suas posições no quadro das necessidades sociais, ou, nos termos do autor, de impor sua autoridade cultural. (Esta assimilação é problemática mas volto a ela: im-

por autoridade cultural é o mesmo que estruturar padrões sociais de necessidades?)

Toda a argumentação até aqui, em que os autores citados procuram delimitar fronteiras que separem as profissões dos outros grupos sociais ou que definam critérios para diferenciar grupos profissionais uns dos outros, teve como pressuposto a idéia de uma certa homogeneidade interna das profissões. Na próxima seção procurarei mostrar como se estabelece este conceito e o questionamento de que foi objeto.

A Comunidade Profissional

A idéia de que as profissões sejam grupos homogêneos é pressuposto essencial da sociologia durkheimiana. Cabe ao grupo profissional a tarefa de socializar os seus membros, inculcando neles os valores da consciência coletiva de caráter essencialmente moral. E se a sociedade foi fragmentada pela divisão social do trabalho, as profissões passam a existir como comunidades morais. Tomando como modelo as corporações medievais, Durkheim inclui num mesmo grupo profissional os patrões e empregados de um mesmo ramo, destacando que este constituiu, historicamente, um meio ambiente moral para os seus membros:

“(...) regras precisas fixavam, para cada ofício, os deveres respectivos de patrões e operários, assim como os deveres dos patrões uns para com os outros. (...) todos eles são inspirados pela preocupação, não de uns ou outros interesses individuais, mas do interesse corporativo. Ora, a subordinação da utilidade privada à utilidade comum, qualquer que ela seja, tem sempre um caráter moral, pois que implica necessariamente algum espírito de sacrifício e abnegação. Aliás, muitas dessas prescrições derivavam de sentimentos morais que são ainda os nossos” (Durkheim, 1984, pp. 20-1).

A subordinação do interesse comum do grupo fundamentava sua unidade bem como o seu papel socializador.

As análises funcionalistas enfatizam o caráter comunitário dos grupos profissionais, a começar pelo próprio Parsons, que os com-

preendia como sistemas de solidariedade fundados na partilha de elementos educacionais comuns. Para Goode, o que caracteriza toda profissão é o fato de ela ser uma comunidade, e é esta a aspiração de toda ocupação que pretenda se profissionalizar. Uma comunidade caracterizada pelos seguintes traços:

"1) Seus membros estão ligados por um sentido de identidade. 2) Uma vez nela, poucos a deixam, de modo que é um *status* terminal para a maioria. 3) Seus membros partilham valores comuns. 4) As definições de papéis de membros e não-membros são objeto de acordo e são as mesmas para todos os membros. 5) Nas áreas de ação comum há uma linguagem comum, que é compreendida apenas parcialmente pelos de fora. 6) A comunidade tem poder sobre seus membros. 7) Seus limites são razoavelmente claros, apesar de serem sociais e não físicos ou geográficos. 8) Apesar de não produzir a próxima geração biologicamente, ela o faz socialmente pelo controle sobre a seleção de professores e pelos processos de treinamento ela socializa seus recrutas" (Goode, 1967, p. 194).

Diversas abordagens, e não apenas o funcionalismo, tratam o grupo profissional como uma comunidade homogênea, e a base principal dessa homogeneidade é o longo período de treinamento ao qual os seus membros são submetidos. O que varia é o significado atribuído ao processo de homogeneização: a aquisição de conhecimentos profissionais fundamenta uma prestação adequada de serviços, um desempenho correto das tarefas (essenciais à vida, segurança bem-estar dos membros da sociedade) atribuídas ao grupo (ver Gyarmati, 1974). Mas pode também assegurar a própria subsistência das profissões no mundo moderno. Para serem autônomos em relação aos critérios particularistas de atribuição de *status* e tornarem-se parte constituinte da sociedade mercantilizada, os grupos profissionais deveriam produzir uma mercadoria específica, e para isto deveriam unificar "as áreas correspondentes da divisão social do trabalho em torno de garantias homogêneas de competência" (Larson, 1977, p. 13). Para esta autora, a formação de

centros de treinamento profissional, vinculados a padrões de conhecimento unificados, dota os membros da profissão de um certo sentido de superioridade cognitiva, bem como provê o grupo de membros médios especializados. Isto significa prover a profissão de indivíduos que aceitam os modelos de carreira existentes, uma vez que seu sucesso depende da sua adesão a eles.

Aqui aparece uma outra característica importante das comunidades profissionais e que acaba por se tornar objeto de intensa polêmica: as carreiras. Boa parte dos autores vê na existência das carreiras um mecanismo de identificação com o grupo: elas seriam mudanças nas formas de participação institucional, seqüências típicas do movimento dos indivíduos na profissão, que dependeriam de avaliação do grupo (Becker e Carper, 1956). Desta perspectiva, o engajamento numa trajetória profissional implicaria a legitimação das hierarquias profissionais existentes, vistas como organizações adequadas das diferenças entre *momentos* da vida profissional (Larson, 1977).

Uma outra forma de analisar as diferenças dentro de uma profissão é sugerida por Freidson. Segundo este autor, os padrões de credenciamento compõem um "sistema que produz, no interior mesmo das profissões, uma *classe de conhecimento* e uma *classe administrativa*, que devem ser distinguidas da *classe trabalhadora* de profissionais que atuam cotidianamente" (Freidson, 1986, p. 82). A criação de um grupo de profissionais dedicado em tempo integral às atividades de ensino e pesquisa é, ao mesmo tempo, fonte de divisões internas e elemento essencial para o controle do corpo de conhecimentos e, portanto, para a preservação da profissão. A classe administrativa é formada pelos profissionais que, partilhando uma certa formação básica com seus colegas, assumem postos administrativo-gerenciais e assim passam a ter interesses e poderes diferenciados. O trabalho desses profissionais administradores reveste-se de importância pelo controle que eles podem exercer sobre as atividades dos seus pares. Freidson chama atenção ainda

para o fato de que, mesmo sendo diferenciados pela qualificação, a divisão entre acadêmicos, práticos e administradores é hierarquizante e fonte de tensão e ressentimento entre eles.

A dimensão cognitiva torna-se, no caso da análise de Freidson, o fundamento das divisões internas, o critério principal de estratificação entre os profissionais. Mas, no pólo que chamei de “organizacional”, as coisas são um pouco mais complicadas. No trabalho de Paul Starr fica muito bem fundamentada a existência de vínculos entre a estrutura da sociedade e a ação do grupo profissional, mas não se mostra que relação pode haver entre esta estrutura e a organização interna da profissão. Na primeira parte do livro mostram-se as diferenças no interior do grupo e o resultado dessas diferenças em termos de posturas e práticas. Mas, a partir do momento em que se estabelece o monopólio profissional, a Associação Médica Americana assume poderes em todo o território nacional, a profissão é tratada como conjunto indiferenciado, como comunidade, e, mesmo quando aparecem posições políticas diferentes, elas não são explicadas.

O modo como esta questão é tratada pelos diversos autores, oscilando entre uma explicação mais substancialista e uma completa ausência de problematização, explicita a dificuldade do tema. A necessidade de construir uma explicação coerente, que inclua divisões e diferenças internas e externas, remete à questão dos próprios princípios de divisão social do trabalho. Isto fica mais evidente no tipo de tratamento dado pelos marxistas à problemática das profissões.

A Abordagem Marxista: Profissão e Classe

Ao contrário de Durkheim e dos outros autores analisados até aqui, os marxistas, partindo do conceito de divisão do trabalho de Marx, dão pouca ou nenhuma importância à dimensão cognitiva ou técnica para a definição dos grupos sociais. Entre estes autores, as profissões aparecem como objeto subordinado às classes sociais, que seriam o

elemento fundamental na mediação entre a divisão do trabalho e a formação dos grupos profissionais. O grau de autonomia ou de poder de determinação concedido a critérios de posicionamento social que não sejam o de propriedade ou não-propriedade dos meios de produção define dois pólos na vertente marxista: as análises de Noble, Wright ou Poulantzas concedem-lhes pouquíssima autonomia, enquanto Johnson (este, com maior ênfase), Braverman e Carchedi subestimam a subordinação aos critérios mencionados.

Normalmente, a temática das profissões é tratada pelos marxistas como parte do estudo das classes médias, dando margem a algumas indagações interessantes. A primeira delas diz respeito à instância de determinação da existência das classes médias e está diretamente relacionada aos fundamentos da existência das profissões. Nos escritos do próprio Marx há vários níveis de tratamento das classes: se as diferenças sociológicas aparecem mais nitidamente no *Dezoito Brumário*, em *O Capital* a determinação é fundamentalmente econômica. Em tempos mais recentes, estas diferenças produziram um debate, principalmente em torno do trabalho de Poulantzas (1975), sobre as camadas médias, sua identificação, seu caráter de classe, suas posições políticas. Distinguindo níveis econômico, político e ideológico de determinação estrutural das classes sociais, este autor define uma separação entre pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia, constituída de assalariados. Como a primeira tende a extinguir-se, é a nova pequena burguesia que se constitui como problema.

No nível das relações econômicas, a distinção fundamental a se realizar é entre a classe operária e a nova pequena burguesia. Uma vez que os dois grupos são constituídos por assalariados e não-proprietários dos meios de produção, o critério distintivo utilizado é o de trabalho produtivo. Entretanto, o próprio Poulantzas afirma que a determinação estrutural desta classe não se resume à sua posição nas relações econômicas, mas

estende-se também às relações políticas e ideológicas, sendo o critério do trabalho produtivo insuficiente para demarcar precisamente as fronteiras de classe entre os assalariados.

As relações políticas estão diretamente ligadas à dominação: o trabalho de direção e supervisão capitalista reproduz, no processo produtivo, as relações políticas entre a classe capitalista e a classe operária. Sendo assim, a determinação de classe dos agentes que realizam o trabalho de direção e supervisão é marcada pela dominância das relações políticas. Supervisores, contramestres e "outros suboficiais da produção" não pertencem à classe operária na medida em que sua função é principalmente extrair mais-valia. Seriam, no entanto, dominados pelo capital, executantes subalternos e igualmente explorados.

No plano ideológico, a separação fundamental é entre trabalho intelectual e manual. O lugar de classe dos portadores do trabalho intelectual gera uma contradição no próprio seio do trabalho produtivo; ao mesmo tempo em que fazem parte do trabalhador coletivo produtivo, tendem, pela sua posição na divisão social do trabalho, a realizar as operações políticas, ideológicas e técnicas de subordinação da classe operária ao capital. Dessa forma, engenheiros, técnicos etc. também não fazem parte da classe operária, ainda que sejam representantes de instâncias subalternas.

Neste quadro, a existência das profissões é totalmente subordinada às relações de classe. O trabalho de Noble (1979) é exemplar no uso de um esquema teórico marxista para analisar uma profissão. É interessante observar que se os médicos são o alvo preferencial dos funcionalistas, os engenheiros são o objeto predileto dos marxistas, talvez porque, do ponto de vista destes autores, a posição dos engenheiros seja essencial para o desenvolvimento do capitalismo e a tecnologia seja um dos seus grandes fetiches.

Noble procura estudar o desenvolvimento da profissão Engenharia nos Estados Unidos como parte do processo de desenvol-

vimento do capitalismo americano. Os engenheiros têm um papel crucial neste processo por constituírem o elo mediador entre a instância técnico-científica e o mundo social. A tecnologia é vista como produto social, não apenas técnico, e o engenheiro é o *expert* em ciência aplicada e no gerenciamento/direção das relações sociais. Em cada etapa do capitalismo, a posição dos engenheiros no sistema produtivo assume um significado específico, mas o sentido maior da sua atuação é sempre o de desempenhar as funções de dominação para o capital. No período de 1890 a 1920, com a formação das grandes corporações e a criação de uma indústria baseada na ciência, cria-se o mercado principal para os engenheiros, que passam a ver o progresso da ciência como fruto da ação das grandes empresas industriais. Esta inclinação tem peso decisivo nos conflitos internos à categoria, pois tanto nos debates sobre educação quanto nas formas de hierarquização interna prevalece a influência das corporações. Com o passar do tempo, as tendências gerenciais e anti-sindicais e o apelo à cientificidade da Engenharia alienam-se como os mecanismos principais de distinção dos engenheiros. Na construção do aparato institucional que reforça a posição da profissão, novamente é a grande indústria que desempenha o papel mais importante, criando um espaço de relações (associações, escolas, governo, fundações e até escritórios particulares de consultoria) em que seus agentes assumem posições dominantes.

O texto de Noble tem o mérito de mostrar o papel que desempenharam os engenheiros em dois campos importantes: o da técnica e o da administração, ambos constituindo-se em fundamentos da dominação do capital. Além disto, boa parte da sua análise é perpassada pela questão da *representação*: os engenheiros vão construindo, ao longo da sua história, uma imagem da profissão e do profissional que tem a dupla função de dizer socialmente e fazer ver internamente quem é engenheiro. Mas Noble apenas descreve este movimento, incluído na lógica de desenvolvimento do capital que vai englobando a

profissão. Da leitura do seu texto ficam outras questões relevantes para o argumento aqui desenvolvido. Por exemplo, em que medida esta análise pode ser estendida a outras profissões? Num nível mais abstrato, cabe perguntar pelas relações entre profissão e classe: em que medida profissão poderia constituir uma classe? Em que medida os conflitos amplos de classe poderiam dividir uma profissão, impedindo de caracterizá-la como grupo social com uma identidade reconhecível? Poderia uma profissão vir a ser um ator coletivo, um agente responsável por definições nas formas de organização social?

Nas diversas correntes que formam o marxismo, o principal impedimento a se considerar as profissões como um grupo social específico seria a existência de cortes de classe, de diferentes posições de classe dentro de uma mesma profissão. Deste ponto de vista, inexistente qualquer coisa parecida com uma comunidade. Seguindo, pelo menos em parte, a orientação definida nos trabalhos de Poulantzas, os estudos marxistas sobre profissões destacam a transformação do profissional liberal clássico em trabalhador assalariado. Este processo é abordado a partir das relações de classe e da organização do trabalho e sua análise toca em temas comuns a outras vertentes, como a queda de *status* dos profissionais, a submissão à lógica da empresa, a mudança dos códigos de ética, o estabelecimento de novas relações entre conhecimento, profissão e poder. Apesar da ênfase dos marxistas no caráter social da produção e na utilização do conhecimento, estes autores, pela focalização exclusiva nas relações de classe, perdem a especificidade da existência e atuação dos grupos profissionais, do papel desempenhado por eles na estruturação das relações de produção.

As diversas críticas surgidas dentro do próprio marxismo, como a historiografia inglesa, ou advindas de concepções weberianas, como é o caso de Claus Offe (1989), John Urry e Scott Lash (1987) ou Frank Parkin (1983), colocaram em questão uma série de pressupostos e definições, sobretudo os princípios de determinação da existência

dos grupos sociais. Surge então uma perspectiva que procura definir outras categorias de análise, de modo a captar melhor as diferenças que possam dar origem às profissões. De um ponto de vista ainda bastante economicista, o trabalho de Johnson (1977) procura mostrar que o processo de diferenciação da propriedade e do trabalho que ocorre na esfera da produção estende-se à esfera da reprodução. Com isto o autor pretende chamar a atenção para o fato de que se alargaram as bases sobre as quais o capital cria seus mecanismos de reprodução, surgindo daí todo um conjunto de trabalhadores que nada produz além de formas de controle associadas à reprodução ampliada do capital. Johnson refere-se principalmente ao Estado e ao setor de serviços e adota como grupos ocupacionais exemplares de cada uma dessas esferas os assistentes sociais e os contadores, respectivamente. O essencial a reter na posição de Johnson é que

“(...) a nova pequena burguesia é caracterizada por posições na divisão social do trabalho (tal como é estruturada pelo processo de realização) que operacionalizam a função do capital mas o fazem como parte de um processo de trabalho crescentemente fragmentado e rotinizado. É então na própria ambigüidade da sua posição econômica no processo de realização que as relações ideológicas tornam-se condição emergente e potente de sua determinação de classe” (1977, p. 218-9).

Reconhecendo as possibilidades de autonomia e de ação de associações profissionais, Johnson questiona os determinismos de classe no nível político e ideológico e abre espaço para a análise (nos limites do marxismo) de problemas relativos às origens dos grupos profissionais, à relação entre conteúdo técnico das ocupações e seu papel na sociedade dominada pelo capital, ao papel do Estado capitalista como elemento essencial na delimitação da autonomia e independência das profissões, como mediador das relações cliente-profissional. Recebe tratamento especial a questão da integração entre poder estatal e privilégio profissional, de

grandes conseqüências para os destinos sociais das profissões:

“Em suma, aquelas ocupações que chamamos ‘profissões’ são heterogêneas do ponto de vista das classes, não só como resultado das suas funções distintas no processo de apropriação direta, realização e reprodução do trabalho, mas também porque elas exibem diferenças de função, poder e privilégio como resultado das conseqüências diferenciadoras de cada um desses processos. Não podemos identificar esses processos por referências ao processo totalizador de reprodução em geral nem em termos de supervisão e controle no nível das relações de produção” (Johnson, 1977, p. 231-2).

Mesmo mantendo-se nos limites da determinação de classe, Johnson mostra possibilidades de diferenciação estrutural que poderiam estar na origem dos diversos grupos profissionais. Elas apareceriam nas instâncias política, ideológica e econômica e nas formas de organização que vão se criando nas sociedades capitalistas. O ponto crítico da sua obra, a meu ver, é a discussão da especificidade dos modos de existência dos grupos profissionais, que nos remete ao terceiro item da minha argumentação.

A Especificidade das Profissões como Grupos Sociais

Em sua querela permanente com os utilitaristas e economistas, Durkheim encontrou nas corporações profissionais o grande exemplo da predominância de valores outros que não o puro interesse econômico. O elemento distintivo das profissões na estrutura social seria justamente o fundamento moral de sua existência comunitária, criando assim bases possíveis para a recuperação de uma consciência coletiva anômica que se instalara nas modernas sociedades industriais.

Esta abordagem gerou um tipo de estudo que procurava demonstrar as diferenças entre o mundo dos negócios, com sua lógica utilitarista, e o mundo profissional, voltado para o atendimento das necessidades coletivas. Parsons (1967) procura demonstrar a incorreção desta análise enfatizando que se

trata de diferenças de situação e não de motivação. A autoridade profissional constitui-se como uma estrutura sociológica peculiar, baseada na competência técnica superior, e se exerce sobre uma esfera particular tecnicamente definida. Como os outros elementos da pauta profissional, caracteriza-se pela especificidade da função, uma das marcas essenciais dos modernos sistemas sociais, que cada vez mais se distinguem pela racionalidade institucional presente em suas pautas normativas. Tanto a esfera profissional quanto a comercial estariam marcadas pela especificidade funcional e pelo predomínio de padrões e critérios universalistas, em detrimento dos particularistas, e isto fortalece a importância da profissão como estrutura peculiar dentro da sociedade mas ampla.

Mas a racionalidade, a especificidade funcional e o universalismo predominante nas sociedades modernas carregam consigo também uma certa relação com o desinteresse: a pauta institucional que as governa não sanciona a busca do interesse próprio e, sempre de acordo com Parsons, o predomínio deste talvez tenha sido exagerado. Isso significa que as metas, as motivações são as mesmas no mundo dos negócios e nos trabalhos profissionais. “A diferença radica na diversidade do caminho para chegar a metas semelhantes, determinada pelas diferenças entre as respectivas situações ocupacionais” (Parsons, 1967, p. 42). Não estaríamos diante de uma oposição entre egoísmo e altruísmo, mas de pautas institucionais definidas por bases funcionais que definem situações distintas.

Independente da explicação (a própria natureza do grupo ou as diferentes situações ocupacionais), o “ideal de serviço” aparece nas análises funcionalistas como o grande traço diferenciador das profissões, ao lado da autonomia na realização do trabalho. De acordo com Gyarmati (1974, p. 632), os profissionais não só são preparados para desempenhar adequadamente suas tarefas através de um longo treinamento especializado, como também colocam os interesses (econômicos ou de qualquer outro tipo) dos

seus clientes à frente dos seus próprios. Dado que somente os membros da profissão combinam “conhecimento profissional” e “orientação ou ideal de serviço”, eles adquirem uma prerrogativa especial: a profissão é livre para definir e satisfazer as necessidades de seus clientes e de sua clientela. Com isto, os grupos profissionais estariam protegidos de intervenção externa de qualquer tipo, tornando-se eles mesmos seus próprios controladores.

Este tipo de análise vai ser questionado por diversas correntes, mas antes de passar a elas é preciso tratar da sua mais importante consequência teórica: a problematização dos processos de transformação pelos quais grupos profissionais passam a ser incluídos em grandes burocracias. A visão das profissões como grupos sociais autônomos não só produz uma espécie de insulamento, que faz com que elas sejam sempre tratadas de forma independente, de uma perspectiva interna — traduzida numa temática cujo centro é sempre a relação profissional/cliente —, como faz com que profissionais assalariados (isto é, aqueles que fogem do modelo de trabalho autônomo) sejam sempre incluídos num capítulo à parte, onde se põe em dúvida o caráter verdadeiramente profissional de sua existência social. Burocratização e proletarianização seriam fenômenos que contrariam a natureza da corporação profissional e, desse modo, não poderiam ser incluídas como processos constitutivos da sua existência. Este me parece ser o limite mais sério da análise funcionalista, e por ironia, é justamente o ponto a partir do qual os marxistas se interessam pelas profissões, para mostrar a submissão das mesmas ao determinismo de classe. Conjugando as dificuldades encontradas pelas duas vertentes, reforça-se a necessidade de adoção de um instrumental teórico que dê conta da especificidade desses grupos mas que também possa compreendê-los na totalidade das suas formas de manifestação.

As análises de cunho fenomenológico insistem em mostrar o caráter problemático do ideal de serviço e da autonomia das profissões, explicitando, através de estudos

das suas práticas cotidianas, as diferenças de atendimento segundo o tipo de clientela (contra a idéia parsoniana do universalismo ligado à orientação do serviço) ou a fraqueza dos controles éticos e técnicos das atividades profissionais, os quais segundo o modelo funcionalista, consistiriam na base da autonomia. Mas as abordagens weberianas vão além: conceber a existência das profissões como parte da esfera do poder e integrante dos princípios de hierarquização social significa relativizar e problematizar a autonomia e abrir possibilidades de teorizar sobre o significado do “ideal de serviço”.

O Profissionalismo como Projeto de Mobilidade

As profissões modernas, ao contrário de suas antecessoras, abandonaram o apoio das elites e procuraram um critério de legitimação mais amplo, mais homogêneo e mais democratizante, que é dado pela universalização do mercado. O trabalho de Magali Larson, mencionado anteriormente, mostra que, definidas certas condições de mercado, é necessário compreender outra dimensão das relações de poder: a luta por *status*. No caso das profissões, ela se traduz na constituição de um projeto coletivo de mobilidade social. Pelo seu caráter coletivo, o projeto profissional está vinculado aos processos mais amplos de estratificação social, produzidos a partir da “grande transformação”. Os meios utilizados para a consecução deste projeto são os mesmos já usados para a formação dos mercados profissionais. Sob esta ótica, no entanto, eles assumem um caráter diferente, e as fontes de prestígio que são incorporadas como meio de mobilidade social são analisadas segundo três dimensões principais: o grau de independência em relação à estrutura do mercado; o grau de modernidade ou de distância das fontes tradicionais; o grau de autonomia ou o peso maior ou menor da própria profissão na definição dessas fontes.

Analisando rigorosamente o processo de transformação da sociedade americana que deu origem, na virada do século XX, a

uma nova forma de estratificação social, a novas formas de organização política e econômica, a autora mostra como as profissões estabelecidas e emergentes souberam aproveitar os recursos organizacionais disponíveis e construir o seu lugar social. Neste momento da análise, Larson deixa num segundo plano a dimensão cognitiva para realçar os processos *sociais* que determinam a posição e a trajetória das profissões. A comparação com a sociedade britânica vai mais longe ao ressaltar o caráter de usurpação de toda luta por *status*. No caso dos Estados Unidos, a construção de critérios de prestígio e de valor a partir da dimensão cognitiva parece mais evidente, pois não estavam sendo destruídos critérios validados pela sociedade anteriormente. Simplesmente estavam sendo estabelecidos alguns princípios de posicionamento numa sociedade livre.

O estudo das profissões americanas volta-se especialmente para a compreensão do modo pelo qual foram utilizados os recursos organizacionais e sociais para a realização do projeto de mobilidade coletiva, isto é, para a instalação de princípios de hierarquização social que permitissem aos grupos profissionais conseguir posições privilegiadas na nova estrutura ocupacional/social que se formou nos Estados Unidos a partir do século passado. O processo de centralização política e econômica, acompanhado da necessária burocratização, é a base que fornece os recursos para a constituição do novo tipo dominante de profissional: as profissões organizacionais. No Estado, atuando em nível nacional, na grande corporação e nas universidades desenvolve-se este novo tipo profissional que, na realidade, não se opõe ao modelo clássico mas apenas reforça algumas tendências que já estavam presentes nele. Ao vincular a criação deste tipo profissional aos princípios fundamentais de localização social nas sociedades modernas — grande corporação, Estado e universidade —, Larson resalta a proximidade entre o trabalho profissional e as grandes burocracias.

“O mais importante princípio de legitimação da burocracia é, para Weber, sua efi-

ciência superior para lidar com problemas de larga escala. Burocracia parece ser a forma estrutural sob a qual a reorganização da produção de mercadorias pelo capital monopolista é ‘transmitida’ ideologicamente por todo o corpo social. No desenvolvimento histórico particular dos Estados Unidos, instituições centrais de abrangência nacional foram estabelecidas quase que contemporaneamente nas esferas econômica e política e, se incluirmos as universidades nacionais, na esfera da educação superior também. Esta reorganização paralela reflete-se, no nível da ideologia, nos temas uniformes da eficiência, regulação e ‘expertise’. Foi durante esta fase de transição para o capitalismo corporativo que as profissões americanas consolidaram sua posição nas hierarquias social e ocupacional” (Larson, 1977, pp. 143-4).

O vínculo que se estabelece entre profissões e a organização das hierarquias sociais explica por que não há incompatibilidade entre burocratização e profissionalização. Muito pelo contrário, os dois processos reforçam-se mutuamente. Tanto as organizações burocráticas quanto o trabalho profissional guiam-se pelos princípios de racionalidade funcional e pela aplicação da ciência, “transformando poder em autoridade ao invocar a legitimidade da *expertise*”. A especificidade dos grupos profissionais é vista aqui não como uma diferenciação ou algum tipo de isolamento em relação ao resto da sociedade, mas como utilização de recursos específicos (s...ber e racionalidade) na constituição mesmo dos vínculos com os outros grupos sociais.

Para analisar a questão da autonomia profissional, que neste caso não pode mais ser vista como fruto do isolamento das profissões, Larson critica as definições sociológicas que incorporam elementos ideológicos (o ideal de serviço, o estabelecimento de diferenças radicais entre trabalho assalariado ao capital e trabalho profissional) e procura mostrar as circunstâncias históricas do aparecimento dos grupos profissionais para estabelecer as condições do desenvolvimento da autonomia e do ideal de serviço, vistos então como elementos constitutivos de uma ideo-

logia. Segundo esta autora, as primeiras associações profissionais constituíram-se não para lutar contra o mercado, mas antes para *constituir e controlar* um mercado. Desta forma, constroem uma estrutura corporativa que lhes permite um certo isolamento da sociedade mais ampla (razão da sua autonomia), podendo inclusive manter certos traços da sua representação de mundo, especialmente os princípios antimercado.

Explica-se, assim, a ilusão de autonomia e de uma existência radicalmente diferente, em termos da sua organização, das profissões. Mais ainda: “do ponto de vista do mercado, o surgimento das profissões aparece como mais uma fase da racionalização capitalista” (Larson, 1977, p. 56), incluindo-se definitivamente na esfera das relações de classe nestas sociedades. A ideologia de um setor da classe emergente — os grupos profissionais em ascensão — subsume-se à ideologia dominante. Isto porque o vínculo com a estrutura de classes passa pela ideologia:

“Pelo fato de que a ascensão das profissões dependia tão amplamente do estabelecimento de credibilidade social, elas tiveram que apelar para estruturas ideológicas gerais. Uma delas foi o próprio princípio de racionalização, incorporado no *ethos* científico e na autoridade racional da *expertise* técnica” (Larson, 1977, p. 56).

Na época do seu desenvolvimento, no entanto, este tipo de apelo ideológico ainda não poderia fornecer uma base geral de legitimação para as profissões, que buscam no passado, na ordem social anterior ao século XIX, os fundamentos, mais éticos que científicos, da autoridade profissional. Orientação para a comunidade, função civilizadora, satisfação com o trabalho e mesmo alguns princípios antimercado ou anticapitalismo “foram incorporados na tarefa de organizar os mercados profissionais porque estes eram elementos que davam suporte à credibilidade social e à crença do público no caráter ético das profissões” (Larson, 1977, p. 63). Esta é a história original do profissionalismo, que acaba se transformando numa ideologia que reúne elementos antitéticos (“função civilizadora” x “orientação para o mercado”, ou

“proteção à sociedade” x “proteção do mercado”, ou ainda valores extrínsecos x valores intrínsecos do trabalho) que acabaram por confundir alguns sociólogos.

No caso das profissões modernas, permanecem ainda alguns destes traços, mas surgem novas formas de legitimação do poder com a emergência de uma concepção de autoridade que apela à racionalidade da ciência. Os profissionais promovem a racionalização no modelo corporativo transformando a *expertise* científica em princípio transcendente e base da sua autonomia. Além disto, o momento de consolidação das profissões na estrutura social americana corresponde à transformação da universidade, da corporação e do Estado nas principais instituições definidoras de *status*. Novamente, o vínculo se faz através da ideologia, pois os temas da eficiência, da regulação burocrática e da *expertise* espalham-se, a partir destas instituições, para toda a sociedade. As relações entre profissão e classe estabelecem-se pela via da ideologia dominante, sendo a primeira responsável pela difusão de valores e práticas da classe dominante (individualismo e preocupação com *status*, além das características já citadas do profissionalismo). Neste processo, a Escola desempenha papel justificador, atuando como instituição que certifica um novo tipo de propriedade — o saber — e fundamenta hierarquias meritocráticas que recompensam o esforço individual. No sentido inverso, a ideologia burguesa é fonte de coesão interna no campo profissional (através da idéia de vocação, das expectativas de carreira e da socialização profissional) e da legitimação do lugar das profissões na estrutura social.

Se para Larson a ideologia do profissionalismo define a especificidade da existência social das profissões, podemos dizer que Paul Starr propõe uma perspectiva mais abrangente ao identificar na produção da autoridade cultural o fundamento desta especificidade. Estudando a Medicina americana, este autor estabelece os princípios a partir dos quais os médicos se configuram como portadores de autoridade legítima. Cada um

deses princípios corresponde aos atributos definidores de uma profissão: o princípio da colegialidade, o princípio cognitivo e o princípio moral. Em outros termos: credenciais, conhecimento e código de ética. Se estes são os traços característicos normalmente reivindicados pelos profissionais e, em geral, atribuídos pelos sociólogos às profissões, Starr tenta mostrar que eles estão referenciados à questão do controle ocupacional, e que é essencial que se perceba o profissionalismo como algo mais, como um tipo de solidariedade, uma fonte de significado, um sistema de regulação de crenças na sociedade moderna.

Tanto Larson quanto Starr apontam para o problema central da especificidade dos grupos profissionais, seja como elementos constitutivos das hierarquias, seja como criadores dos sistemas de regulação de crenças nas nossas sociedades. O que nos trabalhos citados fica implícito poderia ser explicitado num esquema analítico que partisse de uma teoria geral da formação e hierarquização dos grupos sociais e permitisse incluir as profissões no processo geral de formação das estruturas sociais sem perder os fundamentos da sua especificidade.

Para uma Teoria da Formação dos Grupos Sociais

A crítica à teoria marxista das classes sociais elaborada por Pierre Bourdieu (1989a) sistematiza e aprofunda elementos que já vinham aparecendo nos trabalhos de Johnson e permite incorporar as contribuições dos autores weberianos que se discutiu anteriormente. Em primeiro lugar, aparece o problema da definição dos princípios de divisão dos grupos sociais que possam dar conta da delimitação entre os diversos trabalhos sem esquecer o caráter social das fronteiras que se estabelecem e considerando a natureza virtualmente hierarquizante dessas divisões. As insuficiências da análise marxista são produto, segundo o autor francês, da redução do mundo social ao campo das relações econômicas, o que acaba levando à utilização de critérios puramente econômicos para definir posição social. Na sua crítica aos estudos tra-

dicionais sobre estratificação social, Bourdieu mantém a idéia de posse de capital como elemento definidor de posição social, mas diferencia este capital segundo espécie, volume e estrutura, instituindo, assim, campos sociais com lógicas específicas e evidenciando as múltiplas determinações do real. “Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto, ao campo de produção econômica” (Bourdieu, 1989a, p. 153).

Esta multiplicidade de dimensões acaba definindo o que poderíamos chamar de mediações entre a determinação puramente econômica e a existência social dos grupos.

“Pelo fato de que os diferentes fatores que entram no sistema de determinações constitutivas da condição de classe, e que podem funcionar como princípios de divisão real entre grupos objetivamente separados ou atualmente mobilizados, possuem pesos funcionais diferentes e detêm, por isso, uma eficácia estrutural muito desigual, os princípios de divisão são, eles mesmos, hierarquizados” (Bourdieu, 1979, p. 118).

Produto da diferenciação progressiva do espaço social, a existência de diferentes espécies de capital (social, econômico, cultural) define campos estruturados em torno de certos princípios de causalidade cuja eficácia é diferenciada e hierarquizada de acordo com a correlação de forças vigente num determinado momento numa sociedade, sendo, portanto, objeto de lutas. Os diversos campos passam por um contínuo processo de autonomização, pelo qual os elementos mais universais — capital, investimento, ganho — assumem formas específicas, definindo relações objetivas, tornando obrigatória a análise histórica dos processos de constituição e transformação de cada campo.

“Sendo o capital uma relação social, isto é, uma energia social que só existe e produz seus efeitos no campo onde ela se produz e reproduz, cada uma das propriedades atribuídas à classe recebe seu valor e sua eficá-

cia das leis específicas de cada campo” (Bourdieu, 1979, p. 127).

Cada campo, possuindo sua lógica própria de funcionamento, coexiste com outros no espaço social em que os agentes lutam por valorizar e melhorar sua posição (no próprio campo e no espaço social em geral), levando sempre a configurações de equilíbrio instável em que uma das espécies de capital é dominante mas interage com as demais na mobilização diferencial de recursos que os agentes introduzem nesta luta. Com isto quer-se dizer que o processo de aprofundamento da divisão do trabalho, característico das sociedades ocidentais modernas, produz ao mesmo tempo uma diferenciação entre os campos no espaço social, inclusive a criação de novos campos, e uma autonomização dos princípios de divisão do mundo social. As conseqüências no plano histórico podem ser vistas, entre outras coisas, na extensão do processo de profissionalização e na instalação concomitante de outros critérios de estratificação além da propriedade e da origem familiar. No plano teórico, coloca-se a necessidade de compreender as múltiplas determinações da existência dos grupos sociais.

Como princípio de hierarquização concorrente, as diversas formas de capital cultural têm sua eficácia classificatória definida pela sua relação com a espécie de capital dominante — no caso das sociedades modernas, fundamentalmente o econômico. Pode-se dizer assim que a classe, na acepção marxista, concorre com profissão como princípio de organização das hierarquias sociais. Isto significa que estamos diante de uma luta pelo estabelecimento de princípios hegemônicos de divisão e hierarquização do espaço social, uma luta entre princípios de regulação. O título universitário, fundado no saber científico, é um desses princípios, e dos mais caros às classes médias e aos profissionais em geral. Mas ele concorre com outros, como o título nobiliárquico ou títulos de propriedade. Nesse sentido, as profissões não configuram o padrão de desigualdade, como quer Larson, mas um padrão de desigualdade, em confronto com outros e, talvez, hegemônico

em certas épocas e alguns lugares do mundo social.

É esta luta entre princípios classificatórios que dá o significado dos conflitos pela Escola, especialmente pela Universidade, e pela definição de políticas globais de ensino. Nestes conflitos, o que está em jogo é a distribuição do capital cultural certificado: o valor do diploma em confronto com outras fontes de legitimação de posições no mercado e na sociedade. Fica aqui, então, o problema de definir o lugar e o papel do sistema de ensino, que nas análises funcionalistas e weberianas é o *locus* principal de estruturação da vida profissional, ou ainda de estabelecer todo o complexo de mediações que vincula o título escolar e o posto de trabalho.

Do mesmo modo, a utilização da ciência como fundamento legitimador constitui uma vitória do pensamento científico sobre as sabedorias populares e outros saberes também desclassificados, colocados na vala comum do esotérico, estranho, por funcionarem em outros parâmetros que não o método científico, qualquer que seja o conteúdo que se esconda atrás desse rótulo. Como dizia Weber, “a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas e não um dado da natureza”. A questão aqui é entender como este pensamento se torna o parâmetro de todos os saberes e se as profissões tiveram ou têm algum papel neste processo, e qual seria este papel.

Considerando-se que há inúmeras formas de recursos ou capitais desigualmente distribuídos, a partir dos quais e pelos quais os agentes lutam para estruturar o mundo, e que portanto o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos, segundo diferentes princípios de visão e de divisão, os agrupamentos, os cortes construídos a partir da distribuição de capital são aqueles que têm maiores probabilidades de serem estáveis, permanentemente significativos. Sendo assim, conhecendo-se o modo de funcionamento do espaço de posições,

“(...) podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes

e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes” (Bourdieu, 1989a, p. 136).

As profissões seriam, então, grupos ou classes sociais que se caracterizam pela forma diferenciada de apropriação e mobilização de um tipo de capital, o cultural, considerado aqui como princípio de hierarquização oposto mas dialeticamente integrado ao capital econômico e ao capital social.

É uma forma diferenciada de apropriação do capital cultural na medida em que define certas regras próprias, como a exigência de um grau mínimo de institucionalização deste capital, principalmente através da produção de certificados, ou a relação — problemática — com o chamado conhecimento científico. A lógica do capital cultural, principal eixo de estruturação do campo das profissões, define as condições de produção (através da escola), de distribuição (através da atuação organizada no mercado) e de controle (através das diversas formas de hierarquização, organização e representação) dos profissionais. Em todas estas instâncias, o capital cultural integra-se às outras espécies de capital para produzir efeitos específicos, distinguindo agentes e grupos por suas posições e disposições.

Definir o elemento estruturador das profissões como capital cultural permite superar alguns dos problemas apontados anteriormente na sociologia dos grupos profissionais. Inicialmente, esta concepção afasta possíveis tendências à substancialização contidas tanto nas análises funcionalistas quanto nas weberianas, na medida em que capital cultural significa bem mais que um certo montante de conhecimento: é uma relação social que inclui, além do saber, o próprio nome da profissão, a sua representação (que ajuda a entender também o problema da ideologia das profissões), as disposições dos agentes. Concebido como objeto de luta, a posse e a valorização diferenciada deste capital explicam os conflitos interprofissionais pela delimitação de monopólios, explicitando que “(...) a divisão do trabalho, potencial-

mente inscrita no universo objetivado da técnica, só se realiza na ordem propriamente social através da mediação de sistemas simbólicos, onde se exprimem de forma explícita as divisões entre grupos, e classes” (Boltanski, 1982, p. 50).

Tratando a chamada dimensão cognitiva de forma mais abrangente, é possível incluir na análise outras formas de conhecimento que não o científico como base de articulação do grupo profissional — dos saberes gerenciais/administrativos aos conhecimentos mágicos ou advinhatórios. O entendimento do modo de produção e funcionamento do capital cultural permite explicar, inclusive, o lugar ocupado pelo conhecimento científico nas sociedades modernas e sua relação com as profissões. Do mesmo modo, é possível estabelecer padrões, ao mesmo tempo mais gerais e mais flexíveis, para separar profissões e ocupações, uma vez que serão diferenciadas não pelo conteúdo objetivo do seu saber, mas pela correlação de forças sociais vigentes que define o arco de possibilidades de cada uma delas.

Mas se fica claro o uso do capital cultural como fundamento da distinção, é preciso ainda explicar os mecanismos de delimitação de fronteiras entre os grupos. Para isto, o conceito de campo é essencial. Espaço social de relações objetivas e específicas, o campo é visto por Pierre Bourdieu como meio de explicar a forma concreta das interações dos agentes:

“Compreender a gênese social de um campo é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e das obras por eles produzidas” (Bourdieu, 1989 e p. 69).

Dois pontos mostram-se particularmente importantes aqui. Primeiro, a possibilidade de existência de espaços sociais onde vigoram princípios de estruturação razoavelmente autônomos, mesmo se vinculados

aos processos mais gerais em andamento na sociedade. O segundo diz respeito ao lugar dos agentes.

A autonomia relativa do campo é uma noção que permite superar o economicismo das explicações marxistas sobre as profissões e o substancialismo ou realismo das análises durkheimianas: O social se explicaria pelo social e as hierarquias entre e dentro dos grupos, bem como as fronteiras entre eles, constituem-se a partir do trabalho de instituição realizado pelos agentes. Concebendo a sociedade como espaço estruturado — a partir do princípio dominante da posse do capital econômico — mas fluido — dada a luta constante dos agentes pela imposição de suas próprias representações domundo social —, esta vertente analítica procura mostrar ainda que a autonomização dos campos é um processo de depuração pelo qual cada obra, cada produtor/agente e a sua própria lógica interna vão se orientando para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo.

A depuração do campo profissional significou a preponderância do diploma universitário como fundamento de distinção. Mas, comó não poderia deixar de ser, os campos ligam-se aos processos estruturais mais amplos e sua autonomia relativiza-se pelo repique interno dos princípios dominantes na sociedade. Assim, pelas homologias estruturais, o campo profissional organiza-se em torno de pólos que se distinguem um do outro, produzindo efeitos semelhantes aos da distinção entre burguesia e classe operária, mas sempre mediados pelas regras específicas do campo:

“as lutas que têm lugar no campo intelectual têm o poder simbólico como coisa em jogo, quer dizer, o que nelas está em jogo é o poder sobre um uso particular de uma categoria particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social” (Bourdieu, 1989c, p. 72).

É a partir deste conceito que podemos entender como a profissão pode se tornar fundamento de distinção, de posicionamento nas hierarquias sociais, compreendendo os processos pelos quais se delimitam fronteiras e se instituem princípios de organização in-

terna que combinam as diferenças numa forma específica de coesão do grupo. Se a vida social é luta perpétua, como quer Weber, se as fronteiras entre os grupos são fluidas, a coesão interna assegura-se pelo trabalho de instituição, de representação do grupo e do mundo social, e é contingente das histórias de cada sociedade, de cada agrupamento, vinculando-se, portanto, às idéias de agente e de projeto.

Ao considerar os grupos profissionais como produto de um trabalho social de instituição, como grupos construídos a partir de uma lógica definida, num quadro de luta social pela dominação, esta abordagem avança em relação às análises weberianas que, mesmo propondo a idéia de grupos construídos (especialmente em Stark), não dão coerência ou não percebem os fundamentos e as consequências da luta por sua construção em todas as instâncias da vida social, de forma sistemática. A partir daí caberia perguntar em que medida a luta pela constituição dos grupos profissionais e pela afirmação de sua posição define tendências estruturais na sociedade, ou ainda, define formas de regulação da vida social, transferindo sua autoridade para fora da sua área estrita de ação. Formulando como questão a idéia de Stark (1990), o problema é saber se e como “os profissionais de classe média tiveram papel ativo na criação e formulação de suas posições, através da elaboração de um projeto profissional que lhes abriu um novo espaço de classe” (Stark, 1990, p. 11).

Esse papel criativo dos grupos profissionais no mundo social pode retraduzir para as relações sociais, para a ação dos grupos, o papel regulador (ou as tentativas de regulação) atribuído à racionalidade científica. Este problema já surge em Larson (1977, p. 38) de forma mais restrita, na sua análise dos modos pelos quais a profissão muda a definição e a forma dos problemas experimentados e interpretados pelos leigos. Estamos diante da questão de como as profissões se organizam em torno de um saber, constroem projetos e procuram reorganizar as relações sociais de maneira que lhes seja conveniente.

Evidentemente, não está em jogo uma consciência e uma capacidade total e exclusiva de planejamento e realização. A discussão das necessidades atendidas pelos profissionais, vistas como produto do jogo de forças sociais e desta ação criativa dos grupos sociais, também pode ter aí um bom princípio de explicação.

Ao introduzir a idéia de que o capital cultural é também um princípio de estratificação concorrente com o capital econômico, a perspectiva bourdieusiana aponta o fundamento último das lutas pela constituição dos grupos profissionais, de sua representação, bem como permite reivindicar para estes uma lógica própria de existência. Dessa forma, pode-se perceber a especificidade da profissão como fundamento de distinção, na medida em que são incorporadas as características diferenciais de comportamento dos agentes e dos grupos, que não poderiam ser atribuídas simplesmente à classe social, no sentido marxista do termo. No caso, a idéia de divisão entre proprietários e não-proprietários é utilizada como homologia, a partir da qual constroem-se núcleos de sentido como nos outros campos, mas que assumem em cada um deles formas e organização específicas, determinadas pelos princípios próprios de cada campo.

Ao estabelecer vínculos entre profissão e hierarquização social, Larson mostra como a ideologia do profissionalismo é estreitamente dependente de um projeto coletivo de mobilidade social produzido e dirigido por uma elite profissional que visava ganhos pessoais na sua efetivação. Introduzem-se aqui duas questões cruciais para o estudo das profissões. Primeiro, a existência de diferenças internas, de uma hierarquia entre os membros da comunidade profissional, que se mostraria então como espaço estruturado, e talvez não tão comunitário como sugerem as análises mais clássicas. A estrutura deste campo se expressaria nos mecanismos de distribuição do capital ou nos seus princípios de divisão. Segundo, a questão da representação do grupo, nos dois sentidos do termo: de delegação e de construção de uma

imagem do grupo localizada socialmente. Aqui retoma-se a questão do ator que, do ponto de vista interno ao grupo, significa luta pelo monopólio dos meios de representação social e política da categoria, luta na qual os diversos agentes procuram constituir-se como o mais/o melhor profissional dos profissionais. Do ponto de vista externo, a representação faz parte do domínio da política, do sindicalismo, expressando, através de organizações que se constituem em representante ou porta-voz, imagens individualizadas do grupo e de suas relações na estrutura social. São dois problemas estreitamente vinculados e que podem ser resumidos como o problema da identidade do grupo: o que faz com que, mesmo diante dessas e de outras diferenças, exista uma coesão que permita chamar uma determinada profissão de grupo social?

Aqui, ao contrário das perspectivas que consideram que o plano social das identidades é sempre o plano das características adscritas, ficando a ação, a racionalidade e a intencionalidade para a dimensão política (ver Reis, 1988), a produção das identidades sociais é tratada globalmente: atores coletivos que vão se constituindo, lutando pelas representações, pelas suas formas de visão e divisão do mundo social. Nem só os partidos são capazes de agir socialmente na definição de identidades: ocupações, seitas, igrejas, grupos intelectuais ou artísticos fazem isto cotidianamente.

“Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social. isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*” (Bourdieu, 1987, p. 14).

Aparece aqui o papel instituidor, criativo, que os agentes têm na constituição do campo profissional, seja para delimitá-lo ou

para organizá-lo, mas principalmente para produzir representações do próprio grupo e do mundo social. Na natureza dessas representações e das formas organizacionais e de ação coletiva encontra-se a especificidade das identidades sociais.

Uma qualificação é necessária neste momento, pois deve-se ter em mente que nem todas as classes têm condições sociais e/ou econômicas de transmutação simbólica das diferenças materiais. E aí já se pode notar que os diversos subcampos do campo profissional diferenciam-se entre si quanto a essas possibilidades. Mas também é importante ressaltar que este campo institui-se junto ao pólo dominante da sociedade, habilitando-se os seus agentes a praticar o jogo das distinções simbólicas dentro dos limites definidos pelas diversas formas de coerção econômica. Isto significa que o campo profissional é espaço de privilegiados, lugar de luta pela dominação, pelo menos virtualmente.

Se o campo profissional desenvolve-se como lugar da instituição de novos padrões de desigualdade social, como quer Larson, a própria lógica da existência dos agentes situados neste campo faz com que eles procurem estender os princípios vigentes no seu espaço para o conjunto das relações sociais. É este propósito que Larson analisa: a profissionalização extensa da sociedade como projeto coletivo de mobilidade social. A perspectiva que se adota aqui permite ir além, no sentido de mostrar que não se trata apenas de mobilidade, mas de um projeto-representação do mundo social. Mais do que impor autoridade cultural (Starr), os grupos profissionais constroem representações específicas sobre o modo como a sociedade se estrutura (ou deve se estruturar) e do lugar de cada grupo aí dentro. Sendo assim, o papel instituidor do trabalho profissional assume dimensões bem mais amplas, podendo abarcar todo o conjunto das relações sociais, dependendo das condições materiais a que me referi anteriormente. A importância das profissões, pressentida por Parsons e explicitada de alguma forma por Larson e Starr, pode mostrar-se assim em toda sua extensão,

deixando as suas marcas na organização e representação da divisão social do trabalho, na criação de hierarquias entre esses trabalhos e entre os grupos que os realizam, na instituição de modelos de profissionalização, na definição de formas legítimas de ação coletiva, nas concepções de mundo.

Nota Final

Da perspectiva aqui discutida, torna-se questão da maior relevância aquela das relações entre os modelos sociológicos de análise dos grupos profissionais e a trajetória dos mesmos. De modo mais enfático, o papel instituidor que sociólogos podem ter no momento em que definem regras de estruturação do mundo social não é apenas um problema epistemológico. A temática dos modelos de profissionalização evidencia o caráter conflituoso da formação dos grupos profissionais mas permite compreender o lugar dos trabalhos sociológicos. O modelo de profissão que procura filiar seu saber à ciência é hegemônico e até os grupos mais distantes dele procuram adaptar-se. Seria importante entender as relações entre as representações do modelo de profissionalização e as representações do próprio grupo, bem como as representações que o grupo tem do campo profissional como todo, de suas hierarquias.

No interior do campo profissional repetir-se-ia, com outras armas e argumentos, o conflito pela sua divisão e hierarquização e o modelo de profissionalização seria um trunfo nesta luta. Aí entram a Sociologia e os sociólogos, como recurso e como agentes, respectivamente, nesta luta pela definição de modelos, de tipos ideais. Os modelos profissionais de médicos produzidos pelo funcionalismo serviram de base para a organização e para reivindicações de uma série de ocupações que pretendiam se profissionalizar. O modelo de profissão ou a ideologia do profissionalismo é uma arma poderosa, um componente do capital de que dispõe um grupo para situar-se no campo profissional. Deste ponto de vista, pode-se incorporar a crítica de Abbott aos teóricos que mostram a

profissionalização como um processo unidirecional, com etapas definidas e semelhante em todos os casos. A organização do campo profissional depende, em cada momento, da correlação de forças sociais que definiria os modos possíveis de profissionalização. O que significa que a trajetória dos diversos grupos é variável, alguns tendo maior destaque que outros em determinados períodos. Mais do que o problema do título e do posto, trata-se aqui de uma confrontação entre os diversos títulos e as formas de estabelecimento do seu valor. Neste processo, o conhecimento dos modelos e a eleição de um deles como objetivamente correspondendo à definição de trabalho profissional pode ser um recurso considerável, remetendo portanto ao papel da Sociologia como produtora de um modo de percepção legítimo:

“Isto quer dizer que não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações e sem se tomar em linha de conta a posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos, quer se trate de simples particulares, condenados aos acasos da luta simbólica quotidiana, quer se trate de profissionais autorizados (e a tempo inteiro) — e entre eles todos os que falam ou escrevem a respeito

das classes sociais e que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado, detentor do monopólio na nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem” (Bourdieu, 1989a, p. 149).

O crescimento do número de sociólogos atuando junto às diversas entidades profissionais pode dar a medida desse papel, mas ainda chama a atenção a pouca significação da sociologia brasileira das profissões. Ao contrário dos Estados Unidos, onde houve um forte processo de profissionalização, instituindo espaços expressivos de validação dos princípios hierarquizadores correspondentes, países como o Brasil ou a França tiveram seus grupos profissionais longa e fortemente subsumidos nas categorias sociais dominantes, atenuando-se ou pelo menos obnubilando-se o seu papel criador. Assim, um pouco além da lógica interna da evolução da teoria e pesquisa sociológicas americanas, francesas ou brasileiras, a trajetória das classes sociais nesses países pode conter elementos explicativos importantes para a situação da Sociologia das Profissões em cada um deles.

(Recebido para publicação
em novembro de 1993)

Bibliografia

- Abbott, Andrew
1988 *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labour*. The University of Chicago Press.
- Becker, Howard
1952 “Social-Class Variation in the Teacher-Pupil Relationship”. *Journal of Educational Sociology*, n. 25.
- Becker, Howard e Carper, James
1956 “The Development of Identification with an Occupation”. *American Journal of Sociology*, vol. LXI, n. 4, pp. 289-98.
- Boltanski, Luc
1982 *Les Cadres*. Paris, Minuit.

- Bourdieu, Pierre
 1979 *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris, Minuit.
 1987 "Condição de Classe e Posição de Classe". In Sergio Miceli (org.), *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.
 1989a "Espaço Social e Gênese das Classes". In P. Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel-Bertran Brasil.
 1989b "A Força do Direito". In *idem*.
 1989c "A Gênese dos Conceitos de Habitus e de Campo". In *idem*.
- Braverman, Harry
 1980 *Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Carchedi, G.
 1975 "On the Economic Identification of the New Middle Class". *Economy and Society*, vol. 4, n. 1, pp. 1-86.
- Chapoulie, Jean Michel
 1973 "Sur l'Analyse Sociologique des Groupes Professionnels". *Revue Française de Sociologie*, vol. XIV, pp. 86-114.
- Collins, Randall
 1979 *The Credential Society*. New York, Academic Press.
- Davis, Kingsley e Moore, Wilbert
 1971 "Alguns Princípios de Estratificação". In O. G. Velho, M. Palmeira e A.R. Bertelli (orgs.), *Estrutura de Classe e Estratificação Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Durkheim, Emile
 1984 *A Divisão do Trabalho Social*. Porto, Editorial Presença.
- Freidson, Eliot
 1986 *Professional Powers*. University of Chicago Press.
- Goode, William J.
 1967 "Community within a Community: The Professions". *American Journal of Sociology*, vol. 72, n. 4, pp. 194-200.
- Gyarmati, K., Gabriel
 1974 "The Doctrine of the Professions: Basis of a Power Structure". *International Social Science Journal*, vol. XXVII, n. 4, pp. 629-54.
- Hall, O.
 1948 "The Stages of a Medical Career". *American Journal of Sociology*, vol. 53, n. 5.
- Johnson, Terry
 1977 "What is to Be Know? The Structural Determination of Social Class". *Economy and Society*, vol. 6, n. 2, pp. 194-233.
- Kuhn, Thomas
 1978 *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva.
- Larson, Magali Sarfati
 1977 *The Rise of Professionalism*. University of California Press.
- Miceli, Sergio
 1987 "Introdução: A Força do Sentido". In S. Miceli (org.), *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.

- Noble, David
1979 *America by Design*. Oxford University Press.
- Offe, Claus
1989 *Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Paixão, Antonio Luiz
1988 "A Teoria Geral da Ação e a Arte da Controvérsia". *Textos de Sociologia e Antropologia*, UFMG, n. 24.
- Parkin, Frank
1983 *Marxism and Classe Theory: A Bourgeois Critique*. Londres, Tavstock.
- Parsons, Talcott
1967 "Las Profesiones y la Estructura Social". In T. Parsons, *Ensayos de Teoria Sociológica*, Buenos Aires, Paidós.
1968 Verbete "Professions". In David Sills (ed.), *International Encyclopaedia of Social Sciences*, The MacMillan Company & The Free Press, vol. XII.
1977 "Durkheim e a Teoria da Integração dos Sistemas Sociais." In Gabriel Cohn (org.), *Para Ler os Clássicos*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Poulantzas, Nicos
1975 *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Reis, Fabio Wanderley
1988 "Identidade Política e a Teoria da Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs/Vértice, n. 6, vol. 3.
- Rhoads, John K.
1991 *Critical Issues in Social Theory*. Pennsylvania State University Press.
- Rueschemeyer, D.
1965 "Doctors and Lawyers: A Comment on the Theory of the Professions". *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, n. 1.
- Starr, Paul
1982 *The Social Transformation of American Medicine*, New York, Basic Books.
- Stark, David
1990 "Forçando as Grades da Jaula de Ferro: Burocratização e Informalização no Capitalismo e no Socialismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Anpocs/Vértice, n. 13.
- Tumim, Melvin
1967 *Social Stratification. The Forms and Functions of Inequality*. New Jersey, Prentice Hall/Englewood Cliffs.
- Urry, John e Lash, Scott
1987 *The End of Organized Capitalism*. Lancaster, Polity Press.
- Wright, Erik O.
1985 *Classes*. Londres, Verso Editions.

As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro*

Maria da Gloria Bonelli

Introdução

As Ciências Sociais têm sido foco dos mais diversos tipos de diagnósticos que as avaliam negativamente. Aponta-se a existência de uma variedade de crises na área, seja do ponto de vista do mercado de trabalho, seja das identidades profissionais, seja da produção intelectual ou da procura por seus cursos.

Espero mostrar que estes sentimentos em relação às Ciências Sociais decorrem do fato de se analisar a profissão fora de seu contexto, isolada do sistema profissional como um todo. Esta perspectiva acaba nos induzindo a buscar explicações para a situação das Ciências Sociais olhando apenas para o seu interior, numa abordagem que perde a dimensão dos condicionantes e a visão das oportunidades reais de seu desenvolvimento dentro do sistema das profissões superiores. Um outro caminho é inserir as Ciências Sociais neste campo, de modo a detectar, histórica e estruturalmente, como a profissão se movimentou nas situações reais que teve de enfrentar, concorrendo com outras profissões, conquistando e perdendo espaços de atuação no mercado de trabalho.

A presente análise sobre o desenvolvimento da profissão vai seguir esta lógica.

Buscarei situar as Ciências Sociais nas interações que estabelece no sistema mais amplo das profissões superiores, mostrando como se dão, na prática, as competições intraprofissionais e interprofissionais que movimentam e modificam esse sistema.¹ A abordagem que adoto para desenvolver tal estudo concebe o mundo profissional como movido por esses dois tipos distintos de competição, modelo analítico que surge na Sociologia das Profissões como decorrência da trajetória de investigação que a especialização percorreu.

As Contribuições da Sociologia das Profissões para a Análise das Ciências Sociais

Há 50 anos a Sociologia vem acumulando conhecimentos sobre as profissões superiores através de estudos que permitiram consolidar uma especialização da disciplina nesta temática, sustentada teoricamente por alguns modelos analíticos com concepções distintas sobre os processos de profissionalização.

A publicação que deu origem a esta área de estudos é inglesa e data de 1933. Carr-Saunders e Wilson (1933) fizeram um levantamento histórico dos grupos que poderiam ser considerados como profissões na

* Esta temática foi desenvolvida em minha tese de doutoramento, *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*, defendida em 1993 na Unicamp. Durante os cinco anos em que estive envolvida com meu doutoramento, contei com bolsas de estudo concedidas pelo CNPq, pela Fapesp e pela Comissão Fulbright. Para a realização da pesquisa empírica recebi apoio financeiro da ANPOCS, do INEP/MEC e o NPP/FGV.

Inglaterra. A base da classificação era a existência de um corpo organizado que dominasse um conhecimento baseado num sistema de ensino e treinamento, com seleção prévia através de exame, e possuísse códigos de ética e de conduta.

Essa definição inicial deu o rumo das discussões por algumas décadas, revelando um das preocupações analíticas dos pesquisadores acerca do seu objeto: que grupos têm e quais não têm esse ou aquele pré-requisito para ser uma profissão realmente genuína. Nesse sentido, o estudo sobre as profissões trouxe para o seu enfoque o mesmo conteúdo monopolizador de poder que as profissões procuravam construir e preservar. A imagem que a área transmitia se assemelhava à imagem que as profissões tinham na sociedade.

Em 1937, Kotschnig focalizou as consequências políticas da expansão do sistema educacional na Europa sobre as profissões superiores no seu *Unemployment in the Learned Professions*, observando como a insatisfação desse contingente não absorvido pelo mercado resultou no apoio ao nazismo.

Sob a ótica de Parsons (1959 e 1968), nos Estados Unidos as profissões adquirem uma versão altruísta. Em vez do egoísmo preponderante na análise marxista da sociedade capitalista, as profissões são concebidas como o reinado da preocupação com a qualidade do serviço prestado ao cliente, com a autoridade adquirida com base no conhecimento. A motivação para o trabalho não se resume apenas aos interesses de obtenção de um rendimento. Profissão é do mundo dos serviços dignos, morais, das relações de igualdade entre os pares. Requer que o cliente confie no saber do profissional e que este respeite seus colegas e seus clientes. Ela era a novidade dessa sociedade e legitimava o altruísmo nessa ordem social.

Se o campo do estudo das profissões surgiu permeado por um conteúdo ideológico elitista, seu significado alterou-se conjuntamente com as mudanças na estrutura social. O impacto dos novos conhecimentos e o

clima dos anos 60 deixaram sua marca também aqui.

Nesta década, a visão das profissões pautada na relação entre profissional e cliente dá lugar à concepção das profissões como formas de controle e poder. Em sua análise do profissionalismo, Johnson (1972) reverte a maneira de se enfocar o problema: o cerne da questão não é mais o atendimento às necessidades sociais, mas a imposição dessas necessidades e dos formatos dos serviços prestados. Freidson (1970), por sua vez, mostra como a base e a força da Medicina nos Estados Unidos é a sua capacidade de articular domínio e autonomia, em vez de confiança e coleguismo. Sua abordagem faz a transição das profissões como altruísmo para a versão onde o monopólio do conhecimento e a proteção de mercados constituem fontes de poder.²

Outro trabalho marcante no embate da visão harmoniosa do profissionalismo é o de Magali Larson (1977), onde a autora vincula o discurso da competência profissional à ideologia burguesa e enfatiza o lado egoísta das profissões, caracterizadas como grupos com interesses estratégicos disputando o domínio de áreas de conhecimento e de mercados.

A diferença no enfoque destes três últimos autores centra-se na quantidade de poder que eles identificam nas profissões e, conseqüentemente, no diagnóstico da situação que analisaram e nas perspectivas vislumbradas. Johnson associa profissões com uma alta capacidade de controle sobre o trabalho profissional, o que o leva a diagnosticar o enfraquecimento e declínio das profissões, tipificando a desprofissionalização, já que elas teriam perdido algumas destas características com o crescimento do controle corporativo e burocrático do Estado. Em vez da fraqueza, Larsons parte da ênfase oposta, da força. Ela identifica o poder e o domínio profissionais como um projeto coletivo de ascensão social que passa a dar as regras e moldar a sociedade. Sua denúncia deste papel ideológico questiona a relevância das profissões como formas de organização social, juntando-se aos que duvidaram do pros-

seguimento do processo de profissionalização, apontando para a proletarianização das profissões. Freidson preserva-se numa posição intermediária entre as abordagens que focalizam a fraqueza e o declínio das profissões e as que enfatizam o domínio que elas poderiam ter sobre toda a sociedade. Neste cenário onde as profissões foram profundamente atacadas, ele identificava nelas aspectos positivos, que o levaram a defendê-las como um desafio ao poder administrativo, como um contraponto ao tipo de atividade geradora da alienação do trabalho apontada por Marx, e como uma forma de proteção contra a incompetência, mesmo que limitada.³

As mudanças sociais vividas nos anos 60 fizeram a passagem entre as duas formas de lidar com a problemática profissional. A primeira delas tinha como preocupação a classificação. Para isso, analisava as características das profissões, do processo e das etapas da profissionalização e dos conteúdos do profissionalismo. As profissões eram concebidas como comunidades homogêneas. Os enfoques introduzidos por Johnson, Freidson e Larsons quebram com esta integração, concentrando-se na identificação dos tipos de relações e de conflitos existentes entre os grupos profissionais.

Tanto as visões funcionalistas, quanto as fenomenológicas ou marxistas tomaram como unidade analítica uma profissão concebida como uma organização. Ambas aceitaram também alguns pré-requisitos da classificação do que é uma profissão. Possuir conhecimento formal, abstrato, de nível superior é o consenso que mais se destaca. Ele é a base tanto da vertente que enfatiza a confiança do cliente no profissional, quanto da que mostra como esse tipo de conhecimento é de elite, não-democrático, monopolizado e concentrador de poder.

De acordo com a visão monopolista, “o sistema formal apenas estabelece os limites da competição, dentro do qual atua um sistema informal de credenciamento. Este frequentemente utiliza critérios discriminatórios como o gênero, a raça, a religião, a etnia

e a cultura de classe, que operam para estruturar o desenvolvimento das carreiras e criar um sistema de estratificação na profissão” (Freidson, 1986, p. 88).

Para Buscher e Strauss (1961, *apud* Freidson, 1986, p. 211), “a comunidade ocupacional (das profissões) geralmente divide-se internamente por especialidades e segmentos, com interesses e ideologias conflitantes em torno do conhecimento, das técnicas e das tarefas na divisão do trabalho”. Segundo Abbott (1981, *apud* Freidson, 1986, p. 211), as profissões “também se estratificam freqüentemente por diferenças no prestígio, nos rendimentos auferidos e no poder”.

Freidson observa ainda que “as profissões são também sistemas organizados pela divisão da autoridade sobre o conteúdo e a organização do trabalho profissional (...). A diferenciação de seus membros em praticantes, administradores da profissão e professores-pesquisadores é, portanto, uma característica central da organização das profissões” (1986, p. 211). Segundo o autor, as relações entre esses segmentos são inevitavelmente tensas, pois representam uma complicada divisão de poder profissional e de conhecimento formal. Ocupando posições diferentes no sistema e com trabalhos distintos, cada segmento possui perspectivas e interesses próprios.

Na visão de Freidson, portanto, o poder das profissões apóia-se na diferenciação de seus membros em praticantes, administradores e intelectuais. Desta forma, as profissões têm seus próprios membros nos postos-chave de acesso às posições de poder. Os praticantes têm algum poder sobre os clientes, e mesmo que este não seja uniforme, eles têm o poder de controlar o trabalho que fazem. Os administradores (os membros de organizações representativas da profissão, por exemplo) condicionam como e onde os praticantes podem exercer poder sobre os clientes. Os intelectuais (os professores e pesquisadores) não exercem poder sobre nada nos locais de trabalho profissional, mas sua atividade forma a base para as regras organizacionais dos administradores e para as deci-

sões de trabalho dos praticantes. São eles que controlam quem vai possuir o diploma necessário ao exercício profissional.

Aquela área de estudos que se iniciou com as descrições naturalistas das profissões no mundo anglo-saxão construiu um corpo teórico para si. Nos anos 80, a estratificação no interior de cada profissão tornou-se um outro ponto de consenso. As diferenças entre as vertentes passaram a centrar-se na interpretação do fenômeno. Para alguns autores, a estratificação é a evidência do declínio das profissões, explicada como a proletarização ou a desprofissionalização delas. Para outros, ela é parte integrante da estrutura das profissões.

A Sociologia das Profissões montou seus quatro modelos básicos mesclando o altruísmo e o egoísmo com os enfoques internos e externos, no nível do indivíduo ou das relações sociais.⁴ A concepção altruísta de Parsons mesclou-se com o enfoque do sistema interno à profissão. A importância da confiança do paciente no médico e a capacidade deste de tratar de seus doentes eram decisivas para o profissionalismo. Tal abordagem teórica da questão ganhou o formato de um funcionalismo altruísta, com as explicações centradas ao nível do indivíduo. O outro modelo funcionalista, de Ben-David (1963), analisa o profissionalismo como resultado de um fator externo. Nesta perspectiva, os indivíduos envolvidos optariam pelo profissionalismo como uma forma de agir corporativamente para proteger seus interesses ou conquistar novos espaços.

O modelo monopolista de Larson caracteriza o profissionalismo como poder elitista, concentrador, egoísta, mas seu enfoque volta-se para as conseqüências externas. Segundo a autora, o profissionalismo dos médicos relaciona-se muito mais com a posição e o *status* da profissão na hierarquia social do que com a saúde de seus clientes. Para Freidson, as relações sociais contam na concepção egoísta do profissionalismo, mas ele identifica também as conseqüências internas na relação entre profissional e cliente. Essas relações ao nível individual responderiam pe-

las diferenciações internas, não sendo apenas decorrências exteriores das disputas por poder e *status* profissional.

Dois pontos unificavam essas diferentes vertentes: explicar o profissionalismo e relacioná-lo de alguma forma com o mercado, seja o mercado visto como clientes consumidores, seja o mercado como um lugar onde corporações disputam posições. Por isso as profissões de médico e de advogado no mundo anglo-saxão, que apresentavam a maior associação entre conhecimento e posição destacada no mercado das ocupações, concentraram a maior parte da atenção da área. Até para o enfoque monopolista, era nelas que o conhecimento e o poder se articulavam integralmente. Ambas constituíam o tipo ideal weberiano.

Com a mesma preocupação de explicar o profissionalismo, Collins (1990a e 1990b) parte de uma outra perspectiva. Questiona a visão de que conhecimento é poder, em função da sua capacidade de solucionar problemas, e opõe-se a esse tipo de vinculação direta entre profissão e mercado. Segundo ele os sistemas de conhecimento atendem a propósitos simbólicos, baseados no prestígio ideológico e na monopolização social, contendo o acesso a eles. A maneira como o conhecimento é organizado socialmente é muito mais importante do que o conhecimento que é produzido. A educação superior é vista como um ritual.

Para Collins, a necessidade social de ter os problemas solucionados não explica as profissões. Afinal, argumenta ele, os mecânicos solucionam muito mais problemas do que os filósofos. Se o mercado fosse outra variável fundamental, os administradores ou os engenheiros não deveriam enfrentar tantas dificuldades para obter as distinções do profissionalismo. Na escala que cita, as profissões que alcançaram maior poder e prestígio social são as de advogado, médico e cientista.

Collins considera que as profissões extraem seu poder da combinação de dois fatores: (1) da capacidade de criar seus próprios problemas para depois desenvolverem o co-

nhecimento abstrato para solucioná-los e (2) da capacidade de monopolizar o desempenho de uma atividade especializada, para a qual há uma demanda externa vinda da sociedade. Essas condições são encontradas na Ciência, no Direito e na Medicina. O Direito criou as leis que os advogados utilizam. Os cientistas resolvem os problemas que outros cientistas formularam. Já a Medicina atende a uma demanda social pelos seus conhecimentos, mas limita o ingresso na profissão e monopoliza seu desempenho, controlando inclusive o acesso aos medicamentos. Segundo ele, há profissões com enorme capacidade de solucionar problemas, decorrente de seu conhecimento técnico, mas elas não alcançaram posições sociais tão destacadas.

Embora recorte a problemática das profissões sob um outro prisma,⁵ Collins não se exclui da área da Sociologia das Profissões, coisa que faz Bourdieu. Ambos dão maior ênfase às dimensões simbólicas nessas relações, embora Bourdieu faça também um questionamento ideológico da Sociologia das Profissões, enquanto Collins usa tal especialização para mostrar como as profissões se perpetuam através de seus rituais.

A oposição de Bourdieu à Sociologia das Profissões se dá em função da forma como ele concebe a própria existência das profissões na sociedade. O conceito de profissão, para ele, é a expressão do simbólico como violência. Toma-se emprestada uma palavra usada na linguagem cotidiana para incorporá-la ao discurso científico. Emprega-se como instrumento de análise uma noção que deveria ser, ela própria, o objeto analisado (Bourdieu, 1991b e 1988a). Mais do que apontar o conteúdo simbólico do profissionalismo, Bourdieu procura mostrar a Sociologia das Profissões como a construção ideológica de uma geração de sociólogos americanos que aspiravam se tornar membros do *establishment*. O conceito de profissão não corresponderia a uma realidade social, mas à construção da Sociologia como uma profissão distinta. Daí a violência simbólica: a força político-organizacional de uma ortodoxia intelectual se impondo ao

campo científico. A lógica operante no campo da política sendo transferida para o campo intelectual.

“A Sociologia compartilha, ao mesmo tempo, de duas lógicas discrepantes: a lógica do campo político, onde a força das idéias está diretamente ligada ao poder que tem o grupo que a considera verdadeira; e a lógica do campo científico, que, na sua condição mais desenvolvida, apenas sabe e reconhece a ‘força intrínseca das verdadeiras idéias’ à la Spinoza. A comunicação científica, na sua forma ideal, difere da comunicação política porque o peso dos argumentos, dos problemas e das soluções não é decorrente desta ou daquela força social que o defende” (Bourdieu, 1991b, pp. 375-80).

As Ciências Sociais no Sistema das Profissões

A proposta analítica que orienta esta investigação insere as Ciências Sociais no sistema profissional, focalizando as áreas onde ela faz fronteira com outras profissões, disputando objetos, áreas de atuação, monopólios de poder, prestígio e posição na hierarquia ocupacional. Em vez de enfocá-la com as conotações ideológicas de distinção, vamos ver a relação dessa profissão com as outras e entre seus segmentos internos, a partir dos trabalhos que desempenham.

Analisar o trabalho no sistema das profissões é o modelo proposto por Abbott (1988). O autor estuda a competição inter e intraprofissional tomando como parâmetro as conquistas e as perdas de jurisdições legais nas áreas sob disputa focalizadas em seu livro. Mostra, em resumo histórico, como esses embates se desenvolveram em três áreas: (1) nas profissões do universo da Informação, divididas em qualitativas (Biblioteconomia, Jornalismo) e quantitativas (Contabilidade, Administração, Engenharia, Economia, Estatística, Marketing, Publicidade, Pesquisa de Opinião, Computação); (2) entre os advogados e seus competidores, e (3) na construção da jurisdição do problema pessoal, com as disputas entre o aconselhamento religioso, a Psiquiatria e a Psicoterapia dos analistas e dos psicólogos. Sua proposta é ver co-

mo se deu a divisão do trabalho de nível superior.

A vantagem desta perspectiva é estruturar as profissões como um sistema com sua dinâmica própria, onde o trabalho desempenhado e as disputas pelas atividades dão o perfil da lógica que se desenvolveu e da configuração a que se chegou. O autor acredita ter articulado, na explicação do trabalho de nível superior, aquilo que as visões sobre o profissionalismo conceberam separadamente ou como decorrência de fatores internos ou de fatores externos. Com isto, o dilema construído pelas quatro formas básicas de se analisar as profissões teria uma proposta de solução.

Abbott apresenta uma articulação entre a perspectiva interna — dos segmentos — e a externa — da competição entre as profissões. Seu modelo é elaborado de forma a ser aplicado em qualquer país industrial não-socialista, em qualquer momento a partir da Revolução Industrial. Esta generalização, contudo, abre um flanco à crítica, em função das noções de historicidade e de interação social que apresenta. Um modelo que estabelece *a priori* o desenrolar dos acontecimentos contradiz: (1) a perspectiva histórica, que atribui relevância aos fatos capazes de mudar o destino natural previsto pelos esquemas e (2) a capacidade de mudança resultante dos processos de interação social. Implementar esta proposta analítica sem atentar para esses dois problemas resulta no encobrimento das especificidades regionais e/ou nacionais. Acaba se detectando o padrão que se repete sem se visualizar o que se diferencia. Isso abre caminho para um processo crítico já conhecido: aquele que parte de abordagens históricas que procuram mostrar como os modelos sociólogos generalizam rapidamente suas conclusões e vê a essência desses modelos questionada pelas evidências coletadas historicamente.

Uma outra fonte de crítica à concepção histórica em Abbott toma como referencial a sua formação nos métodos quantitativos. Abbott extrai daí uma perspectiva de quantificar os eventos e as seqüências de eventos

que contam para formação de estruturas ou para a modificação de contextos. Esta visão ajusta-se ao estudo das profissões tomando como base a sua história jurisdicional, mas é incompatível com uma imagem interativa do sistema das profissões. É possível quantificar as conquistas jurisdicionais que levam à consolidação de uma profissão, mas é impossível contar as interações sociais que levaram a isso.

Considero que analisar as Ciências Sociais brasileiras sob o ângulo de sua inserção no sistema das profissões mas abrindo espaço, na concepção do modelo, para a historicidade gerada pelas interações sociais estabelecidas no processo local se configura na abordagem mais adequada ao estudo aqui desenvolvido. É indispensável enfocá-la nas suas relações externas, com as profissões com que faz fronteira, e nas suas relações internas, com seus segmentos e pares. Neste sentido, as contribuições de Freidson sobre a diferenciação no interior da profissão também são utilizadas como um referencial.

A análise mais “microscópica” de como os formados em Ciências Sociais vivem o seu trabalho e vêem sua profissão foi desenvolvida a partir de depoimentos coletados e encontra-se analisada na minha tese de doutoramento.⁶ Ali, tomo emprestado a referência teórica do interacionismo simbólico e de seus estudos sobre identidade profissional.⁷ O conceito de interação pressupõe diversos agentes e diferentes ações movimentando-se e atuando uns sobre os outros, formando um mundo social. Interação está longe de significar ações conjuntas harmoniosas. Muito pelo contrário, o que mais se destaca na sua lógica interna é como o conflito é parte integrante do sistema das profissões, tanto ao nível interno quanto externo.

Uma outra dimensão que aprofundo na análise a seguir é a história específica que resulta dessas interações: as diferenças na morfologia da profissão em cada contexto, seus competidores, as formas como se relacionam com o Estado, qual é o desenvolvimento da estrutura universitária, que posição a disci-

plina ocupa dentro dela e quais os condicionantes de sua origem.

É a articulação dessas três perspectivas — a externa, a interna e a histórica — que vai permitir captar, na sua plenitude, a lógica que caracteriza o funcionamento das Ciências Sociais no Brasil.

Vista sob este prisma, uma profissão não pode ser entendida isoladamente. Diagnósticos que identificam uma crise nas Ciências Sociais olhando-a fora de seu contexto e de seu desenvolvimento histórico já partem de uma premissa equivocada. Embora esta seja uma questão que mobiliza os cientistas sociais, sua análise científica não pode ficar restrita a necessidades de caráter mais político e imediato.

A proposta aqui implementada é, através da análise sociológica, contribuir para a compreensão da forma como as Ciências Sociais se movimentam no sistema das profissões. Para isto, é imperativo abdicarmos dos rótulos sobre a situação presente da profissão e de prognósticos sobre o seu futuro. Nossas conclusões não podem anteceder ao esforço de conhecer através da pesquisa científica. Se, no decorrer da análise, obtivermos sucesso nesta tarefa, poderemos extrair disto conclusões que fujam ao esquema tradicional de atribuir às crises econômicas ou a algum grupo profissional poderes “mágicos” sobre um sistema muito mais complexo.

O Desenvolvimento da Profissão no Brasil

A bibliografia sobre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil está relacionada à criação da Escola Livre de Sociologia e Política — ELSP, em 1933, em São Paulo, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934. O impacto da fundação da USP impôs a necessidade de redefinição no curso da ELSP, de acentuar diferenças de objetivos em relação ao curso de Ciências Sociais da USP, como um modo de garantir seu prosseguimento. A ELSP passou, assim, a frisar sua finalidade prática de formação de técnicos para aumentar a competência adminis-

trativa, tanto no setor público quanto no setor privado, o que, segundo a própria escola, a distinguiu da USP e justificava sua continuidade (Limongi, 1989).

O curso da USP, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — FFCL, consolidou-se como um referencial para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Desde o nascedouro, pautou-se por um discurso que acentuava o prestígio do tipo de conhecimento que iria transmitir. Enfatizava-se a necessidade de que o país viesse a dominar um saber indispensável ao desenvolvimento e que fosse capaz, além disso, de preparar os alunos dos cursos secundários em expansão.

O discurso mais “altruísta” da FFCL voltava-se para uma elite que valorizava a informação cultural, e aquele mais “prático”, para segmentos sociais em ascensão. Entretanto, segundo dados analisados por Miceli (1987) e Limongi (1988), os estudantes que formaram as primeiras turmas da FFCL procediam de um segmento social que, apesar de dispor de recursos financeiros, não compunha a elite local. As mulheres e os imigrantes sobressaíam nessas turmas, em comparação com o estudantado de Direito e Medicina, cuja característica social era sua vinculação à elite estabelecida.

Recuperando os fatos da época, Limongi registra o interesse inicial da elite local pelo curso, freqüentando-o nos primeiros seis meses “em busca de ilustração, vida social e novidades”, e seu afastamento das aulas a partir de então. Para contornar as dificuldades de obtenção de matrículas para o curso — o que inclusive ameaçava sua continuidade — foram criados incentivos para atrair novos candidatos. Professores primários foram dispensados de suas atividades no magistério para freqüentar os cursos, criando-se a figura do aluno comissionado. Posteriormente, instituiu-se um sistema de bolsas para os não-comissionados, cuja principal função foi conter a evasão escolar. Do total dos estudantes que concluíram o curso nos quatro primeiros anos de sua existência, 58,3% eram comissionados ou bolsistas.

Assim, em sua origem, as Ciências Sociais enfrentaram adversidades oriundas da sua posição mais fraca diante das profissões liberais tradicionais. Elas foram ocupando os espaços existentes na estrutura educacional e profissional, para constituir o campo da profissão e disputar áreas e atividades.

As diferenças nas estratégias de sobrevivência e nos objetivos dos cursos da ELSP (atual FESP — Fundação Escola de Sociologia e Política) e da USP indicam como essas duas instituições atuaram para enfrentar a competição intra e interprofissional. A ELSP procurou frisar como sua prioridade a formação de funcionários com competência técnica. A perspectiva era criar um nicho numa área onde a USP não atuava. A FFCL, de início, propôs-se a formar uma elite intelectual para o país, mas logo ampliou seus objetivos acrescentando a capacitação de professores para o ensino secundário. Embora essas diferenças possam não ter assumido, na prática, a mesma dimensão que preconizavam os estatutos das instituições, elas forneciam identidades distintas aos membros da FFCL e da ELSP e justificavam os projetos dos dois cursos.

No Brasil, as Ciências Sociais começam a se institucionalizar a partir das duas escolas. Entretanto, elas se defrontaram com um sistema profissional cuja espinha dorsal já estava delimitada pelo Direito, a Medicina e a Engenharia. O primeiro curso jurídico criado no país data de 1825. Três anos depois instituiu-se o primeiro curso de Medicina do Império. As duas profissões tiveram, portanto, mais de cem anos de antecedência em relação às Ciências Sociais no Brasil. Até a criação da FFCL-USP, o que se constituía na problemática social, enquanto objeto de estudo, estava acoplado ao curso de Direito.

Em 1832, uma lei imperial autorizou a criação de um curso de estudos mineralógicos em Minas Gerais, base da Escola de Minas de Ouro Preto, que só foi ser implementada de fato em 1875. Data dessa época, também, a Escola de Agricultura, fundada em 1838, com sede no Rio de Janeiro, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Surge, então, a

profissão de agrimensor, regulamentada em 1887, em função da criação dos cursos de Engenharia quatro anos antes.

Uma análise das legislações federais brasileiras sobre o ensino superior (Reitoria da USP, 1953) permite observar que desde essa época, o surgimento de um curso novo leva a que se regulamentem as profissões que estão na área ou na fronteira. Este é o mais evidente sinal da competição que gesta o sistema profissional no país desde o surgimento das primeiras profissões de nível superior.

Em 1873, a legislação imperial autoriza o “ensino da Engenharia Militar, das Ciências Físicas e Matemáticas” através da fusão da Escola Militar com a Escola Central. Do resultado dessa fusão nasce a Escola Politécnica, que se dedica ao ensino da Engenharia Civil. O meio século de “atraso” do advento do curso de Engenharia no Brasil é um indício da desvantagem desta profissão, se comparada à força do Direito e da Medicina. A marca da desvantagem acompanha, de certa maneira, a valoração social desta profissão até hoje. Os médicos e os advogados continuam sendo as profissões mais prestigiadas e as que detêm maior poder na organização, regulamentação e controle de seus interesses.

Além das profissões que se consolidaram como as liberais tradicionais, o sistema profissional brasileiro contava com a participação de outros estabelecimentos de ensino superior antes da criação dos cursos de Sociologia e Ciências Sociais no país. Em 1858, a legislação imperial criou o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. Em 1890 é inaugurada no Observatório do Rio de Janeiro a Escola de Astronomia e Engenharia Geográfica. Também neste ano a Saúde Pública começa a conquistar espaço fora da Medicina, com a separação do Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina. Em 1892 cria-se o Pedagogium, um laboratório de Psicologia Pedagógica. A Psicologia nascia vinculada às normalistas e voltada para a Educação. A Academia de Belas Artes, criada em 1877, e o Conservatório de Música, fundado em

1841, mudam de *status* em 1892, dando origem à Escola Nacional de Belas-Artes e ao Instituto Nacional de Música.

O novo século traz outras novidades. A Medicina e Saúde se diversificam. Em 1901 surge a Clínica de Psiquiatria e de Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina. Logo depois, ganham *status* oficial as Escolas de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de vários estados. A Veterinária é regulamentada em 1912, na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Em 1919, a Faculdade de Odontologia ganha autonomia.

Na área do Direito surgem regulamentações sobre novas escolas de ensino jurídico e sobre novas disciplinas, com o desmembramento de antigas ou a incorporação de cadeiras ensinadas também em outros cursos.

Em 1930, uma legislação concede o grau de engenheiro geógrafo aos estudantes aprovados na 1.^a série do curso de Engenharia Civil. Em 1931 regula-se o exercício da Enfermagem no Brasil e a equiparação das Escolas de Enfermagem. Organiza-se também o ensino comercial, com a criação de cursos de perito contador, guarda-livros, atuário e do curso superior de Administração e Finanças. Registra-se ainda a regulamentação da profissão de contador e o restabelecimento do curso de Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional.

Em 1932 vem a regulamentação e fiscalização do exercício da Medicina, Odontologia, Veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira. Neste mesmo ano o vestibular torna-se obrigatório para o ingresso no curso de Química Industrial e, em 1933, cria-se a Escola Nacional de Química. Em 1934, uma lei federal “concede inspeção preliminar aos cursos de Letras, com o complemento de formação pedagógica à licença cultural do Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras da capital de São Paulo”. A inspeção permanente é concedida em 1937.

É nesta estrutura embrionária do sistema profissional brasileiro que surge a profissão de cientista social. Neste espaço, ela vai

se inserir e disputar áreas de atuação. Além das atividades profissionais apresentadas como os objetivos dos cursos da ELSA e da USP, as Ciências Sociais estiveram entre as primeiras profissões superiores a colocar sua marca no incipiente mercado de trabalho intelectual. Já na década de 1930, as conexões entre a formação acadêmica e a área de difusão cultural atraíram cientistas sociais para jornais, revistas e editoras, como jornalistas, ensaístas, críticos, tradutores, revisores e editores.⁸ A trajetória ocupacional da profissão no Brasil teve seus alicerces construídos nesta época.

A ausência de possíveis competidores numa posição mais sólida representou, para as Ciências Sociais, a oportunidade de ocupar tais espaços profissionais, ainda que profissões liberais, como o Direito, também participassem desse mercado. A área de difusão cultural não demandava dedicação integral do colaborador e não se lutava pelo monopólio da atividade.

A diversificação dos objetivos dos cursos da ELSA e da USP colocou seus formados em posições diferentes no mundo do trabalho e possibilitou a expansão da área de atuação profissional. Na década de 30, ainda não existia o curso superior de Comunicação nem o de Economia, e a nascente Administração estava acoplada às Finanças e Contabilidade. Todos esses cursos vão, posteriormente, disputar e conquistar atividades que estavam sendo desempenhadas por pessoas formadas nas escolas existentes, destacando-se as de Ciências Sociais.

A origem quase simultânea de dois cursos na área de Ciências Sociais, numa época caracterizada pela ausência da demanda de alunos por essas disciplinas, também marcou a trajetória da profissão no Brasil. Para sobreviverem, ambos os cursos precisaram rapidamente redefinir seus objetivos e escopo de atuação para áreas desocupadas na estrutura profissional. Esta foi outra fonte de competição intraprofissional.

Identificamos na FFCL e na ELSA duas diferentes culturas sendo gestadas sobre as práticas profissionais e a imagem da profis-

são. Com frequência, explicamos esta diferença tomando como referencial a influência do pensamento sociológico americano sobre a primeira escola, e a influência francesa na constituição do curso da USP. Mais do que um fator explicativo, esta relação tornou-se um componente da cultura profissional local. Transformou-se numa verdade sobre o passado, dando sentido às diferenças no presente das Ciências Sociais no Brasil.

A vertente explicativa que se baseia nas distintas influências estrangeiras, e nos seus modelos institucionais e intelectuais, para analisar a origem do padrão uspiano ou o da ELSP acaba no entanto ocultando a dimensão das competições e dos espaços existentes no sistema profissional local.⁹ Este ângulo de visão focaliza apenas os aspectos internos à profissão, deixando de lado os condicionantes externos a ela. Como veremos, a morfologia do sistema profissional e das mudanças que vivenciou está intimamente relacionada com o destino das instituições que compõem o mundo da profissão.

Com isto, não se pretende aqui negar as marcas que diferentes influências acadêmicas internacionais possam ter deixado nas Ciências Sociais nacionais. Entretanto, outros trabalhos já enfatizaram a dinâmica e a capacidade interativa dos indivíduos, que se reapropriam de criações, modelos e idéias que não são originalmente seus e os reconstroem, atribuindo-lhes novos significados.¹⁰ O modelo francês adotado nas Ciências Sociais brasileiras se institucionalizou aqui mais rapidamente do que lá. Com isto, a profissão se expandiu mais cedo no Brasil do que na França.

Apesar da polarização entre o modelo americano e o francês, professores do porte de Florestan Fernandes, na segunda geração, ou de Juarez Brandão Lopes e Aparecida Joly Gouveia, na subsequente, estiveram em ambas as instituições e interagiram com ambas as influências. Até mesmo entre os membros da primeira geração de professores, que contava com os próprios estrangeiros, essa dicotomia entre um modelo mais filosófico e um mais empirista não parece ter

sido tão clara. Os problemas com recursos deram o seu tom no perfil que as instituições desenvolveram. Roger Bastide, professor francês que chegou à USP em 1938 e ocupou a cadeira de Sociologia I entre 1941 e 1954, responsabilizava a falta de verbas pelo fato de não poder realizar pesquisas com seus alunos. Já Donald Pierson, Ph.D. na Escola de Sociologia de Chicago e professor catedrático de Antropologia Social na ELSP entre 1939 e 1956, conseguiu encontrar recursos, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, para desenvolver suas pesquisas empíricas (Massi, 1989).

Examinar quem são os personagens que compõem o mundo das Ciências Sociais da época, como interagiam entre si e com as demais profissões ajuda a captar este passado de uma maneira mais dinâmica.

Embora se trabalhe com uma imagem de que o curso da USP sempre foi voltado para a reprodução de seu corpo docente, os dados que dispomos sobre os 187 formados nos quatro primeiros anos da FFCL indicam que apenas 25% deles tornaram-se professores da instituição (Limongi, 1988). Apesar de não sabermos o destino profissional dos demais 75%, este contingente não está incluído na explicação da auto-reprodução. Mas sabemos que o curso de Ciências Sociais já contava com um contingente feminino elevado para as características da época, em função da estratégia de recrutar normalistas para garantir a sobrevivência do curso. Uma parte delas pode ter dado continuidade à sua carreira no 2.º grau, enquanto outras podem ter se voltado para a vida familiar, através do casamento e da maternidade, sem ingressar no mercado de trabalho ou mesmo se retirando dele. Esta suposição baseia-se mais no perfil profissional das sociólogas de hoje do que em dados reais sobre seu passado.

Apesar de a participação feminina nos cursos de Ciências Sociais ter se ampliado após as diversas mudanças que se operaram na sociedade nos anos 60, atingindo um índice de 75% do corpo docente em 1968, o perfil feminino da profissão já estava estabeleci-

do antes dessas mudanças (ver Tabela 1). A série de dados disponíveis sobre o corpo discente de Ciências Sociais no Brasil começa a ser coletada em 1948. Neste ano, as mulheres matriculadas nos cursos repre-

sentavam 42% do total de alunos. Para a década de 30, dispomos apenas do número de titulados no curso da USP (ver Tabela 2). A porcentagem de mulheres que se formou neste período é de 53%.

Tabela 1
Expansão do Corpo Discente de
Ciências Sociais — Brasil — 1948/1987

Ano	Matrícula			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	% Fem.	Total	Masculino	% Fem.
1948	141	82	42%	12	8	33%
1949	168	92	45%	14	9	36%
1950	130	80	38%	22	11	50%
1951	152	88	42%	24	13	46%
1952	166	92	45%	18	9	50%
1953	268	173	35%	20	16	20%
1954	333	219	34%	54	32	41%
1955	387	233	40%	73		
1956	536	273	49%	68	41	40%
1959	1.154	571	51%	125	52	58%
1960	1.378	641	53%	171	70	59%
1961	1.712	766	55%	208	74	64%
1962	2.179			304	109	64%
1964	1.944	687	65%	249	59	76%
1966	4.460	1.595	64%	403	128	69%
1968	5.769	1.471	75%	798		
1971	9.434	2.775	58%	1.258	316	75%
1972	10.583	3.302	69%	1.690	414	76%
1973	10.476	2.605	75%	1.826		
1975	10.991			2.530		
1978	12.526			1.813		
1979	14.516			2.067		
1980	14.090			1.986		
1983	15.637			2.180		
1985	14.035			2.006		
1986	14.802			2.148		
1987	15.161			1.837	474	74%

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação

Tabela 2
Diplomados em Ciências Sociais na USP — 1936/1955

Ano	Feminino	Masculino	Total
1936	1		1
1937	9	8	17
1938	5	4	9
1939	1	2	3
1940	1	4	5
1941	1	12	13
1942	7	8	15
1943	3	2	5
1944	10	2	12
1945	6	2	8
1946			
1947	7	2	9
1948	4		4
1949	4	2	6
1950	5	6	11
1951		5	5
1952	5	1	6
1953	1		1
1954	9	4	13
1955	6	1	7
Totais	85	65	150
Em %	57%	43%	100%

Fonte: Miceli (1987).

Se para elas tal estratégia representou o acesso à vida universitária e a um conhecimento abstrato pouco comum ao gênero na época, a presença desse contingente nos cursos favoreceu o tipo de hierarquização e de estratificação que a profissão viveu no Brasil. A competição entre os profissionais do sexo masculino pelas posições que estruturaram a elite intelectual brasileira foi menor do que, por exemplo, a verificada nos Estados Unidos. Nas posições privilegiadas da carreira, a participação masculina aparece sobre-representada se comparada com seu peso no total do corpo discente. Em 1948, os professores universitários de Ciências Sociais somavam 75 (ver Tabela 3). Neste ano regis-

tra-se o maior índice de participação feminina na função (15%), que só vai ser superado na década de 60. Em 1973, as mulheres representavam 40% desse mercado de trabalho, embora corresponderem a 75% do alunado.

Ao contrário da análise desenvolvida por Miceli (1989), que interpreta a feminização das Ciências Sociais como um fenômeno intensificado nos últimos anos, responsável, em boa parte, pela segmentação do mercado de trabalho e pela depreciação social da profissão, os dados apresentados acima demonstram que o perfil feminino da área já era muito expressivo para o modelo vigente no país antes dos anos 60, e que a profissão estratificou-se logo na sua origem.

Tabela 3
Expansão do Número de Cursos e do Corpo Docente de
Ciências Sociais — Brasil — 1948/1986

Ano	N.º Cursos	Corpo Docente		
		Total	Masculino	% Fem.
1948	7	75	64	15%
1949	7	78	72	8%
1950	8	96	91	5%
1951	9	128	116	9%
1952	11	144	132	8%
1953	12	135	115	15%
1954	14	181	161	11%
1955	20	231	203	12%
1956	19	238	212	11%
1960	31	364	318	13%
1961	35	391	329	16%
1962	41	497	413	17%
1963	48	574	432	25%
1968	60	977	712	27%
1971	65	1.168	782	33%
1973		1.216	727	40%
1974	75	1.324		
1975	76	1.340		
1978	70			
1979	69			
1980	69			
1983	71			
1985	70			
1986	69			

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação. Para os primeiros anos os dados foram retirados da publicação periódica *Ensino no Brasil*. Os demais foram extraídos da série *Sinopse do Ensino Superior*. A partir de 1973 essas sinopses não apresentam o corte por sexo no corpo docente, e a partir de 1975 os dados limitam-se à expansão dos cursos e do corpo discente.

A feminização da profissão não pode responder por nenhum desses dois fenômenos, nem pela depreciação social, nem pela segmentação da profissão. O mercado de trabalho dos sociólogos nos Estados Unidos,

em particular o do meio acadêmico, já era segmentado mesmo antes da participação feminina aumentar. A segmentação do mercado acabou atuando como uma barreira para o ingresso das mulheres na atividade docente

superior.¹¹ Vale notar que lá essa barreira tem sido ultrapassada mais lentamente do que no Brasil.

Se a inclusão das normalistas no curso da USP foi uma estratégia de sobrevivência para as Ciências Sociais, de uma perspectiva profissional o resultado foi bem mais amplo. Ela representou um diferencial positivo para a participação feminina no mercado de trabalho. A proporção de mulheres ocupando posições no meio acadêmico brasileiro é superior à americana. Nos Estados Unidos, a procura feminina pelos cursos de Sociologia foi se ampliando conforme os homens foram perdendo interesse pela área.¹² Lá, alunas representaram, na década de 80, a manutenção de uma demanda que vinha caindo acentuadamente. Em ambas as situações, no Brasil ou nos Estados Unidos, a presença feminina na profissão tem muito pouco de invasão ou depreciação. As evidências são de que as mulheres ocuparam espaços vagos, devido ao desinteresse masculino pela profissão. Nas atividades profissionais onde os homens continuam tendo interesse, como é o caso do meio acadêmico, o ingresso feminino tem de enfrentar a barreira da segmentação.

No final da década de 80, nos 64 departamentos de Ciências Sociais *stricto sensu* (Ciências Sociais, Sociologia, Ciência Política e Antropologia) existentes no Brasil, havia 1644 docentes.¹³ Isto representava cerca de 4,5% do estoque de profissionais aptos para o mercado de trabalho. Em 1985, o estoque de profissionais de nível superior formados em Ciências Sociais já era da ordem de 36.500 em todo o Brasil. Se o curso sobreviveu e se expandiu em diversos estabelecimentos de ensino no país nesses 50 anos, é preciso repensar esta imagem de que ele é voltado para a sua auto-reprodução. Tal pode ser a identidade de um dos segmentos da profissão, os docentes superiores, que ao difundirem a imagem com que se identificam, encontram ressonância no corpo discente. Mas isto, por si só, não foi o fator que deu corpo à profissão ao tempo em que tinha 25% de seus formados trabalhando no meio acadêmico, nem é o que a sustenta hoje.

Um contingente superior a 4,5% dos formados precisa encontrar o que fazer para que a profissão exista e se segmente. As posições que eles encontram vão compor o quadro da competição intra e interprofissional. Uma profissão não se resume à identidade de um de seus segmentos. Ela é resultado das interações que se estabelecem no mercado de trabalho, dos espaços que se disputam, se conquistam e se perdem. É na dimensão da história da profissão que podemos detectar como ela vem se desenvolvendo, para diagnosticar suas vitórias e suas derrotas.

O cenário da profissão, se visto historicamente desde a sua origem no país, apresenta uma trajetória em que se mesclam perdas e ganhos de posições e atividades no mercado de trabalho. Sob o prisma da competição interprofissional, as Ciências Sociais têm, simultaneamente, perdido alguns campos e conquistado outros. Interagindo no sistema profissional de uma posição mais fraca diante de outras profissões, a maior parte dos movimentos que faz decorre das possibilidades advindas de suas interações nos contextos de mudança. Como já disse, desde o início da constituição do campo os cientistas sociais foram redefinindo seus objetivos e escopo condicionados pelas disputas que tinham de enfrentar ou pelo surgimento de novas oportunidades.

Vale notar que fatores vinculados ao avanço tecnológico possibilitaram a expansão do campo de atuação da ELSA. O surgimento, por exemplo, do rádio e da propaganda abriu-lhe o campo da pesquisa de mercado no Brasil. A primeira rádio inaugurada no país data de 1927. É a Rádio Educativa, que depois transformou-se na Rádio Tamoio. Neste ano, a Divisão de Publicidade da General Motors no Brasil, considerada a primeira "escola" de propaganda no país, contava com 27 profissionais.

A primeira pesquisa de mercado realizada no país data de 1934.¹⁴ Foi feita pela N.W. Ayer-Son e era uma encomenda do Departamento Nacional do Café. Foram realizadas entrevistas pessoais com 12 mil consumidores e 3 mil torradouros e revendedo-

res em 18 estados. Esta pesquisa pioneira foi dirigida por dois ex-funcionários da General Motors que haviam ido para a Ayer e que fizeram carreira na propaganda brasileira: Francisco Teixeira Orlandi (na época, gerente na Ayer) e Charles Dulley (contato).

O segundo registro de pesquisa de mercado no Brasil vem da área acadêmica da Psicologia. Foi realizada entre 1937 e 1939 pela psicóloga Aniela Ginsberg. Trata-se de um estudo sobre a memorização de anúncios de diversos tamanhos, com ou sem ilustração, publicados no jornal *O Estado de São Paulo*. Ao contrário da Sociologia, que teve o curso superior criado antes de sua participação neste mercado de trabalho, a Psicologia chega à área bem antes da estruturação do seu bacharelado e licenciatura no país, ocorrida em 1962.

Em 1942 o IBOPE é fundado por Auricélio Penteado, que além de desempenhar as atividades de promotor da Justiça Militar, fazia programas de rádio em São Paulo e queria conhecer o perfil de sua audiência. O IBOPE cresce rapidamente nos anos 40. É nessa década também que se registra o ingresso do primeiro profissional formado na ELSP na área de pesquisa de mercado e opinião.

“Aluno da turma de 1938 da ELSP, (Octávio da) Costa Eduardo foi apresentado, em 1940, por seu professor Donald Pierson a Lloyd Free, editor do *Public Opinion Quarterly*, professor em Princeton e amigo íntimo de Nelson Rockefeller. Lloyd Free andava na ocasião visitando vários países onde, financiado por Rockefeller, organizava sondagens para apurar a imagem dos Estados Unidos e recolher opiniões acerca de seu envolvimento previsível na Segunda Guerra Mundial.

Free convida Costa Eduardo a montar uma equipe de entrevistadores para percorrer o país aplicando questionários. Dessa convivência Costa Eduardo retirou uma amizade que lhe foi útil quando, graças a Donald Pierson, lhe foi aberta a oportunidade para estudar Antropologia e Psicologia Social nos Estados Unidos. Lá estudou Psicologia Social e Antropologia Cultural com Angus Campbell, da Universidade de Northwestern e colaborador de Paul Lazarsfeld.

Voltando ao Brasil em 1945, Costa Eduardo tornou-se professor da escola onde se formara. Nessa função em contato com alunos, ajudou a viabilizar outros projetos trazidos dos Estados Unidos e a treinar vários pesquisadores” (Durand, s/d).

Ao mesmo tempo que as Ciências Sociais começam a conquistar espaço neste mercado, na década de 40, elas também experimentam a competição pelo outro lado: pelo aumento da disputa nas áreas em que a ELSP e a FFCL atuavam. A nova competição que muda a morfologia do sistema profissional se concretiza nas leis criadas então. Em 1940, a legislação federal do ensino superior dispõe sobre a organização de cursos da Administração. Em 1941, sobre a realização simultânea de cursos nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1943, a legislação institui o curso de Jornalismo no ensino superior e, em 1945, dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.

Se a regulamentação desses cursos já não é, em si mesma, decorrente da existência de diferentes interesses em disputa, a sua criação passa a gerá-los, espelhando uma correlação de forças que é favorável a um lado, em detrimento de outro. As atividades que as Ciências Sociais se propunham a atender no campo da Administração privada e do Jornalismo começam a ter competidores com direitos legais de atuar na área.

A pesquisa de mercado, entretanto, parece garantir alguma força à Sociologia. Afinal, em 1946, cria-se uma legislação federal fixando o currículo mínimo para os cursos de Sociologia e Política e obtém-se o reconhecimento legal da ELSP, depois de 13 anos de sua criação. Neste mesmo ano, porém, o governo federal legisla novamente sobre o curso de Jornalismo, estabelecendo as bases de sua organização, além de autorizar os cursos da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Novamente, as Ciências Sociais brasileiras ganham de um lado mas perdem de outro. O que a pesquisa de mercado traz de perspectiva de expansão de áreas de trabalho é contrabalançado pelo surgimento de competidores no ensi-

no superior, com a criação dos cursos de Jornalismo e de Economia.

Em 1952 começou a funcionar no Museu de Arte de São Paulo — MASP a primeira Escola de Propaganda do Brasil. O projeto de criação da escola foi coordenado por Rodolfo Lima Martensen, presidente da Lintas, que havia começado sua carreira na empresa como redator e radialista, em 1937. As disciplinas do curso eram Psicologia, Elementos de Propaganda, Técnica de Esboço (*Layout*), Arte-final, Produção e Artes Gráficas, Redação, Rádio-Cinema-TV, Mídia, Estatística, Pesquisa de Mercado e Promoção de Vendas. Entre 1958 e 1968, Costa Eduardo lecionou nesta escola. Até este ano ela foi a única escola de Propaganda no país.

O resumo que Durand faz da implantação e do desenvolvimento da pesquisa de opinião e mercado no Brasil relaciona a área com incentivos oriundos dos avanços tecnológicos de cada época, o que já dá uma dimensão do peso secundário das Ciências Sociais no sistema profissional. A pesquisa de opinião e mercado é implantada a partir do advento do rádio e se consolida no país com a hegemonia da TV, na década de 70. Neste setor específico, junto com a hegemonia da TV, veio a da Comunicação e da Propaganda e Marketing.

A absorção de cientistas sociais no segmento pode ser ilustrada pela proporção de sociólogos filiados à Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado. Esta associação conta com sócios provenientes de diversos cursos superiores, sendo que as Ciências Sociais contribuem com a maior cota (27%). Depois dela, em ordem decrescente, vêm os formados em Administração, os que não possuem curso superior, os graduados em Psicologia, Propaganda e Marketing, Comunicações, Economia e Estatística/Matemática.¹⁵ Mas a força que as atividades de criação têm no campo estabeleceu os freios e os limites do setor de pesquisa. Os conflitos entre os departamentos de pesquisa e os de criação marcaram a trajetória de desenvolvimento da Propaganda. A correlação de forças no

sistema profissional se manifesta nas disputas concretas no mercado de trabalho.¹⁶

Outra fronteira de disputa das Ciências Sociais foi com os cursos de Administração. A formação de administradores competentes para o setor privado passou a ser exercida por estes cursos. Embora a ELSP tivesse introduzido tal objetivo no seu estatuto, ela só o preservou enquanto não apareceu um novo concorrente. Além do curso de Administração e Economia da USP, a Escola de Administração de Empresas da FGV, que já tinha sede no Rio, instala-se também em São Paulo em 1954.

No final da década de 60, além das perdas que as Ciências Sociais sofrem com as cassações de professores, a ELSP perde campo para a FGV, que cria o curso de Administração Pública. Possuir o diploma de Sociologia e Política até então contava pontos nos currículos dos profissionais que pretendiam se submeter a concursos públicos em diferentes carreiras como, por exemplo, a de juiz. Nos anos 70, a formação superior para a profissionalização na administração pública deslocou-se para o curso da FGV, o que contribuiu para esvaziar o projeto da ELSP.

Embora as Ciências Sociais sofram derrotas expressivas frente à Administração, elas conquistam terreno em outras áreas fronteiriças que surgem como novidades introduzidas por mudanças sociais ou pelo desenvolvimento tecnológico, com destaque para a importância do setor público como mercado de trabalho para a profissão. O ingresso de profissionais nas novas atividades tem seguido um padrão semelhante. Ao mesmo tempo que há um espaço a ser ocupado no sistema das profissões, há profissionais participando da construção e da disputa pelo novo campo. Esta foi a origem da profissão, como também da sua expansão para a pesquisa de mercado, para o planejamento urbano, para as diversas áreas das políticas públicas e, recentemente, para a ecologia.

No planejamento urbano, por exemplo, as Ciências Sociais entram no campo numa posição de disputar atividades junto à Geo-

grafia e à Arquitetura e Urbanismo, que também travam uma disputa com a Engenharia. Essa situação é oposta à que ela viveu com a Administração. Aqui, as Ciências Sociais competem para abocanhar uma fatia desse novo mercado da década de 50.

A Arquitetura torna-se objeto de legislação federal nos anos 40. Os cursos superiores começam a obter reconhecimento legal a partir de 1944. Em 1946, o governo dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. Também neste ano, cria-se um decreto transferindo cadeiras da Escola Nacional de Belas-Artes para a Faculdade Nacional de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. A FAU-USP é criada em 1948. Até então, o campo do urbano era afeto à Engenharia e à Geografia.

O planejamento urbano ganha forte impulso na década de 50, estimulado por uma política governamental desenvolvimentista, simbolizada pela construção de Brasília. O estímulo à profissão que vem de fora do sistema profissional altera a sua posição nele. A procura pelos cursos superiores da área se expande significativamente. A posição da Arquitetura diante do enfoque normativo da Engenharia se diferencia. O planejamento urbano conquista um espaço que até então era exclusivo da Engenharia.

A Geografia e a Sociologia são aliadas da Arquitetura na priorização da questão urbana, em lugar da ênfase no desenho e na construção de obras. É uma aliança dos mais fracos na disputa com a Engenharia. O segmento do planejamento urbano conta principalmente com profissionais oriundos da Arquitetura, da Geografia, da Sociologia e da Economia.

A Sociologia entra na área por uma brecha nos paradigmas da Arquitetura em relação ao problema urbano, no ponto em que eles não conseguem constituir uma alternativa ao enfoque que priorizava a obra de arte e a construção de prédios. É este espaço que os sociólogos visualizam para recortar o objeto de acordo com sua formação. Eles trazem a vertente que estuda a história da so-

cidade e do Estado procurando identificar o processo que produz a cidade, em vez de conceber a cidade como um conjunto de edifícios. É a vertente “dos processos” em oposição à vertente “das obras”.

Seguindo a construção de Brasília, o país vive um processo interno de urbanização, que aumenta ainda mais durante o período do “milagre econômico” e se estende até 1978. O campo se constituiu rapidamente e representou uma alternativa profissional muito cobiçada pelos sociólogos que estavam começando carreira na época dos “planos diretores”, feitos para as prefeituras e os governos estaduais interessados num plano de ação para as suas respectivas gestões.¹⁷

Em cada um dos segmentos em que os profissionais começam a expandir a participação das Ciências Sociais o padrão encontrado é semelhante a este. Há uma confluência entre o aparecimento do espaço no sistema profissional e a presença de cientistas sociais na disputa e configuração do campo junto com outros competidores. O surgimento desse espaço no sistema profissional origina-se, muitas vezes, de um impulso externo gerado tanto pelo desenvolvimento econômico e tecnológico quanto pela implementação de políticas governamentais. Foi assim na pesquisa de mercado, no planejamento urbano e, agora, nas questões do meio ambiente.

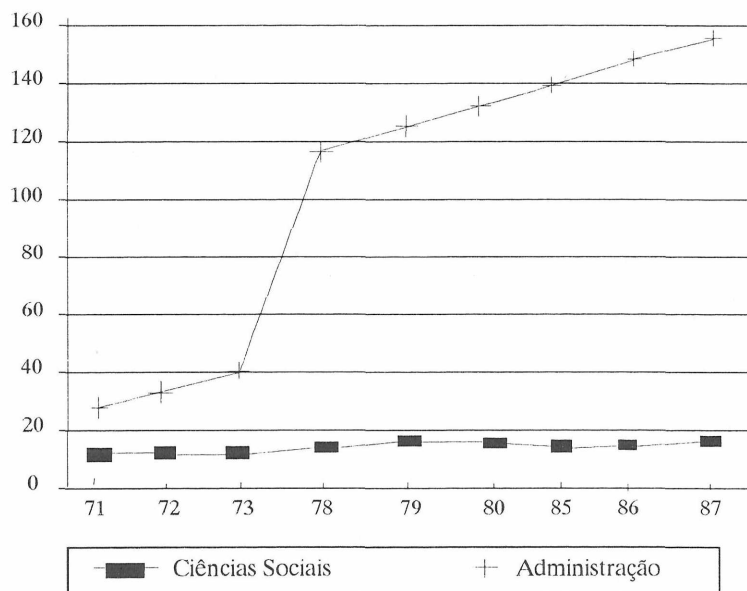
O mesmo padrão é identificado no setor público e no setor privado. Neste último, a redemocratização do país atuou para expandir a profissão em áreas que haviam ficado tolhidas, mesmo no *boom* do milagre econômico. Além da proliferação do mercado das pesquisas eleitorais, os anos 80 vão ver o surgimento de departamentos de desenvolvimento social em algumas empresas privadas de grande porte e a profissionalização das atividades de assessoria a movimentos sociais, sindicatos e associações. A redemocratização também aguçou as disputas com os profissionais de Serviço Social, principalmente nos órgãos governamentais que trabalham com intervenção social. Há hoje um espaço maior para a ação, que aumenta a transpa-

rência das competições interprofissionais nessa área de fronteira.

Embora as Ciências Sociais tenham sofrido derrotas para a Administração, as Comunicações e a Propaganda e Marketing, que ganham uma expressão ainda maior em função do crescimento vertiginoso no contingente de candidatos que passam a ser atraídos para tais profissões a partir da segunda metade anos 70 (ver Gráficos 1 e 2), as Ciências Sociais também se expandiram numericamente no decorrer dos 60 anos de sua história no Brasil. A atividade docente, tanto superior quanto de 2.º grau, ampliou-se com

a expansão do sistema educacional brasileiro. Além do crescimento no número de cursos de graduação em Ciências Sociais, desenvolveram-se os programas de ensino de pós-graduação e as atividades de pesquisa acadêmica (Arruda, 1990). No final dos anos 60 e nos anos 70, surgem centros de pesquisa fora da universidade, como o CEBRAP.¹⁸ Nos anos 80, os núcleos e laboratórios de pesquisa voltam a se expandir no interior do sistema universitário. Essas instituições, contudo, absorvem uma parcela muito pequena de pesquisadores, geralmente vinculados à estrutura universitária como docentes ou como alunos.

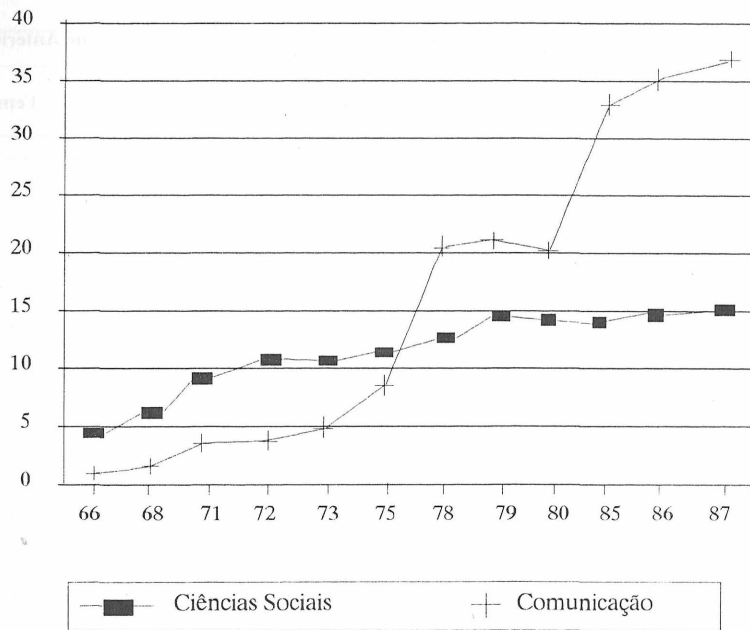
Gráfico 1
Evolução das Matrículas de Graduação em Ciências Sociais e Administração — Brasil — 1971/1987



Foi no meio acadêmico que as Ciências Sociais conseguiram preservar sua área de atuação intacta, mantendo o domínio do mercado. A expansão do sistema de ensino superior durante os anos 70 conteve parte das perdas na competição com outras

profissões. Isto acabou gerando a impressão equivocada de que a profissão é voltada para a reprodução do seu corpo docente. Mas é impossível ignorar as profundas mudanças na morfologia do sistema profissional na última década.

Gráfico 2
Evolução das Matrículas de Graduação em Ciências Sociais e
Comunicação — Brasil — 1966/1987



Enquanto a expansão das Ciências Sociais estagnou nos anos 80, cursos “tradicionais” como o de Direito ou “modernos” como o de Administração, de Comunicação e de Economia continuam vivendo intenso desenvolvimento (ver Tabelas 4, 5 e 6).

A fraqueza das Ciências Sociais se manifesta nas suas perdas de domínio sobre campos de atuação em disputa. Ela perdeu para os cursos de Administração o objetivo de formar técnicos competentes para o setor privado e o público. Perdeu para os cursos de Comunicação a jurisdição da área para atuar e formar profissionais para a imprensa. Com as dificuldades institucionais vivenciadas pela ELPS, o projeto de Donald Pierson de ensinar a pesquisar e diagnosticar a reali-

dade nacional também sofreu grandes perdas. Parte do espaço que essa escola conquistara — o da formação de pesquisadores de mercado — ficou desocupado. Até a década de 70, a ELSP continuou preparando profissionais para atuar nesta área, mas nos anos 80 seus titulados já tinham um outro perfil. Do ponto de vista institucional das Ciências Sociais, o segmento ficou mais a descoberto, sujeito a ser disputado e até monopolizado por quem se proponha a dar conta da atividade. Os cursos de Propaganda e Marketing estão entre os candidatos que têm interesse no setor, como já exemplificava, em 1952, o currículo da Escola Superior de Propaganda e Marketing, apresentado acima.

Tabela 4
Expansão do Corpo Discente nos Cursos
de Administração — Brasil — 1948/1987

Ano	N.º Cursos	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
		Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948		25	25	0%	25	25	0%
1954	4						
1955	4	291	252	13.40%	12	10	16.66%
1956	4	605	546	9.75%	29	23	20.69%
1957		771					
1958	6	779	720	7.57%	97	77	20.61%
1959	6	848	775	8.61%	48	38	20.83%
1960	9	904	818	9.51%	141	123	12.76%
1961	10	1.073	940	12.40%	130	119	8.46%
1962	9	1.077			123	112	8.94%
1963	13	1.719		17.57%	188	170	9.57%
1964	18	2.558	2.137	16.46%			
1980	251	134.742			21.746		
1982	264	134.889			21.828		
1986	261	147.271			19.650		
1987	270	153.978			20.206		

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação.

Tabela 5
Expansão do Corpo Discente nos Cursos
de Comunicação Social (Jornalismo)
— Brasil — 1948/1987

Ano	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948	354	295	17%			
1949	461	382	17%	15		
1950	643	523	19%	133	101	24%
1951	500	373	25%	81	68	16%
1952	400	299	25%	166	130	22%
1953	356	238	33%	41	28	32%
1954	354	223	37%	113	78	31%
1955	324	185	43%	69	35	49%
1956	322	189	41%	76	36	53%
1959	466	266	43%	65	38	42%
1960	490	268	45%	92	54	41%
1961	517	287	44%	96	58	40%
1962	689			87	41	53%
1964	772	388	50%	110	50	55%
1966	1.316	611	54%	224	97	57%
1968	1.742	780	55%	272		
1971	3.410	1.715	49,5%	603	224	63%
1972	3.462	1.360	61%	409	146	64%
1973	4.855	1.770	64%	555		
1975	8.325			900		
1978	20.649			2.906		
1979	20.776			3.047		
1980	20.543			3.305		
1983						
1985	32.950			5.174		
1986	35.365			5.029		
1987	36.958			5.175	2.720	60%

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação.

Tabela 6
Expansão do Corpo Discente nos Cursos
de Economia — Brasil — 1948/1987

Ano	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948	1.760	1.683	4%			
1949	2.295	2.185	5%	392	372	5%
1950	2.461	2.335	5%	471	447	5%
1951	2.440	2.327	5%	475	462	3%
1952	2.523	2.381	6%	524	501	4%
1953	2.721	2.548	6%	503	469	7%
1954	3.083	2.895	6%	509	482	5%
1955	3.551	3.348	6%	544	514	6%
1956	4.076	3.843	6%	607	574	5%
1959	5.475	5.157	6%	787	738	6%
1960	5.981	5.620	6%	817	773	5%
1961	6.911	6.492	6%	735	671	9%
1962	8.131			832	825	6%
1964	9.028	8.359	7%	1.250	1.155	8%
1966	13.847	12.651	9%	1.948	1.789	8%
1968	16.961	15.377	9%	2.497		
1971	21.175	18.416	13%	4.298	3.744	13%
1972	21.417	17.789	17%	4.966	4.385	12%
1973	26.862	22.043	18%	6.428		
1975	35.269			6.346		
1978	54.120			7.407		
1979	59.541			8.177		
1980	62.012			9.501		
1983						
1985	64.863			8.066		
1986	64.099			7.817		
1987	67.152					

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação.

Ser uma profissão fraca não é uma característica apenas das Ciências Sociais. A grande maioria das profissões está em condições parecidas. Ser forte é que é uma exclusividade de poucos (ver Gráficos 3 e 4). No caso das profissões de nível superior, pode-se dizer que só o Direito e a Medicina estão realmente nesta posição (ver Tabelas 7 e 8). Nem as engenharias, incluídas entre as

profissões tradicionais, possuem os instrumentos de controle de mercado que possuem as duas anteriores.

O fato de a força ser uma característica de pouquíssimas profissões significa que há, para as demais, oportunidades de interagir no sistema profissional, conquistando e perdendo espaços nas competições que o movimentam.

Gráfico 3
Estoque Profissional. Profissões Semelhantes às Ciências Sociais — Brasil — 1985

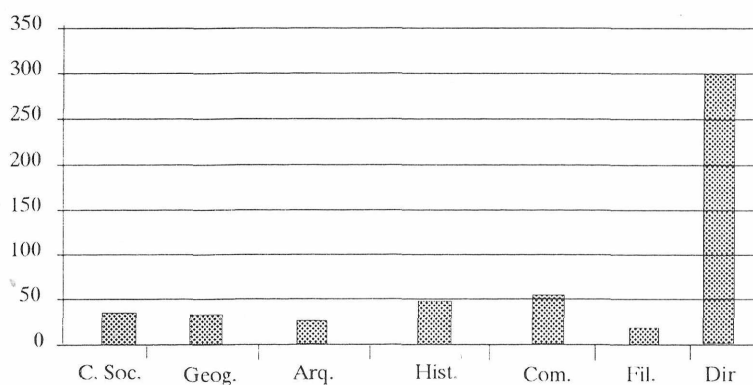


Gráfico 4
Estoque Profissional. Profissões Contrastantes com as Ciências Sociais — Brasil — 1985

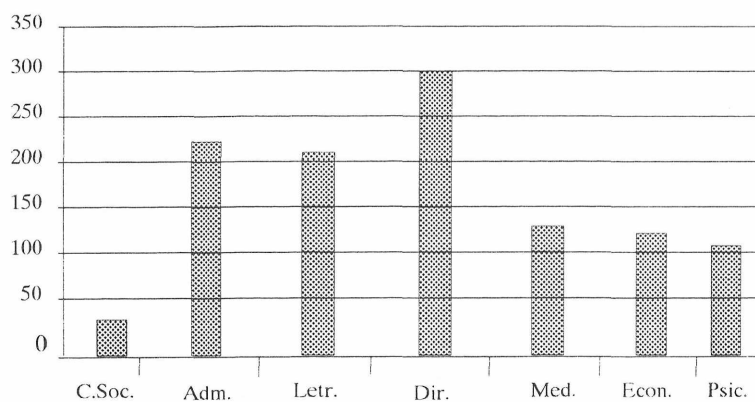


Tabela 7
Expansão do Corpo Discente nos Cursos de Direito
— Brasil — 1948/1987

Ano	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948	8.434	7.809	7%	947	888	6%
1949	9.463	8.541	10%	1.260	1.187	6%
1950	11.055	10.111	9%	1.300	1.195	8%
1951	12.891	11.793	9%	1.620	1.511	7%
1952	14.599	13.249	9%	1.883	1.707	9%
1953	16.264	14.650	10%	1.946	1.776	9%
1954	18.908	16.901	11%	2.733	2.485	9%
1955	19.676	17.398	12%	2.779	2.512	10%
1956	20.235	17.835	12%	2.619	2.336	11%
1959	21.977	18.982	14%	3.340	2.942	12%
1960	23.293	19.981	14%	3.562	3.075	14%
1961	23.519	19.940	15%	3.274	2.899	11%
1962	26.140			3.509	3.013	14%
1964	28.020	23.179	17%	3.817	3.270	14%
1966	36.363	28.862	21%	4.488	3.715	17%
1968	52.856	41.051	22%	5.377		
1971	76.906	57.650	25%	8.959	7.016	22%
1972	78.340	57.386	27%	9.878	7.453	25%
1973	79.621	57.059	28%	12.214		
1975	89.594			15.942		
1978	127.221			16.014		
1979	131.440			17.541		
1980	135.026			20.599		
1983						
1985	132.373			20.094		
1986	141.187			21.743		
1987	144.043			22.040		

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação.

Tabela 8
Expansão do Corpo Discente nos Cursos de Medicina
— Brasil — 1948/1987

Ano	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948	7.232	6.557	9%	978	912	7%
1949	8.257	7.490	9%	1.142	1.044	9%
1950	8.529	7.710	10%	1.070	973	9%
1951	9.015	8.093	10%	1.129	1.043	8%
1952	9.171	8.156	11%	1.241	1.124	9%
1953	9.787	8.712	11%	1.307	1.184	9%
1954	9.892	8.721	12%	1.390	1.200	14%
1955	9.894	8.737	12%	1.449	1.313	9%
1956	10.291	9.058	12%	1.390	1.217	12%
1959	10.248	9.049	12%	1.578	1.378	13%
1960	10.316	9.129	12%	1.491	1.319	12%
1961	10.365	9.114	12%	1.528	1.343	12%
1962	10.838			1.760	1.529	13%
1964	12.067	10.582	12%	1.556	1.367	12%
1966	17.152	14.341	16%	1.755	1.562	11%
1968	25.226	20.423	19%	2.053		
1971	30.990	23.611	24%	4.270	3.413	20%
1972	33.097	24.853	25%	3.721	2.925	21%
1973	35.357	25.514	28%	5.301		
1975	47.416			7.722		
1978	50.572			8.945		
1979	49.172			9.300		
1980	49.464			9.199		
1983						
1985	48.231			7.443		
1986	47.756			7.536		
1987	47.950			6.759	3.935	42%

Fonte: Sinopse Estatística do Ensino Superior — SEEC/MEC

*(Recebido para publicação
em dezembro de 1993)*

Notas

1. A noção de competição interprofissional e intraprofissional como dando corpo ao sistema das profissões foi extraída de Abbott (1988).
2. Esta periodização do desenvolvimento dos estudos sobre profissões foi extraída de Abbott (1988, pp. 1-31).
3. Ver Brint (1993).
4. A estruturação desse corpo teórico seguiu o caminho de dicotomizar as perspectivas internas e externas ou as micros e macros. É com o modelo analítico de Abbott, em 1988, que estas duas dimensões se integram. Esta é a principal contribuição do autor, embora ele centre seu estudo nas disputas jurisdicionais entre as profissões. Com isto, ele fortalece aquele olhar preocupado com o credenciamento que caracterizou o funcionalismo e perde o fazer cotidiano da profissão por seus membros. A dimensão histórica, em Abbott, limita-se à análise do sistema legal, em detrimento da vivência dos grupos que, na prática, construíram seus campos profissionais.
5. A forma como Collins aborda a questão quebra com uma visão polarizada entre a Sociologia das Profissões e a Sociologia da Ciência.
6. A referência completa da tese encontra-se na nota de abertura deste artigo.
7. A bibliografia sobre interacionismo simbólico e identidade profissional tomada como referência baseou-se em Becker (1986), Strauss (1959) e Blumer (1969).
8. Ver análise sobre mercados das Ciências Sociais nos anos 30/40 em Miceli (1987).
9. Ver Schwartzman (1987). Fernanda Massi (1989) também aponta essa diferença na influência americana e francesa na origem das duas escolas.
10. Ver Schwarcz (1992) e Vianna (1988).
11. O conceito de segmentação foi extraído de Stinchcombe (1986, pp. 86-9). A idéia baseia-se na capacidade dos professores universitários de controlar corporativamente o recrutamento na profissão. Esse controle exclui os iniciantes na carreira. Estes são treinados para essas posições. Só os contratados estão aptos a “vender educação universitária”. Há um monopólio que permite aos professores receberem um salário superior ao que poderia ser pago a outras pessoas para fazer esse trabalho. Mas não há monopólio entre os iniciantes. A segmentação vem do monopólio dos iniciados na seleção dos novos candidatos entre os jovens que recebem o treinamento.
12. O declínio na procura masculina pelos cursos de Ciências Sociais nos Estados Unidos pode ser visualizado nestes dados: em 1970/71 eles eram 98.090 bacharéis num universo de 155.236; em 1987/88 eles haviam caído para 56.297 num total de 100.270 titulações. Ver Bonelli (1993a).
13. Tabulação especial fornecida pela Secretaria de Estatística da Educação e Cultura — SEEC/MEC para o ano de 1987.
14. As informações sobre a origem da pesquisa de mercado no Brasil registradas aqui resumem a reconstituição histórica feita no livro *História da Propaganda no Brasil*, organizado por Castello Branco (1990). Ver especialmente o artigo de Octávio Costa Eduardo, “O Desenvolvimento da Pesquisa de Propaganda no Brasil”. No livro há informações divergentes sobre qual teria sido a primeira pesquisa realizada no país. Optei por reproduzir os dados apresentados no artigo de Costa Eduardo. Sobre pesquisa de opinião e mercado, ver Durand (s/d).
15. Na minha tese de doutoramento há uma análise do perfil dos sócios da Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado e da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo.

16. Há dois artigos escritos por profissionais da área de pesquisa onde se relatam experiências pessoais, se descreve o funcionamento do setor e se reconstitui a história da pesquisa de opinião e de mercado. Ambos os textos fazem comentários sobre o conflito entre a área de pesquisa e a de criação. Ver Costa Eduardo (1990) e Aldrighi (1985).
17. A principal fonte que utilizei para fazer este breve apanhado sobre o surgimento do planejamento urbano no Brasil foi uma entrevista com um profissional da área de Arquitetura com longa experiência na docência universitária, utilizada na minha tese como ilustrativa das posições de fronteira profissional.
18. Sobre os centros de pesquisa ver Sorj (1985 e 1992).

Bibliografia

- Abbott, Andrew
 1981 "Status and Status Strain in the Professions". *The American Journal of Sociology*, vol. 86, maio, pp. 819-35.
 1988 *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Aldrighi, Vera
 1985 "Eficiência Publicitária e Pesquisa de Comunicação". In Julio Ribeiro (org.) *Tudo o que Você Queria Saber sobre Propaganda e Ninguém Teve Paciência para Explicar*, São Paulo, Atlas.
- Araújo, Braz J. (org.)
 1980 *A Crise da USP*. São Paulo, Brasiliense.
- Arruda, Maria Arminda N.
 1990 O Sistema de Pós-Graduação no Brasil: Um Balanço. São Paulo, Idesp, mimeo.
- Azevedo, Fernando
 1958 *A Cultura Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos.
- Azevedo, Fernando (org.)
 1956 *As Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos.
- Becker, Howard
 1969 *Sociological Work: Method and Substance*. New Brunswick, Transaction Books.
 1982 *Art Worlds*. Berkeley, University of California Press.
 1986 *Doing Things Together. Selected Papers*. Evanston, Northwestern University Press.
- Ben-David, J.
 1963 "Professions in the Class System of Present Day Societies". *Current Sociology*, n. 12, pp. 247-98.
- Blumer, Herbert
 1969 *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Berkeley. University of California Press.
- Bonelli, Maria da Gloria
 1993a "Os Sociólogos nos Estados Unidos". *Ciências Sociais, Hoje*, São Paulo, Anpocs/Hucitec.
 1993b Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

- Bourdieu, Pierre
 1975 "The Specificity of the Scientific Field and the Social Conditions of the Progress of Reason". *Social Science Information*, vol. 14, n. 6, pp. 19-47.
- 1988a *Homo Academicus*. Califórnia, Stanford University Press.
- 1988b "Vive la Crise! For Heterodoxy in Social Science". *Theory and Society*, n. 17, pp. 773-87.
- 1991a "The Peculiar History of Scientific Reason". *Sociological Forum*, vol. 6, n. 1, pp. 3-26.
- 1991b "On the Possibility of a Field of World Sociology", in P. Bourdieu e J.S. Coleman (eds.), *Social Theory for a Changing Society*. Boulder/Colorado, Westview Press/Russell Sage Foundation.
- Bourdieu, Pierre e Coleman, James S. (eds.)
 1991 *Social Theory for a Changing Society*. Boulder/Colorado, Westview Press/Russell Sage Foundation.
- Bourdieu, Pierre e Passeron, J.C.
 1967 "Sociology and Philosophy in France since 1945: Death and Resurrection of a Philosophy without Subject". *Social Research*, vol. 34, spring, pp. 162-212.
- Bourdieu, Pierre e Wacquant, L.J.D.
 1992 *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Brint, Steven
 1993 "Eliot Freidson's Contribution to the Sociology of Professions". *Work and Occupations*, vol. 20, n. 3, agosto.
- Burrage, Michael e Torstendahl, Rolf (eds.)
 1990 *Professions in Theory and History: Rethinking the Study of the Professions*. Londres, Sage Publications.
- Buscher, Rue e Strauss, Anselm
 1961 "Professions in Process". *The American Journal of Sociology*, vol. 66, n. 4, pp. 325-34.
- Carr-Saunders, A. P. e Wilson, P.A.
 1933 *The Professions*. Oxford, Oxford University Press.
- Castello Branco, Renato (org.)
 1990 *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo. Ibraco/T.A. Queiroz Ed.
- Collins, Randall
 1979 *The Credential Society*. New York, Academic Press.
- 1989 "Sociology: Proscience or Antiscience?" *American Sociological Review*, vol. 54, fevereiro, pp. 124-39.
- 1990a "Changing Conceptions in the Sociology of the Professions". In Rolf Torstendahl e Michael Burrage (eds.), *The Formation of Professions: Knowledge, State and Strategy*, Londres, Sage Publications.
- 1990b "Market Closure and the Conflict Theory of the Professions". In Michael Burrage e Rolf Torstendahl (eds.), *Professions in Theory and History: Rethinking the Study of the Professions*, Londres, Sage Publications.
- Costa Eduardo, Octávio
 1990 "O Desenvolvimento da Pesquisa de Propaganda no Brasil". In Renato Castello Branco (org.), *História da Propaganda no Brasil*, São Paulo, Ibraco/T.A. Queiroz, pp. 98-112.
- Durand, José Carlos
 s/d "Implantação da Pesquisa de Opinião e Mercado no Brasil (1930/1972)". *Textos Didáticos*, São Paulo, FGV/NPP, n. 9, mimeo.

- Figueira, Sérvulo A.
1980 *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Freidson, Eliot
1970 *Profession of Medicine: A Study of the Sociology of Applied Knowledge*. Chicago, The University of Chicago Press.
1986 *Professional Powers*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Freidson, Eliot (org.)
1971 *The Professions and their Prospects*. Beverly Hills, Sage Publications.
- Gella, Aleksander (ed.)
1976 *The Intelligentsia and the Intellectuals: Theory, Method and Case Study*. Beverly Hills, Sage Publications/International Sociological Association.
- Heilborn, Johan
1991 "The Tripartite Division of French Social Science: A Long-Term Perspective". In Peter Wagner et al., *Discourses on Society*, Netherlands, Kluwer Academic Publisher.
- Hughes, Everett
1984 *The Sociological Eye: Selected Papers*. New Brunswick, Transaction Books.
- Ianni, Octávio
1990 "A Crise de Paradigmas na Sociologia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice/Anpocs, n. 13.
- Johnson, T. J.
1972 *Professions and Power*. Londres, MacMillan.
- Joyce, Patrick
1987 *The Historical Meanings of Work*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Kotschinig, W.M.
1937 *Unemployment in the Learned Professions*. Londres, Oxford University Press.
- Larson, Magali S.
1977 *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. Berkeley, University of California Press.
- Limongi, Fernando
1988 Educadores e Empresários Culturais na Construção da USP. Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
1989 "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo". In Sergio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- MacDonald, K. e Ritzer, G.
1988 "The Sociology of the Professions: Dead or Alive?", *Work and Occupations*, vol. 15, n. 3, pp. 251-72.
- Massi, Fernanda
1989 "Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930/1960)". In Sergio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- Miceli, Sergio
1987 "Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 5, vol. 2, outubro.
1990 *A Desilusão Americana: Relações Acadêmicas Brasil/Estados Unidos*. São Paulo, Idesp.

- Miceli, Sergio (org.)
 1989 *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- Miguel, G.B. e Vasconcellos, J.E.
 s/d "Estoque de Profissionais de Nível Superior — Brasil — 1979/85". *Estudos Estatísticos*, Brasília, SEEC/MEC, n. 2.
- Ortiz, Renato
 1986 "A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice/Anpocs, n. 1.
- Pahl, R.E. (ed.)
 1988 *On Work: Historical, Comparative & Theoretical Approaches*. Oxford/New York, Basil Blackwell.
- Parsons, Talcott
 1959 "Some Problems Confronting Sociology as a Profession". *American Sociological Review*, n. 29, pp. 547-59.
 1968 "Professions". In D.L. Sills (ed.), *The International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York, MacMillan.
- Reitoria da USP
 1953 *Legislação Federal do Ensino Superior — 1852/1952*. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Ribeiro, Julio (org.)
 1986. *Tudo o que Você Queria Saber sobre Propaganda e Ninguém Teve Paciência para Explicar*. São Paulo, Atlas.
- Sampaio, Helena
 1991 *Evolução do Ensino Superior Brasileiro, 1808-1990*. São Paulo, USP/Nupes.
- Santos, Maria Cecília L. (org.)
 1988 *Maria Antônia: Uma Rua na Contramão*. São Paulo, Nobel.
- Schwarcz, Lilia
 1988 Homens de Ciência e a Ciência dos Homens. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, mimeo.
- Schwartzman, Simon
 1987 "A Força do Novo: Por uma Sociologia dos Conhecimentos Modernos no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, n. 5, vol. 2, outubro.
 1990 *O Lugar das Ciências Sociais no Brasil nos Anos 90*. São Paulo, USP/Nupes.
 1992 *Os Estudantes de Ciências Sociais*. São Paulo, USP/Nupes.
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura
 1948/86 *Séries Ensino no Brasil e Sinopse do Ensino Superior*. Ministério de Educação.
- Sorj, Bernardo
 1985 Intelectuais, Autoritarismo e Política: O Cebrap e as Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/UF RJ, mimeo.
 1992 Estratégias, Crise e Desafios das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Idesp, mimeo.
- Stinchcombe, Arthur
 1984 "The Origins of Sociology as a Discipline". *Acta Sociologica*, vol. 27, n. 1, pp. 51-56.
 1986. *Stratification and Organization: Selected Papers*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1991 Norms, Generativity, and Agency. Evanston, Northwestern University, mimeo.
- Strauss, Anselm
 1959 *Mirrors and Masks: The Search for Identity*. Illinois, The Free Press of Glencoe.

- Torstendahl, Rolf e Burrage, Michael (orgs.)
1990 *The Formation of Professions: Knowledge, State and Strategy*. Londres, Sage Publications.
- Valle Silva, Nelson do
1974 *Posição Social das Ocupações*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo.
- Velho, Gilberto
1987 *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Vianna, Hermano
1988 *O Mundo Funk Carioca*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Vollmer, H. e Mills, D. (eds.)
1966 *Professionalization*. New Jersey, Prentice-Hall.
- Wagner, P. e Wittrock, B.
1991 "States, Institutions and Discourses: A Comparative Perspective on the Structuration of the Social Sciences". In P. Wagner, B. Wittrock e R. Whitley (eds.), *Discourses on Society: The Shaping of the Social Science Disciplines, Sociology of the Sciences, Yearbook 1991*, Netherlands, Kluwer Academic Publishers.
- Wagner, P., Weiss, C., Wittrock, B. e Wollman, H.
1991 *Social Sciences and the Modern States: National Experiences and Theoretical Crossroads*. Cambridge, Cambridge University Press.

O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975*

Marieta de Moraes Ferreira

Introdução

O objetivo desta resenha é examinar a produção existente sobre a cidade do Rio de Janeiro no período de 1930 a 1975, apontando as tendências da historiografia, mapeando as lacunas observadas e chamando a atenção para a bibliografia e as fontes disponíveis. A justificativa deste recorte cronológico deve-se a duas ordens de fatores. Em primeiro lugar, essas datas-limite expressam momentos políticos importantes. O ano de 1930 representou transformações profundas não apenas na vida do país como também na cidade do Rio de Janeiro, abrindo espaço para a ascensão de novos grupos sociais e produzindo modificações substanciais na economia. Em 1975 ocorreu a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio, encerrando de forma definitiva uma fase de evolução da cidade.

O segundo aspecto está ligado à própria dinâmica da produção sobre o tema. Ao longo dos anos 80 houve um verdadeiro *boom* de estudos sobre o Rio de Janeiro na Primeira República e uma expansão considerável da produção sobre os problemas contemporâneos da cidade, tornando-se a própria década de 1980 importante objeto de análise. Os trabalhos dedicados à Primeira República caracterizaram-se por um enfoque de história social e contaram com uma destacada

participação de historiadores. Os temas que receberam maior atenção foram industrialização, classe trabalhadora e urbanização.¹ Já os estudos preocupados com a década de 1980 centraram-se essencialmente nos problemas urbanos da cidade — violência, habitação, favelas etc. — e envolveram especialmente cientistas sociais e planejadores urbanos. Curiosamente, constata-se, porém, que o período de 1930 até a fusão não foi objeto de um interesse mais consistente da parte dos pesquisadores. É com base nesse diagnóstico que nos dispomos a fornecer algumas indicações sobre o perfil da produção disponível e apontar algumas fontes relevantes para a abertura de novas linhas de pesquisa, visando estimular a comunidade acadêmica a refletir mais detidamente sobre esse período da história da cidade.

É importante ressaltar, todavia, que não pretendemos fazer uma análise exaustiva dos diferentes campos de trabalho que se empenharam na produção de estudos sobre a cidade, e que a listagem bibliográfica e as fontes aqui apresentadas são ainda bastante incompletas. Assumir empreendimento de tal vulto é tarefa difícil e arriscada, incorrendo-se sempre no perigo de deixar de lado algum estudo expressivo. A despeito dessas dificuldades, acreditamos que artigos de avaliação bibliográfica e de fontes são instrumentos

* O levantamento bibliográfico desta resenha contou com a colaboração de Cláudia Rabelo, Daniela Cândido, Marcela Rocha e do monitor Carlos Eduardo Sarmento, alunos bolsistas de iniciação científica da UFRJ, e de Gisela Moura e Gilberto Arsemany, bolsistas do CNPq.

importantes para o avanço da pesquisa histórica e uma forma de partilhar uma experiência de trabalho acumulada.²

A bibliografia selecionada resultou de um levantamento realizado, essencialmente, nos catálogos das principais bibliotecas da cidade. Não foram incluídos os títulos arrolados nos fichários que não puderam ser localizados e consultados, por motivos de ordem interna das bibliotecas e alheios à nossa vontade.³

A organização deste trabalho pautou-se por dois tipos de critério: a seleção e avaliação de uma bibliografia e o levantamento de possibilidades de uso de algumas fontes primárias. No tocante à bibliografia, adotamos uma dupla classificação: a primeira, de acordo com a natureza dos trabalhos — produção acadêmica e memórias —, e outra de ordem temática — história, ciências sociais, economia, urbanismo e geografia.

No que diz respeito às fontes documentais, estabelecemos a seguinte divisão: publicações oficiais e arquivos privados. Não serão objeto de nossa atenção os periódicos (jornais e revistas), tendo em vista a extensão que assumiria esta resenha, bem como o acervo dos arquivos públicos, em especial o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, órgão por excelência especializado no tema.

Perfil da produção acadêmica

A avaliação da produção historiográfica relativa ao Rio de Janeiro nas décadas que se estendem de 1930 a 1970 revela um limitado número de títulos, uma fragmentação de temas e uma relativa dispersão ao longo do período. De modo geral, os trabalhos existentes, em sua maioria artigos e teses, privilegiam duas conjunturas: os anos 30, em especial a experiência de Pedro Ernesto à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro, e os anos 60, com as administrações de Carlos Lacerda e Chagas Freitas.

Em relação ao primeiro tema, embora não haja um número expressivo de trabalhos, pode-se contar com o importante livro de Michael Conniff (1983), *Urban politics in*

Brazil. The rise of populism, 1925-1945. Preocupado em recuperar as primeiras experiências populistas no país, o autor traça um quadro geral das transformações econômicas e políticas em curso no Distrito Federal ao longo dos anos 20 e 30, para em seguida centrar sua atenção nas formas de ação político-administrativas de Pedro Ernesto. A tese central de Conniff é a de que o Rio de Janeiro constituía-se em um espaço de testagem de experiências políticas a serem adotadas em âmbito nacional.

Também ligada à experiência da administração de Pedro Ernesto pode ser citada a publicação produzida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1985), *Cem anos de Pedro Ernesto*, incluindo a avaliação de especialistas das áreas de educação, saúde e história sobre as principais iniciativas do prefeito. Poderiam ser lembrados, ainda, estudos na área de educação e de política nacional que, indiretamente, fornecem informações sobre o Distrito Federal, mas estes não serão objeto de maior atenção nesta nossa resenha.

Um segundo conjunto de trabalhos, como já foi dito, concentra-se na experiência política do Estado da Guanabara e consta de análises de cientistas políticos relativas à vida partidária do novo estado. Merecem destaque o artigo de Gláucio Dillon Soares (1965) sobre as bases ideológicas do lacerdismo e o livro de Isabel Picaluga (1980) tratando da União Democrática Nacional — UDN. Sem fugir da preocupação específica com a trajetória udenista, a autora fornece dados importantes a respeito da vida partidária da cidade desde os anos 40. O livro de Eli Diniz (1982) é igualmente uma referência obrigatória, por proporcionar uma análise importante do chaguismo e da construção de sua máquina política.

Trabalhos como esses, que revelam maior abrangência e capacidade de análise, são contudo exíguos, encontrando-se a produção disponível pulverizada em pequenos artigos que abarcam temas e conjunturas bastante específicas. Evidencia-se, assim, a carência de estudos mais abrangentes que

recuperem a trajetória política da cidade e os movimentos sociais emergentes no período.

Recentemente foi publicado o trabalho dos historiadores Ciro Cardoso e Paulo Henrique Araújo (1992), cujo objetivo é traçar uma síntese histórica da cidade do Rio de Janeiro desde sua fundação até a atualidade. Embora de extrema relevância, este estudo detém-se especialmente no período que transcorria entre o século XVI e o início do século XX, recebendo o pós-1930 um tratamento menos aprofundado.

De estudos específicos sobre a economia do Distrito Federal também são bastante escassos, ocupando-se de temas e recortes temporais limitados. Algumas poucas teses que permanecem inéditas dedicam-se ao processo de industrialização nos anos 30 e 40, e um número reduzido de artigos analisa genericamente alguns aspectos da economia. Exemplos desse tipo de produção são os trabalhos de Bárbara Levy (1988) e de Almir Pita de Freitas (1986). O primeiro, um estudo da indústria no Rio de Janeiro através das sociedades anônimas, especialmente na Primeira República, apresenta informações interessantes sobre o processo de expansão das empresas estatais e das companhias de seguros. Já o trabalho de Pita concentra-se especialmente no pós-1930, apresentando um quadro minucioso do desempenho da indústria carioca de então. Vale lembrar também o artigo de Isaac Kerstenetzky (1955) abarcando alguns aspectos da economia do Distrito Federal de 1947 a 1953.

Quadro diverso revela a produção voltada para o desempenho da economia carioca na virada dos anos 60 e a análise das vantagens econômicas da fusão. São numericamente significativos os artigos sobre o assunto publicados em revistas especializadas por economistas, políticos e entidades de classe, como a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), na época Fiega. O enfoque adotado em grande parte desses trabalhos é a defesa da fusão como fator fundamental para o fortalecimento da indústria local e a criação de um novo pólo de desenvolvimento econômico.

Um terceiro conjunto de trabalhos é aquele produzido de um enfoque geográfico. É realmente antiga e expressiva a preocupação dos geógrafos com a cidade do Rio de Janeiro. Inúmeros são os estudos versando sobre os aspectos físicos da região, bem como sobre os problemas relativos à urbanização da cidade. Nessa vertente, merecem destaque os trabalhos de Lysia Bernardes e Maria Therezinha Soares (1987) e de Maurício Abreu (1987), este último dedicado à análise das relações entre as políticas públicas e as transformações urbanas da cidade nos séculos XIX e XX, com especial atenção à Primeira República.

As publicações *Revista Brasileira de Geografia* e *Boletim Carioca de Geografia* também têm sido importantes núcleos de divulgação de trabalhos sobre o Rio. Diferentemente do que se observa na produção com enfoque histórico ou político, que tende muitas vezes a encarar a história da cidade do Rio de Janeiro apenas como um capítulo da história nacional, os geógrafos têm dado uma contribuição relevante ao enfatizar aspectos específicos da realidade carioca.

Explorando igualmente os problemas urbanos, desenvolveu-se uma área de trabalho no campo do urbanismo e da arquitetura. Sua produção reveste-se de importância não só pela expressiva contribuição numérica, mas também por se ocupar de temas fundamentais para a compreensão e resolução dos problemas da cidade. Muitos são os trabalhos dedicados ao transporte urbano, às questões habitacionais, aos planos urbanísticos e de reestruturação do espaço urbano e à evolução arquitetônica do Rio. As remoções de favelas nos anos 60 foram objeto de atenção especial, estimulando a produção de vários estudos, tais como o de Janice Perlman (1977). Merecem também destaque os trabalhos de Carlos Nelson Ferreira dos Santos sobre movimentos sociais urbanos e habitações populares, e os de Luis Antônio Machado da Silva, Alba Zaluar e Licia Valadares, com um enfoque mais sociológico. Ainda que esta produção padeça de problemas semelhantes aos das outras áreas analisadas

— ou seja, a carência de estudos mais abrangentes que forneçam um quadro geral da trajetória urbana da cidade —, é inegável seu maior desenvolvimento comparativamente às demais.

Uma avaliação mais geral da bibliografia existente indica uma grande pobreza da literatura, que tem como marca principal a fragmentação. Na verdade, a posição do Rio de capital do país foi um elemento inibidor para o desenvolvimento de uma produção específica sobre a cidade. Este problema é especialmente grave na área da produção histórica pois, na medida em que a história do Rio se confunde com a história nacional, os aspectos específicos de sua evolução ficam obscurecidos, não se tornando alvo de maior atenção dos estudiosos.

As memórias

Grande parte das publicações sobre a cidade do Rio de Janeiro constitui-se de memórias que se caracterizam, essencialmente, pela descrição dos aspectos naturais da cidade e pela exaltação de suas belezas e qualidades como centro intelectual e cultural do país. Produzidas por jornalistas, intelectuais, administradores e políticos, essas memórias não são, naturalmente, o resultado de pesquisas ou levantamentos mais consistentes, resumindo-se, em geral, a relatos e recordações das experiências vividas direta ou indiretamente por seus autores. São também expressivas as publicações coletivas que resultaram da reunião de um conjunto de conferências de cariocas ilustres tratando de temas como arte, saúde, grandes personagens etc.

Essa produção pode ser dividida, *grosso modo*, em três grupos: memórias da cidade, publicações lançadas por ocasião do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, em 1965, e depoimentos pessoais.

O primeiro grupo de trabalhos, publicado quando o Rio ainda era a capital do país, revela em sua quase totalidade um caráter de exaltação à cidade, não apresentando, de forma explícita, uma preocupação em justifi-

car a importância do Rio de Janeiro como centro político.

No que diz respeito à abrangência temporal das obras, mesmo considerando-se o fato de que aquelas por nós selecionadas contemplam o período pós-1930, é visível a pequena relevância atribuída a esta fase. Os trabalhos concentram-se na fundação da cidade, na fase do Rio colonial e, durante o regime republicano, na administração Pereira Passos, que assume o *status* de idade de ouro e é objeto de atenção em praticamente todas as obras, sempre associada a um momento de modernização da cidade. Os capítulos voltados para o Rio contemporâneo são numericamente inexpressivos e, do ponto de vista das informações substantivas, infinitamente mais pobres.

Quanto ao conteúdo dos trabalhos, é relevante o número de crônicas sobre aspectos cotidianos da cidade, descrição de ruas, bairros e favelas, costumes cariocas, monumentos, obras públicas, personalidades contemporâneas, em especial os prefeitos. A tônica desses textos repousa nos aspectos pitorescos, curiosidades, descrição das belas paisagens, destacando-se ainda as preocupações com os aspectos físicos e a geografia da cidade. Muitas dessas memórias foram publicadas em edições comemorativas, tais como álbuns, catálogos e artigos de jornais. As informações nelas apresentadas possuem um caráter bem genérico e se fazem acompanhar de farto material fotográfico e cartográfico.

Nessa linha das edições comemorativas merece destaque um segundo grupo, compreendendo as publicações efetuadas por ocasião do IV Centenário de fundação do Rio de Janeiro, em 1965, momento privilegiado pela edição de grande número de obras sobre a cidade, ainda que a maioria delas não apresente maior profundidade de análise sobre seus problemas e história. Na verdade, as obras em questão não tratam especialmente das comemorações do centenário e atribuem pouca importância e espaço para o Rio de Janeiro do pós-1930. Grande parte delas detém-se na exaltação da cidade, em especial de suas belezas naturais e carac-

terísticas sociais. Quando essa produção foi lançada, o Rio de Janeiro já não era mais capital federal. Isto talvez justifique a necessidade, presente em diversas publicações, de valorização e exaltação da cidade como símbolo da civilização tropical e capital da inteligência nacional, a despeito da perda do *status* de centro político.

Outro conjunto de textos significativos para o estudo do Rio de Janeiro são os depoimentos pessoais de políticos ou administradores. Ainda que numericamente pouco expressivos e marcados pelo desejo de exaltar ou justificar a atuação e desempenho de determinadas administrações, esse tipo de publicação não deixa de ter sua importância. Relata experiências de governo e enfoca problemas de determinadas áreas da administração. Exemplos ilustrativos desse tipo de publicação são os depoimentos de Adolfo Bergamine (1932), Henrique Dodsworth (1955) e Carlos Lacerda (1960 e 1965).

Publicações oficiais

As publicações oficiais constituem uma fonte importante para a pesquisa histórica. No caso particular da cidade do Rio de Janeiro, centro do poder político-administrativo durante décadas, esse tipo de material se reveste de significação redobrada, por permitir captar as diferentes articulações do poder e as relações entre as diferentes esferas do Executivo e do Legislativo. Para efeito de apresentação, vamos considerar esse material segundo sua procedência: dos poderes Legislativo ou Executivo, nas esferas municipal, estadual ou federal.

No âmbito municipal, apresentam-se como material importante as *Mensagens* dos prefeitos anualmente à Câmara dos Vereadores. Esta fonte, ainda que naturalmente marcada pela visão oficial dos acontecimentos, apresenta um quadro geral dos principais atos do prefeito na administração pública. Cabe notar, contudo, que no período pós-1930 essas descrições da ação do Executivo municipal tornaram-se gradativamente mais empobrecidas, reduzindo-se em muitos casos à enumeração de obras e atos adminis-

trativos, sem qualquer comentário ou observação. Outro problema é que a coleção das Mensagens dos prefeitos do Distrito Federal está incompleta e dispersa em diferentes arquivos.

Ainda na esfera do Executivo, revela-se bastante expressiva a documentação oriunda das diferentes secretarias municipais. São publicações muito heterogêneas e que tratam dos mais diferentes assuntos, tais como obras públicas, diagnósticos econômicos, estudos demográficos, descrições de problemas das favelas etc.

Produzidas pelo Legislativo, as *Atas* da Câmara Municipal também fornecem um rico material para o pesquisador. Ao reproduzir os debates dos vereadores acerca dos principais temas locais, elas se constituem em elementos-chave para o estudo do poder municipal carioca e de suas relações com as demais esferas de poder da cidade.

A partir de 1960, com a transferência da capital para Brasília e a constituição do Estado da Guanabara, o pesquisador passa a contar com os *Anais* da Assembléia Legislativa e as *Mensagens* anuais dos governadores.

Na esfera federal, os *Anais* da Câmara e do Senado constituem fontes importantes para o acompanhamento do desempenho dos parlamentares cariocas e o levantamento dos principais assuntos que mobilizaram os representantes do Rio de Janeiro. Permitem, assim, testar as teses correntes que sustentam a incapacidade dos políticos cariocas na defesa dos interesses locais.

Os *Anais* do Senado, além das referidas potencialidades como fonte histórica, possuem um elemento adicional para o resgate da história do Rio de Janeiro. Na quase totalidade do tempo em que foi capital, o Rio teve seu prefeito nomeado pelo presidente da República, bem como uma Câmara dos Vereadores sem capacidade de vetar atos do prefeito. Esta competência ficava a cargo do Senado Federal, o que obviamente levava seus representantes a ter uma ingerência direta nos negócios políticos cariocas. Assim, muitos dos debates realizados naquela Casa constituem-se em fontes importantes para

permitir o pesquisador captar as intrincadas relações políticas que envolviam o Distrito Federal.

Arquivos privados

A situação dos arquivos privados que se referem à história da cidade do Rio de Janeiro merece uma investigação mais minuciosa. Até o momento são incompletos e precários os levantamentos existentes, e muito pouco divulgados os acervos (e suas condições de preservação) mantidos por entidades de classe, empresas e instituições diversas.

Para efeito desta resenha, vamos nos ater apenas a fazer alguns comentários sobre arquivos pessoais e de algumas entidades de classe de reconhecida relevância para a vida da cidade do Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos arquivos privados de lideranças políticas cariocas, é pequeno o número de acervos disponíveis. Merecem destaque os arquivos de Pedro Ernesto, Augusto Amaral Peixoto e Negrão de Lima, depositados no CPDOC/FGV, bem como o arquivo e a biblioteca de Carlos Lacerda, à disposição do público na universidade de Brasília. Têm-se notícias, igualmente, de alguns acervos importantes, mas ainda não abertos ao público, em poder de familiares dos titulares, a exemplo dos arquivos do governador Chagas Freitas e do prefeito João Carlos Vital.

O mesmo não se pode dizer dos arquivos de instituições e entidades de classe. Nosso objetivo aqui não é listar os inúmeros acervos existentes de empresas públicas e privadas, sindicatos, instituições religiosas etc., mas apenas chamar a atenção para algumas poucas entidades que são chaves para os estudos de caráter mais geral sobre a cidade do Rio de Janeiro e que dispõem de acervo, como o Clube de Engenharia, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

A importância do Clube de Engenharia para a história do Rio resulta em grande parte do papel que a entidade assumiu na

discussão dos problemas de urbanização e da vida política da cidade, transcendendo, assim, os objetivos de sua constituição como fórum de debate de temas específicos da categoria. No acervo do Clube, depositados em sua biblioteca, encontram-se as atas de diretoria e os relatórios das atividades da entidade. Ainda que de forma sucinta, esse tipo de documento fornece ao pesquisador indicativos importantes para o aprofundamento de informações em outras fontes. O Clube de Engenharia editou também uma revista que, após interrupções, voltou a circular em 1934, e na qual foram publicados inúmeros artigos sobre questões urbanas do Rio de Janeiro.

O acervo da Associação Comercial do Rio de Janeiro reveste-se também de grande relevância. Entidade centenária, a Associação Comercial dispõe de relatórios, atas de reuniões, listagens de sócios e outros documentos que podem ser de grande utilidade para o pesquisador. Cabe notar que as atividades comerciais, que sempre desempenharam, e ainda desempenham, uma posição central na vida econômica da cidade do Rio de Janeiro, não foram objeto de estudos mais sistemáticos por parte dos pesquisadores, havendo uma lacuna historiográfica evidente neste campo.

O CIRJ e a Firjan também dispõem de importante documentação para a história do Rio de Janeiro. Além de possuírem uma biblioteca com publicações sobre a industrialização, seus acervos incluem relatórios e atas de reuniões que permitem recuperar a trajetória da industrialização carioca e a atuação política das duas entidades em alguns momentos-chave. É especialmente relevante o material que reproduz os debates instalados por ocasião da fusão entre o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio.

No que diz respeito aos acervos sindicais, são poucas as entidades que conseguiram preservar uma documentação expressiva e disponível. Nesse sentido, merece destaque o Sindicato dos Ferroviários, que possui uma rica documentação não apenas sobre a categoria em particular, mas também sobre a cidade do Rio de Janeiro. Para um

detalhamento desse tópico, o Arquivo de Memória Operária do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ produziu um inventário bastante completo incluindo os principais acervos sindicais do país.

Este breve balanço da literatura que se ocupa do Rio de Janeiro de 1930 a 1975 indica uma produção ainda pequena e bastante fragmentada, voltada predominantemente para os anos 60 e 70, e em que se destacam os trabalhos com enfoque sociológico, antropológico e de planejamento urbano, centrados nos problemas urbanos da cidade, em especial, as favelas e condições de vida das camadas populares.

Diferentemente da produção dedicada ao Rio da Primeira República, onde é marcante o enfoque histórico e a presença do historiador, o período que se inaugura em 1930 apresenta uma grande lacuna historiográfica. Embora sejam inúmeras as obras

que se preocupam em recuperar o passado da cidade, em sua grande maioria elas possuem um caráter memorialístico e têm como preocupação exaltar a importância e as qualidades do Rio de Janeiro. Além disso, grande parte destas publicações concentra-se prioritariamente nos períodos mais antigos de trajetória da cidade, fornecendo poucos subsídios para a conjuntura, objeto de nossa atenção nesta resenha.

Percebe-se também, por outro lado, que apesar de dispersas e em muitos casos desorganizadas, há muitas fontes ainda pouco exploradas. Os pesquisadores em geral e os historiadores em particular têm pela frente um rico campo de trabalho, que certamente permitirá a abertura de novas linhas de pesquisa.

(Recebido para publicação
em março de 1993)

Notas

1. Angela Maria de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira. "Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análises", *BIB*, n.º 24, 1987, p. 11; e Maria Alice Rezende de Carvalho, "Rio de Janeiro: juntando os pedaços (a propósito de uma tendência recente da produção intelectual sobre esta cidade)", *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, n.º 2, 1986.
2. Marieta de Moraes Ferreira e Sérgio T.N. Lamarão. "Fontes para o Estudo da história do Estado do Rio na Primeira República", *BIB*, n.º 20, 1985; e Angela Maria de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, "Primeira República: um balanço historiográfico", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc n.º 4, 1989.
3. O levantamento do material apresentado foi realizado nas seguintes bibliotecas e arquivos: Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional; Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas; Biblioteca do Clube de Engenharia; Biblioteca do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM); Biblioteca da Casa Rui Barbosa; Biblioteca do Departamento de Geografia da UFRJ; Biblioteca do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPUR), da UFRJ.

Bibliografia

1) História/Ciências Sociais

Alison, Raphael

- 1980 Samba and Social Control: Popular Culture and Racial Democracy in Rio de Janeiro. New York, [s.n.] 242f. Tese (doutorado). Columbia University. Faculty of Political Science.

- Araújo, Maria Celina Soares d'.
- 1992 "O PTB na Cidade do Rio de Janeiro – 1945-1955". Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Separata da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, 74/75, pp. 183-230.
- Barreto, Vicente & Sodré, Armando Abreu
- 1985 *Situação da Cidade do Rio de Janeiro*. Relatores, Armando Abreu Sodré e Vicente Barreto; debatedores, Fernando Bastos de Ávila, Luiz Alberto Bahia. Rio de Janeiro, Paz e Terra; IEPES. (Coleção Debates; 2)
- Beloch, Israel
- 1986 *Capa Preta e Lurdinha; Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada*. Rio de Janeiro, Record.
- Boschi, Renato Raul.
- 1971 *Marginalidade Urbana, Educação e Aspirações: uma Contribuição à Teoria do Comportamento Político*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 84f. Tese (mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Cardoso, Ciro Flamarion & Araújo, Paulo Henrique
- 1992 *Rio de Janeiro*. Madri, Edições Editorial MAPFRE.
- Carone, Edgar
- 1978 *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro, CIRJ; Catedra.
- Carvalho, Maria Alice Rezende de
- 1985 "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro". *BIB*, Rio de Janeiro, n.º 20, pp. 3-22, 2.sem.
- 1986 "Rio de Janeiro – Juntando os Pedacos" (A propósito de uma tendência recente da produção intelectual sobre esta cidade). *Revista Rio de Janeiro*, Niterói, RJ. 1(2), 91-100.
- Carvalho Filho, Sívio de Almeida
- 1983 *A Ovelha Perdida e o Bom Pastor; O Reverso das Parábolas (Igreja, Estado e Camadas Populares na Cidade do Rio de Janeiro, 1921-1945)*. Niterói-RJ, [s.n.] Tese (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- Cavalcanti, J.M.S. Araújo
- 1961 "Governo e Administração do Estado da Guanabara". *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 90:(1,2,3), pp. 6-40.
- Cem Anos de Pedro Ernesto: sessão solene e seminário no plenário da Câmara Municipal do
- 1985 Rio de Janeiro, 25 a 28 de setembro de 1984. Rio de Janeiro, Câmara Municipal.
- Centro Industrial do Rio de Janeiro
- 1977 *Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Equipe: Elisabeth von der Werd... et al. Rio de Janeiro, CIRJ, Edição comemorativa do Sesquicentenário do Centro Industrial do Rio de Janeiro
- Coelho, Edmundo Campos.
- 1985 "A Administração da Justiça Criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967". In: *Seminário Crime e Castigo (1985: Rio de Janeiro)*. Crime e Castigo: Estudos sobre Aspectos da Criminalidade na República. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Colin, Sylvio
- 1966 *A Questão Eleitoral e a Política na Guanabara*. Rio de Janeiro, Lozon.

- Conniff, Michael L.
1983 *Urban politics in Brazil: the Rise of Populism, 1925-1945*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Del Brenna, Giovanna Rosso
1984 "Rio: uma Capital nos Trópicos e seu Modelo Europeu". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.º 2, pp. 149-156.
- Diniz, Eli
1983 "Favela: Associativismo e Participação Social". In: *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*. Organizador Renato Raul Boschi; colaboradores Eli Diniz... et al. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
1980 "Máquinas Políticas e Oposição: o MDB no Rio de Janeiro, *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 23(3), pp. 335-357.
1982 *Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. São Paulo, Paz e Terra.
- Fico, Carlos
1989 *Cidade Capital*. Niterói, RJ, [s.n.] Tese (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- Freire, Américo
1992 *Empresas e Empresários de Ônibus na Cidade do Rio de Janeiro: a Política Municipal, a Viação Excelsior e os Faiscadores do Transporte Coletivo (1906-1948)*. Niterói, RJ, [s.n.], Tese (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- Frota, Guilherme de Andréa
1968 *Noções da História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara.
- Gawryszewsky, Alberto
1983 *Administração Pedro Ernesto (1931-1936)*. Niterói, RJ, [s.n.]. Tese (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- Grynszpan, Mário
1990 "Os Idiomas da Patronagem: um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 5(14), pp. 73-90, out.
- Ipanema, Marcello de & Ipanema, Cybelle de
1991 *Ordenamento Jurídico e Administrativo do Espaço Fluminense e Carioca*. Rio de Janeiro, M. de Ipanema.
- Kocher, Bernardo
1987 *Luto, Luta – o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro: 1890-1940*. Niterói, RJ, [s.n.], 228f. Tese (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais.
- Landers, Clifford E.
1974 *The União Democrática Nacional in the State of Guanabara: an Attitudinal Study of Party Membership*. Ann Arbor, Mich, Xerox University Microfilms. 348f. Tese (Ph.D.). University of Florida.
- Lattman-Weltman, Fernando
1991 *Imprensa Carioca nos Anos 50: o Registro dos Anos Dourados*. Rio de Janeiro, CPDOC. 58f. mimeo. (Trabalho apresentado no Colóquio "Imprensa e história", promovido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro,

- Leal, Maria da Glória de Faria
 [197-] A Construção do Espaço Urbano Carioca no Estado Novo: a Indústria da Construção Civil. Niterói, RJ, [s.n.]. Tese (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- Leodoldi, Maria Antonieta Parahyba
 1977 Estado e Representação de Interesses no Brasil; um Estudo sobre o Legislativo Brasileiro e os Representantes Políticos na Guanabara. Rio de Janeiro, [s.n.], 215p. Tese (mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
 1984 Industrial Associations and Politics in Contemporary Brasil. S.I., St. Antony's College. 465f. Tese (Ph.D.).
- Lima, Nísia Verônica Trindade
 1989 O Movimento de Favelados no Rio de Janeiro: Políticas do Estado e Lutas Sociais (1954-1973). Rio de Janeiro, [s.n.]. Tese (mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Lima Junior, Olavo Brasil de
 1986 Mudança Política, Sistemas Partidários e Realinhamento do Eleitorado Carioca. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, RJ. 1(2), pp. 71-80, abr.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer
 1978 História do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Rio de Janeiro, IBMEC. 2v.
- Mello, Marcelo Pereira de
 1989 A História dos Jogos de Azar no Rio de Janeiro – 1908-1946. Rio de Janeiro, [s.n.]. Tese (mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Moreira, Maria Teresinha Vieira
 1967 “Composição do Poder Legislativo da Guanabara”. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 1(3), pp. 47-74, jul./set.
 1967 “A renovação dos Quadros Políticos na Guanabara”. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 1(1):127-148, jan./mar.
- Moura, Roberto M.
 1986 *Carnaval: da Redentora à Praça do Apocalipse*. Rio de Janeiro, J. Zahar, (Brasil: os anos de autoritarismo).
- Nunes, Edson de Oliveira
 1977 “Quem Representa o Carioca?”. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, (16), pp. 97-108.
- Oliveira, José Luiz
 1989 Uma Estratégia de Controle, a Relação do Poder do Estado com as Escolas de samba no Rio de Janeiro no período de 1930 a 1985. Rio de Janeiro, [s.n.]. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.
- Pereira, Vera Maria Cândido
 1972 Autoritarismo e Preconceito: um Estudo Explanatório. Rio de Janeiro, [s.n.]. Tese (mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Picaluga, Isabel F.
 1980 “Notas preliminares para o estudo do chaguismo”. *Contraponto*, Rio de Janeiro, 4(4):71-81.

- 1980 *Partidos Políticos e Classes Sociais: a UDN na Guanabara*, Petrópolis, Vozes.
- Pita, Nilda Agueda & Arruda, José Maria
1966 “Composição Sociológica da Assembléia Legislativa da Guanabara”. *Revista do Direito Público e Ciência Política*, Rio de Janeiro, 9(3):120-144.
- Sarmento, Carlos Eduardo
1993 Pedro Ernesto – uma Utopia Renovadora. Rio de Janeiro, [s.n.]. 250p. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Depto. de História.
- Silva, Luis Antonio Machado da
1979 “O Significado do Botequim”. *América Latina*, s.l., n.3, jul/set.
1977 “A Vida Política na Favela”. *Cadernos Brasileiros*, s.l., n. 41, maio/jun.
- Silva, Luis Antonio Machado da & Santos, Carlos Nelson F. dos
1969 “La Politique et Intervention dans les Favelas”. *Economic et Humanisme*, s.l., mars/avr.
- Soares, Glaucio A. Dillon
1965 “As Bases Ideológicas do Lacerdismo”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1(4):49-70.
- Valladares, Lícia do Prado
1978 *Passa-se uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Vieira, Paulo Ernâni Gonçalves
1982 Assistência Médica no Rio de Janeiro (1920-1937). Reformas Institucionais e Transformações da Prática Médica. Rio de Janeiro, [s.n.]. Tese (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social.
- Zaluar, Alba
1982 Carnaval e Clientelismo Político. Friburgo, [s.n.], 28f. Mimeo. (Trabalho apresentado na reunião do grupo de Trabalho “Sociologia da Cultura Brasileira”, no VI Encontro Anual da ANPOCS, Friburgo, 20-22, out. 1982.)
1985 *A Máquina e a Revolta; as Organizações Populares e o Significado de Pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

2) Economia

- Azevedo, Oswaldo Benjamim de
1962 “O comércio Carioca: Sua Função Regional e Sua Posição no Âmbito Nacional, a Rede Bancária. In: *Aspectos da Geografia Carioca*. (Associação dos Geógrafos Brasileiros. Secção regional do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, CNG. 248p. il. mapas.
- Barros, Eudes
1974 *A Associação Comercial no Império e na República*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Olímpica.
1957 *CADACOM; Cadastro Comercial*. Rio de Janeiro, M. Fernandes.
1959 CAPES; Estudos de Desenvolvimento Regional (Distrito Federal). Rio de Janeiro, [s.n.]. (Série Levantamentos e Análises; 20).
- Costa, Manuel Augusto
1971 *População Economicamente Ativa da Guanabara (Estudo Demográfico)*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

- Costa Pinto, Luís de Aguiar
1957 *O Comércio Metropolitano do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Gráficos Laemert.
- Freitas, Ivan Gonçalves de
1967 *Mão-de-obra Industrial na Guanabara*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Janeiro, Instituto de Ciências Sociais. 106f. (monografias do ICS, v.4)
- Freitas Filho, Almir Pita
1986 *A Industrialização no Rio de Janeiro – 1930/1945: Indústria e Industriais no Antigo Distrito Federal*. Niterói, RJ, [s.n.], 156f. Tese (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- Grilo, Heitor
1947 *Problemas Econômicos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Sec. de Agricultura, Indústria e Comércio.
- Kerstenetzky, Isaac
1955 “Alguns Aspectos da Economia do Distrito Federal: 1947-1953”. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2.
- Klabin, Daniel Miguel; Figueiredo, Carlos Vieira de; Carvalho, Joaquim Francisco de
1971 *Tecnologia e Desenvolvimento na Guanabara*. Rio de Janeiro, Guia Aeronáutico,.
- Levy, Maria Bárbara
1988 *A Indústria do Rio de Janeiro, Através de suas Sociedades Anônimas (Esboço de História Empresarial)*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Economia e Administração (concurso para professor titular de História Econômica).
- Levy, Maria Bárbara *et alii*
1986 *A Ação do BNDES no Processo de Industrialização – Visões Setoriais: a Indústria de Construção Naval*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Economia e Administração/FINEP. (Relatório de Pesquisa).
- Magalhães, João Paulo (coord.)
1983 *Projeto Pró-Rio; Problemas e Potencialidades do Estado do Rio de Janeiro: relatório geral*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Políticos e Sociais. 8v.
- Melo, Hildete Pereira & Considera, Cláudio Monteiro
1986 “Industrialização Fluminense (1930-1980)”. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, RJ, 1(3), pp. 111-121, mai/ago.

3) Fusão

- Azevedo, Oswaldo Benjamin de
1974 “Aspectos Positivos do Novo Estado do Rio de Janeiro”. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v.20, n. 235.
- Brasileiro, Ana Maria
1979 *A Fusão: Análise de uma Política Pública*. Brasília, IPEA/IPLAN.
- “Como Vai Ficar o Novo Estado do Rio de Janeiro”. *Planejamento e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 21.
- Costa, Augusto
1974 “Guanabara + Rio de Janeiro, Surge Novo e Forte Estado”. *Comércio & Mercados*, Rio de Janeiro, v.8, n.86.

- Couto, Ronaldo Costa
1977. "Pequeno Balanço da Fusão". *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro, v. 8, n.5.
- Cunha, Murilo Alves da
1975 "Faria Lima, a Tarefa de Criar um Novo Pólo Econômico". *Tendência*, Rio de Janeiro, v.2, n.18.
1975 *O novo Rio de Janeiro: geografia e realidade sócio-econômica*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Federação das Indústrias do Estado da Guanabara
1968 *Anuário Industrial da Guanabara*. Rio de Janeiro, Departamento Econômico, FIEGA.
1974 "Fusão GB-RJ – a Estrutura Econômica do Novo Estado". *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.28, n.7.
1974 "Fusão GB-RJ – Novo Pólo Econômico", *Bolsa*, Rio de Janeiro, n.147.
1976 "Fusão Guanabara-Rio de Janeiro". *Segurança e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v.25, n.165.
1968 *A Guanabara na Conjuntura Nacional*. Rio de Janeiro, FIEGA.
- A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Centro Industrial do Rio de Janeiro e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FIEGA: CIRJ.
1969
- Gomes, D.R.
1974 "A Implantação de um Pólo Econômico e Social Forte no Sudeste Será Agora Possível com a Fusão GB-RJ". *Planejamento e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v.2, n.13.
1974 "Fusão – um Estado Forte". *Comércio & Mercados*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 82.
1969 *Mapa econômico da Guanabara*. Rio de Janeiro, Secretaria de Economia do Estado da Guanabara.
- Martins, Marco Antônio Campos
1970 *A Indústria de Transformação da Guanabara: Fontes de Crescimento no Período 1948-1967: Perspectivas*. Rio de Janeiro, [s.n.], 85f. Tese (mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia. Escola de Pós-Graduação em Economia.
- Paiva, Glycon de
1975 "Interpretação Geopolítica da Fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro". *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v.21, n. 242.
- Pinho, Homero
1960 *Distrito Federal, Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, Ed. Itambé.
- Pinho, Romero
1974 "A Ponte da Fusão". *Rodovia*, Rio de Janeiro, n. 309, maio/jun.
- Sampaio, Fernando Palma
1977 "A Ação do Governo Estadual na Região Metropolitana do Rio de Janeiro". *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro, v.1, n. 4.
- Schnoor, Jorge
1972 *A Fusão do Rio de Janeiro com o Estado do Rio*. Rio de Janeiro, FIEGA.
- Teixeira Filho, Álvaro
1975 *Fusão: Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro; Histórico e Legislação*. Rio de Janeiro, S. José.

3) Geografia

Abreu, Maurício de Almeida

1987 *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar.

1976 Migration, Urban Labor Absorption, and Occupational Mobility in Brazil. Columbus, Ohio, [s.n.]. 224f. Tese (Ph.D.) The Ohio University.

Bernardes, Júlia Adão (coord.)

1986 *Rio de Janeiro: Painel de um Espaço em Crise*. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia.

Bernardes, Lysia Maria Cavalcanti (Coord.)

1964 *O Rio de Janeiro e sua Região*. Rio de Janeiro, IBGE.

Bernardes, Lysia Maria Cavalcanti & Soares, Maria Therezinha de Segadas

1987 *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. Rio de Janeiro, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 158p. (Biblioteca carioca; v.3)

Cabral, Mário Vasconcelos da Veiga

1949 *Corografia do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Ed. A Noite.

1963 *Geografia do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, Graf. Livro.

Lamego, Alberto Ribeiro

1964. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, IBGE/Conselho Nacional de Geografia.

Leitão, Gerônimo Emílio Almeida

1990 O Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá – 1970/1988: um Estudo das Relações Existentes entre o Estado e o Capital Imobiliário no Processo de Produção do Espaço Urbano. Rio de Janeiro, [s.n.]. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Geociências.

Mello, Nilo David D.

1981 Mobilidade Residencial na Cidade do Rio de Janeiro; um Estudo de Estratificação Sócio-Espacial. Rio de Janeiro, [s.n.]. 151f. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Geociências.

Mesquita, Miriam Gomes Coelho

1959 “Aspectos Geográficos do Abastecimento do Distrito Federal em Gêneros Alimentícios de Base”. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 12.

Morris, Fred B.

1973 “A Geografia Social no Rio de Janeiro: 1960”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 35, jan./mar.

Pinto, Maria Novaes

1965 *A Cidade do Rio de Janeiro: Evolução Física e Humana*. Rio de Janeiro, IBGE.

Rezende, Vera

1982 *Planejamento Urbano e Ideologia: Quatro Planos para a Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Rio de Janeiro, uma Cidade no Tempo = Rio de Janeiro a City Through Time; = Rio de Ja-

1992 neiro une ville au cours du temps. Rio de Janeiro, Depto. Geral de Patrimônio Cultural.

Silva, Maria Lais Pereira da

1992 *Os Transportes Coletivos na Cidade do Rio de Janeiro: Tensões e Conflitos*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural. 179 p. il. (Biblioteca carioca; 20)

Souza, Geraldo Sampaio de & Souza, Manoel A. Amorim de
1970 *Estudos Sociais da Guanabara*. Rio de Janeiro, Aurora.

4) Arquitetura e Urbanismo

Azevedo, Marlice Nazareth Soares de

1987 *L'impact des Politiques Urbaines sur le Développement de Niterói, 1960-1980*. Paris, [s.n.]. Tese (doutorado). Université de Paris XII. Institut d'Urbanisme.

Boaventura, Lúcia Miranda

1984 *Crescimento Desigual; o Bairro da Tijuca, 1907-1945-1980*. Niterói, RJ, [s.n.]. 181p. Tese (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

Bohadana, Estrella Benaion

1983 *Guararapes; uma História de Encontros e Desencontros*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 254f. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional.

Bronstein, Olga

1979 *Estrutura Urbana, Distribuição de População e Setor Público*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 257f. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia.

Bursztyl, Marcel

1976 *Determinantes da Localização Residencial; o Caso da População de Baixa Renda no Área Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 152f. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia.

Campos, Pedro Abramo

1988 *A Dinâmica Imobiliária; Elementos para o Entendimento da Especialidade Urbana*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 312f. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional.

Castro, Mary Garcia

1979 *O Migrante na Cidade do Rio de Janeiro; um Estudo sobre Padrões de Distribuição Residencial da População*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 2v. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia.

Cavalcanti, Lauro Augusto de Paiva.

1987 *Casas para o Povo; Arquitetura Moderna e Habitações Econômicas*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 122f. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional.

Centro Carioca. Departamento de Urbanismo

1948 *Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo*. Rio de Janeiro, O Globo.

Costa, Nilson do Rosário & Duarte, Cristina M. Rabelais

1986 "Políticas públicas, padrão de vida e saúde (comentários). *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, RJ, 1(4), pp. 45-53.

Cunha, Sonia M. Xavier

1983 *Mercado Imobiliário e Espaço Urbano na Cidade do Rio de Janeiro, 1970-1980*. Rio de Janeiro, [s.n.]. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional.

- Fridman, Fania
1986 Urbanisme et Capital: L'Exemple du Brésil. Paris, [s.n.]. 227p. Tese (doutorado). Université de Paris VIII.
- Garcia, Cid Sant'Ana
1981 Associações de Moradores e Movimentos Reinindicativos no Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, [s.n.]. 82p. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional.
- Gondim, Linda Maria Pontes
1976. Integração Social nos Conjuntos Habitacionais da COHAB-GB. Rio de Janeiro, [s.n.]. 249p. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia.
- Grabois, Gisélia Pontengy
1973 Em Busca da Integração; a Política de Remoção de Favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, [s.n.]. 147p. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional.
- Guanabara: a Plan For Urban Development/Comissão 1965 Executiva para o
1965 o Desenvolvimento Urbano (CEDUG). S.L., Doxiadis.
- Instituto Brasileiro de Administração Municipal
1989 *O Poder Público e o Fenômeno de Metropolização*. Rio de Janeiro, IBAM/FINEP.
1978 *Políticas Públicas, Estrutura Urbana e Distribuição de População de Baixa Renda na Área Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IDRC/CNPQ/IBAM.
- Ickowicz, Leon Emanuel
1977 Deterioração Física de Conjuntos Habitacionais Construídos pela COHAB-GB. Rio de Janeiro, [s.n.]. 244p. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia.
- Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado
1957 *Favelas e Favelados do Distrito Federal: Pesquisa e Estudo Econômico-Social do IPEME*. Rio de Janeiro, IPEME.
- Kleiman, Mauro
1986 "Os Pequenos Promotores Imobiliários Transformam a cidade". *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, RJ, 1(4), pp. 25-31, set./dez.
- Lima, Evelyn Furkim Werneck
1990 Avenida Presidente Vargas: uma Drástica Cirurgia. Rio de Janeiro. Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural. 143p. il. (*Biblioteca carioca*; v.12).
1988 Espaços do Poder: o Rio de Janeiro no Estado Novo. Rio de Janeiro, [s.n.]. 396p. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Belas Artes.
- Lima, Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira
1980 O Sistema Financeiro da Habitação e a Expansão do Mercado Habitacional no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, [s.n.]. 104p. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional.
- Marchand, Bernard
1982 *La Politique des Transports a Rio de Janeiro*. Paris, Université de Paris, Institut d'Urbanisme, Val de Marne (document provisoire).

- Mello Junior, Donato
1988 *Rio de Janeiro: Planos, Plantas e Aparências*. Rio de Janeiro, Galeria de Arte do Centro Empresarial Rio/João Fortes Engenharia. il. plantas.
- Oliveira, Ligia Gomes de
1978 *Desenvolvimento Urbano da Cidade do Rio de Janeiro; uma Visão Através da Legislação Reguladora da Época: 1925-1975*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 96p. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia.
- Oliveira, Ney dos Santos
1981 *Parque Proletário da Gávea; uma Experiência de Habitação Popular*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 107p. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
- Parisse, Luciano
1969 *Favelas do Rio de Janeiro: Evolução-Sentido*. Rio de Janeiro, PUC. (*Caderno do CENPIA*; 5)
- Passos, Edison Junqueira
s/d *Dragagem no Canal do Mangue*. Rio de Janeiro, O Cortês.
- Perlman, Janice E.
1977 *O mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro*. Trad. de Waldívia Marchini Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Estados Brasileiros; 18).
- Piquet, Rosélia Périssé da Silva
1975 *Área Metropolitana do Rio de Janeiro; Estrutura e Desempenho Industrial*. Rio de Janeiro, [s.n.]. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano.
- Ribeiro, Ana Clara Torres
s/d *Rio: Metrópole; a Produção Social da Imagem Urbana*. São Paulo, [s.n.]. 2v. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Saad, Paulo Oscar
1980 *A Comercialização de Unidades Habitacionais pelo Sistema Financeiro da Habitação e a Resposta da População*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 65p. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos
1981 *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Santos, Sérgio Roberto Lordello
1986 "Expansão Urbana e Estruturação de Bairros do Rio de Janeiro: o Caso de Botafogo". *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ, 1(4), pp. 97-121, set./dez.
- Silva, Hilda da
1976 "A Natureza da Política Habitacional para Grupos de Baixa e Média Renda no Rio de Janeiro e seus Efeitos no Modelo Residencial da Referida Cidade". *Revista Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v.26.
- Szilard, Adalberto
1950 *Urbanismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. O Construtor.
- Teixeira, Milton de Mendonça
1989 *O Rio de Janeiro e sua Arquitetura*. Rio de Janeiro, RIOTUR

Varon, Conceição de Maria Ferraz de
1987 *E A História se Repete... As Vilas Operárias e os Conjuntos Residenciais do IAPS no Rio de Janeiro.* São Paulo, [s.n.]. 309p. Tese (mestrado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

5) Memórias

Academia Carioca de Letras

1943 *Aspectos do Distrito Federal;* Conferências de Roberto Macedo *et alii.* Rio de Janeiro, Graf. Saver.

Agache, Alfred

1926-30 *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, Remodelação, Embelezamento.* Trad. Francesca de Souza. Paris, Foyer Brésilien.

Aleixo, Otávio Dias Pinto

1952 *Repositórios dos Logradouros Públicos do Distrito Federal: com a Respectiva Jurisdição Fiscal, Administrativa, Policial, Imobiliária, do Registro Civil e Eleitoral.* Rio de Janeiro, J. do Comércio.

Almanaque da cidade (Rio de Janeiro-DF) 1944-45. Org. por H. Dias da Cruz. Rio de

1945 Janeiro, [s.n.]. 356p. il.

Aninger, Helena

1946 *Vamos Passear pelos Arredores da Cidade Maravilhosa.* Rio de Janeiro, [s.n.].

Antunes, Deoclécio de Paranhos

1960 *Estudos de História Carioca.* Rio de Janeiro, (RJ), Prefeitura do Distrito Federal, Sec. Geral de Educação e Cultura. (Coleção Cidade do Rio de Janeiro; 8).

Ataíde, Raimundo A. de

1961 *Paulo de Frontin – sua Vida e sua Obra.* Rio de Janeiro, RJ, Secretaria – Geral de Educação e Cultura. (Coleção Cidade do Rio de Janeiro; 11).

Bandeira, Manuel & Andrade, Carlos Drummond de

1965 *Rio de Janeiro em Prosa & Verso.* Rio de Janeiro, J.Olympio. (Coleção Rio 4 séculos; v.5)

Bergamini, Adolfo

1932 *As Sindicâncias na Prefeitura.* Rio de Janeiro, [s.n.].

Boffa, Ayrton

1965 *Rio, Ingovernável, Afinal Governada.* Rio de Janeiro, Secretaria de Educação.

Brasil, Terra & Alma: Guanabara. Marques Rabelo selecionou os textos. Rio de Janeiro,

1967 Ed. do Autor. (Brasil, terra & alma).

Campos, Alexandre & Silva, Dacosta e

1965 *Dicionário de Curiosidades do Rio de Janeiro.* São Paulo. Comércio e Importação de Livros CIL.

Cavalcanti, Augusto

1930 *A Politiicagem no Distrito Federal: uma Farsa na Diretoria de Fazenda Provocada pelo Prestígio de um Cabo Eleitoral Suburbano.* Rio de Janeiro, [s.n.].

A Cidade Maravilhosa Rio de Janeiro: e seus Arredores. Org. Erich Eichner. Trad. John

s.d. Knox. Rio de Janeiro, São Paulo, Kosmos: Erich Eichner. il.

Cintra, Alarico J. Coelho

1956 *Bisbilhoitando no Passado... do Rio das Vacas Gordas...* Rio de Janeiro, Ed. Brand.

- Cortes, C.
1957 *Homens e Instituições no Rio*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Costa, Nelson Nunes da
1961 *Páginas Cariocas: Trechos de Autores Brasileiros sobre a Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria do Estado de Educação e Cultura. (Coleção Cidade do Rio de Janeiro; 12).
1965 *O Rio Através dos Séculos: a História da Cidade em seu IV Centenário*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.
1958 *Rio de Ontem e de Hoje*. Rio de Janeiro, Leo Ed. il.
- Cruls, Gastão Luiz
1965 *Aparência do Rio de Janeiro (Notícia Histórica e Descritiva da Cidade)*. Rio de Janeiro, J. Olympio.
- Cruz, Henrique Dias da
1942 *Os Subúrbios Cariocas no Regime do Estado Novo*. Rio de Janeiro, DIP.
- Depoimento, Prefeitura de Ruy Mesquita. Org. texto, notas e seleção de documentos
1978 Cláudio Lacerda Paiva, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Distrito Federal. (Brasil). Política Civil
1965. *A Insurreição de 27 de Novembro*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- Dodsworth, Henrique
1955 *A Avenida Presidente Vargas: Aspectos Urbanísticos, Jurídicos, Financeiros e Administrativos de sua Realização*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- Dunlop, Charles Juline
1952 *Apontamentos para a História dos Bondes no Rio de Janeiro: a Companhia de Carris de Ferro da Tijuca*. Rio de Janeiro, Cia. de Carris, Luz e Força.
- Etienne, Gustavo Eugênio L.
1927 *A Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- Falcão, Edgar de Cerqueira & Peixoto, Afrânio
1945 *Rio de Janeiro, Terras e Águas da Guanabara*. São Paulo, F. Lanzara. (Com 80p. de aquarelas).
- Ferreira, João da Costa
1933 *A Cidade do Rio de Janeiro e seu Tempo; Ensaio Urbanológico*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Fontenelle, J.P.
1937 *A Saúde Pública no Rio de Janeiro depois de Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, Graf. Canton & Reile.
- Franco, Francisco Manuel de Melo
1977 *O Governo Chagas Freitas, uma Perspectiva Nacional Através de uma Experiência Local*. Rio de Janeiro, J.Olympio.
- Freitas, Benedicto
1977 *O Matadouro de Santa Cruz – Cem Anos a Serviço de uma Comunidade*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- Frota, Guilherme de Andréa
1966 *O Rio de Janeiro na Imprensa Periódica*. Rio de Janeiro, [s.n.].
1968 *Noções da História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara.

- Gibson, Hugh
 1937 *Rio Garden City*. New York, Doubleday, Doran & Company.
 s.d. *Guanabara em Nova Dimensão*. Rio de Janeiro, Guavira.
- Guanabara. Departamento de Educação Complementar
 1960 *Contribuição às Homenagens Prestadas à Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Vecchi.
- Guimarães, João
 1965 *Rio, Quatro Séculos de Mocidade*. Rio de Janeiro, Ed. Minerva.
 s.d. *Distrito Federal*. São Paulo, Melno Ramenzos.
- História Ilustrada do Rio de Janeiro* / Introdução e Texto, Herculano
 1984? Gomes Mathias; Reproduções Fotográficas, Alexandre Wulfes. Rio de Janeiro, Teenoprint.
- Holanda, Nestor de
 1963 *Isto é o Rio de Janeiro: 105 Flagrantes da Capital*. São Paulo, Melhoramentos.
 1965 *Itinerário da Paisagem Carioca*. Rio de Janeiro, Ed. Letras e Artes.
 1965 *O Jornal do Rio de Janeiro, Suplemento Comemorativo do IV Centenário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica de O Jornal.
- Kastrup, Sebastião Aroldo
 1965 *O Rio Pitoresco (Histórias Curiosas da Cidade-Estado)*. Rio de Janeiro, J.Álvaro Ed.
- Lacerda, Carlos
 1960 *Retrato da Cidade e sua Reconstrução, Discurso-Programa*; Convenção da UDN Carioca 17.06.1960. Rio de Janeiro, [s.n.].
 1965 *Palavras e Ação*. Rio de Janeiro, Record.
- Lanador, Murilo
 1950 *Síntese Histórica da Câmara do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- Latif, Miriam
 1965 *Uma Cidade nos Trópicos; São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Agir.
 1970 *O Livro do Rio*. Rio de Janeiro, Ed. Desenvolvimento.
- Ludolf, Dulce
 1965 *Rio Histórico Cultural*. Rio de Janeiro, Ed. Leitura.
- Macedo, Roberto da Mota
 1943 *Efemérides Cariocas*. Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas.
- Macedo, Sérgio Diogo Teixeira de
 1964 *Memórias do Rio (A história da Guanabara)*. 2.^a ed. rev. pelo autor e comemorativa do IV Centenário da cidade, Rio de Janeiro, Record.
- Magalhães, Symphronio
 1937 *Rio de Janeiro; Metrópole da Beleza – Encantos e Atrações do Rio*. Rio de Janeiro, Graf. do Jornal do Brasil.
- Malta, A.
 1977 *Fotografias do Rio de Ontem*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade. (Coleção Memória do Rio; 7).
- Mathias, Herculano Gomes
 1965 *Viagem Pitoresca ao Velho e ao Novo Rio*. Rio de Janeiro, Brasileira.

- Maurício, Augusto
s.d. *Meu Velho Rio*. Rio de Janeiro, Secretaria Geral de Educação e Cultura. (Coleção Cidade do Rio de Janeiro; 10).
- 1954 *O que Ficou no Passado*. Rio de Janeiro, Americana.
- Mello, Maria Tereza Chaves
1992 *O Parlamento Estadual do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ALERJ.
- Nascentes, Antenor
1965 *Efemérides Cariocas (de 1.º de Janeiro de 1502 a 1.º de Março de 1965)*. Rio de Janeiro, Brasiliana.
- Partido Autonomista do Distrito Federal
1935 *Ao Povo Carioca e à Opinião Pública*. Rio de Janeiro.
- Pinheiro, Maciel
1965 *O Rio de Janeiro Através das Revistas; vol. I – A Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, Liv. Brasileira.
1966 *Quatro Séculos de Cultura*. Rio de Janeiro, Universidade do Brasil.
- Reis, José de Oliveira
1977 *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos*. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal. 5v.
- Ribeiro, Fernando Bastos
1958 *Crônicas da Polícia e da Vida do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Impr. Nacional.
- Rigo, Raul Reinaldo
1965 *Coisas Cariocas*. Rio de Janeiro, Ed. Vecchi.
1965 *Rio*. Rio de Janeiro, Secretaria de Educação e Cultura, Depto. de Educação Primária.
O Rio de Janeiro em seus 400 Anos; Formação e Desenvolvimento da Cidade. Rio de Janeiro, 1965 Record.
- Um Rio em 68. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Rio de Janeiro, 1988 *Janeiro, (Bibliografia Carioca)*.
- Rocha, Valdir
1980 *Um Século: 1880-1980*. Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed. Carioca.
- Sanros, Francisco Agenor de Noronha
1965 *As Freguesias do Rio Antigo, Vistas por Noronha Santos*; Introdução, Notas e Bibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.
- Sá, Victor de
1960 *Terra Carioca*. Rio de Janeiro, Alba.
- Sarthou, Carlos
1964 *Passado e Presente da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro, F.Bastos.
- Senobert, Guilherme
1948. *A Província Eclesiástica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Agir.
- Silva, Paulo R. Paranhos da
1990 *Rio de Janeiro, 240 Anos de Justiça: Regedores e Presidentes*. Rio de Janeiro, Imp. Oficial.
- Sodré, Armando de Abreu
1985 *Situação da Cidade do Rio de Janeiro*. (relatores, Armando Abreu, Vicente Barretto; debatedores Fernando Bastos e Samuel Szyglic; moderador, Luiz Alberto Bahia). Rio de Janeiro, Paz e Terra: IEPES. (Coleção Debates:2)

- Stendaro, Alfredo
1961 *Visões do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Pongetti.
- Teixeira, Alberto Woolf
1950 *Estrutura Política e Direção Administrativa* do Distrito Federal (resumo histórico). Rio de Janeiro, [s.n.]
- Tourinho, Eduardo
1964 *Revelação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Tripper, Maria Clara
1966. *Cariocas três e Quatro Centãos*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- Wainer, Samuel
1942 “Pedro Ernesto, sua vida de cirurgião e revolucionário”. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, oc. 15 -3 - 22.1

6) Bibliografia

- Frota, Guilherme de Andréa
1971 *Apontamentos para um Guia Histórico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, CEA.
- Macedo, Roberto
1943 *Apontamentos para uma Bibliografia Carioca*. Rio de Janeiro, Centro Carioca.
- Marques, Albano Raimundo da Fonseca
1978 *Roteiro para o Levantamento da História do Legislativo Carioca*. Rio de Janeiro, ALERJ.
- Museu da República (Brasil)
1990 *Cidade do Rio de Janeiro: uma Bibliografia*. Comp. por Maria Luiza Villela de Andrade (Coord.), Maria Isabel Gomes de Sant’Anna, Iara Moussatche. Rio de Janeiro.
- O Rio de Janeiro em Teses: Catálogo Bibliográfico, (1960-1990). Organizadores: Lícia de
1992 Prado Valladares, Maria Josefina Gabriel Sant’Anna. Rio de Janeiro, URBAN-DATA (IUPERJ); CEP: Rio (UERJ). 196p.
- Rio de Janeiro, D.F.
1959 “Biblioteca Municipal”. *Boletim Mensal da Seção Guanabarina*, Guanabara, 1(1-7); jan./set.
- 1951 *Catálogo Alfabético por Autores*. Organizado sob a direção de Maria Portugal Milward Azevedo Duque Costa, Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- 1948 *Catálogo da Biblioteca: Publicação n 1*. Organizado sob a chefia de Maria Portugal Milward Azevedo Duque Costa. Rio de Janeiro.
- Rio de Janeiro (Estado)
1965 “Bibliografia”. *Boletim Informativo da Biblioteca do Conselho Nacional de Geografia*. Rio de Janeiro, (2), pp. 17-26, jul./dez.
- 1987 *Bibliografia Carioca*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Cultural.
- 1978 *Bibliografia Carioca, 1977*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Departamento Geral de Cultura.

7) Publicações Oficiais

- Bibliografia de Folclore: Bibliotecas Regionais./Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro,
1976 Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Departamento Geral de Cultura, Divisão de Documentação e Biblioteca. Rio de Janeiro.

- Brasil. Assembléia Legislativa
s.d. Anais da Assembléia Legislativa (1960-1974). *Anais*. Brasília, [s.l.]
- Brasil. Congresso. Senado
s.d. Anais do Senado Federal. *Anais*. [s.l.]
- Brasil. Congresso
s.d. Anais da Câmara Federal. *Anais*. [s.l.]
- Brasil. Conselho Nacional de Estatística
1956 *Exportação do Distrito Federal por Vias Internas: Principais Mercadorias, 1955*. Rio de Janeiro.
- Companhia Estadual de Águas da Guanabara
s.d. *Adutora do Guandu, Segmento Estação de Tratamento Elevatória do Lameirão; Síntese dos Estudos Geotécnicos*. Rio de Janeiro.
1970 *Do Poço do "Cara de Cão" à Nova Adutora do Guandu*. Rio de Janeiro.
1971 *Relatório da Diretoria – 1970*. Rio de Janeiro.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
1979 *Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro – 1979*. Rio de Janeiro.
- Guanabara: Constituição
1961 *A Constituição do Estado da Guanabara*. Imp. Nacional.
- Guanabara. Departamento de Recursos Naturais
1966 *Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro, Centro de Conservação da Natureza.
- Guanabara. Governador (1960-1965; Carlos Lacerda)
1962 *Mensagem à Assembléia Legislativa, Programa de Governo para 1963*. Rio de Janeiro.
- Guanabara. Governo do Estado
1971 *Ligação Rio-Niterói; Relatório de Viabilidade*. Rio de Janeiro.
- Guanabara. Governo do Estado. Secretaria de Serviços Sociais
1969 *Rio: Operação Favela*. Rio de Janeiro, Image.
- Guanabara. Secretaria de Economia
1962 *A Zona Rural da Guanabara, Levantamento Sócio-Econômico*. Rio de Janeiro.
- Guanabara. Secretaria de Economia. Departamento de Expansão Econômica
1967 *Diagnóstico Preliminar da Guanabara*. Rio de Janeiro.
- Guanabara. Secretaria de Estado de Serviços Sociais
1965 *Alguns Problemas Sociais na Guanabara*. Rio de Janeiro.
- Guanabara. Secretaria de Governo. Coordenação de Planos e Orçamento
1965 *Estudos Cariocas*. Rio de Janeiro. v.1.
- Guanabara. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
1974 *Programas de Governo (Gov. Chagas Freitas)*. Rio de Janeiro.
- IBGE
1970 *Censo Demográfico – Guanabara*. Rio de Janeiro, IBGE.
1973 Centro de Documentação e Informação Estatística. *Estimativa da População Residente, em 01 de Julho de 1975, para o Município do Rio de Janeiro e Regiões Administrativas*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE. Conselho Nacional de Estatística
1966 *Características Demográficas e Sociais do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro.

- IBGE. Conselho Nacional de Geografia
1967 *A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Imprensa Alternativa & Literatura: os Anos de Resistência*. Rio de Janeiro.
1987 RIOARTE.
- Madeira, João Lira
1969 *Reformulação do Crescimento Demográfico da Guanabara no Período 1940-60. Em Face dos Recenseamentos Gerais*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Rio de Janeiro, D.F.
s.d. *Código de Organização Judiciária do Distrito Federal. (Decreto-Lei n.º 8.527, de 31 de Dezembro de 1945)*, pelo Promotor Eudoro Magalhães. [Rio de Janeiro, s.n.]
- 1936 *Trabalho Organizado pela Seção de Estatística da Sub-Reitoria de Estatística e Arquivo*. Rio de Janeiro.
- Rio de Janeiro, D.F. Câmara Municipal
s.d. *Atas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, D.F. Atas. Rio de Janeiro.
- Rio de Janeiro, D.F.
s.d. *Mensagens dos Prefeitos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, D.F.
- Rio de Janeiro, D.F. Governador (1965-1971:Negrão de Lima)
1971 *Um Balanço do governo Negrão de Lima (Planejamento, Execução)*. Rio de Janeiro, Ed. Guavira/Ed. Bloch.
- Rio de Janeiro, D.F. Prefeito. (1947-1951:Mendes Moraes)
1949 *Mensagem Apresentada à Câmara dos Vereadores, por Ocasão da Abertura da Sessão Legislativa de 1949, pelo Gen. de Divisão Angelo Mendes de Moraes*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Rio de Janeiro, D.F. Prefeito. (1956-1958:Negrão de Lima)
1957 *Mensagem n. 53, de 20 de Setembro de 1957 Enviada à Câmara dos Vereadores pelo Prefeito Francisco Negrão de Lima*. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, 62p. il. mapas.
- Rio de Janeiro, D.F. Prefeitura.
1949 *Censo das Favelas – Aspectos Gerais*. Rio de Janeiro.
1957 *Plano de Realizações na Cidade do Rio de Janeiro*; Fundo Especial de Obras Públicas. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
1951 *Prefeitura 1893-1951*. Rio de Janeiro.
1942 *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Pres. Rep. pelo Prefeito Henrique Dodsworth, 1937 a 1942*. Rio de Janeiro.
1937 *Sinopse Estatística do Distrito Federal (1937)*. Rio de Janeiro.
1943 *Urbanização da Esplanada de Santo Antônio*. Rio de Janeiro.
- Rio de Janeiro, D.F. Prefeitura. Comissão de Obras Novas
1943 *Avenida Tijuca – Relatório de Serviços por Carlos Soares Pereira*. Rio de Janeiro.
- Rio de Janeiro, D.F. Secretaria do Prefeito
1943 *Prefeitura do Distrito Federal de 1937 a 1943*. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Estatística.
- Rio de Janeiro (Estado). Departamento de Estradas e Rodagem
1966 *A Ponte Rio-Niterói, Relatório Final do Grupo de Trabalho Criado em 05/02/1965*. Niterói, R.J.
- Rio de Janeiro. R.J. Secretaria de Ciência e Tecnologia
1970 *Rio Ano 2000*. Rio de Janeiro, [s.n.]

- Rio de Janeiro. R.J. Secretaria Geral de Finanças
1953 *A Atual Lei Orgânica do Distrito Federal: Fontes Históricas e Elaboração Legislativa, Texto e Comentários*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- Rio de Janeiro. R.J. Secretaria Geral de Viação e Obras
1941 “Comemoração de Mais um Aniversário e o da Administração Henrique Dods-worth”. *Revista Municipal de Engenharia*. s.l.
- Pedro, Alim
1955 *Mensagem à Câmara do Distrito Federal – Exercício de 1954*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.

8) Arquivos Privados

Arquivos da elite política

- Augusto Amaral Peixoto (CPDOC)
- Carlos de Lacerda (Univ. Brasília)
- Negrão de Lima (CPDOC)
- Pedro Ernesto Batista (CPDOC)

Arquivos de entidades

- Associação Comercial do Rio de Janeiro
- Centro Industrial do Rio de Janeiro
- Clube de Engenharia
- Arquivo do Sindicato dos Ferroviários
- Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Amantino, Antônio Kurtz

Quem Governa? Estrutura Social e Poder Político em Raymond Aron. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 102 pp. Orientador: José Antônio Giusti Tavares.

Primeira parte — estudo das classes sociais. As concepções de Marx, Schumpeter e Aron. A complexidade e a ambigüidade da classe social. Interesse de classe. Conflito e luta de classes. As classes sociais na sociedade soviética. Segunda parte - classes dirigentes e classe política. As classes dirigentes da sociedade moderna. A classe política. Como são recrutados os políticos e a quem representam. A confusão entre classe social e classe política. Crítica à teoria marxista da classe dirigente. Terceira parte - a estrutura das classes dirigentes. Classes dirigentes unificadas (regimes de tipo soviético) e classes dirigentes divididas (regimes ocidentais). O mito da elite do poder.

Batista, Mércia Rejane Rangel

De Caboclos da Assunção à Índios Truká. Estudo sobre a Emergência da Identidade Étnica Truká. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 229 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Estudo etnográfico do grupo indígena Truká, procurando investigar o processo de formação e manipulação da identidade étnica. Pode-se perceber o quanto a identificação étnica encontra-se articulada às reivindicações de acesso e garantia da terra, identificada enquanto o território do grupo. Ao mesmo tempo, por meio da análise da esfera mágico-religiosa detectou um dos processos de construção e manutenção da identidade coletiva Truká, como também do processo de incorporação e exclusão individual e familiar, que se revela pelo uso de sinais diacríticos.

Bertho, Angela Maria de Moraes

De Piratas e Cangaceiros (Um Estudo sobre Representações Sociais no Movimento Independente de Literatura do Nordeste na Década de 80). Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1991. Orientadora: Guita Grin Debert.

Inserido nos anos duros da repressão e da censura, o movimento marginal ou independente de literatura eclode em vários eixos culturais do País. Primeiro de maneira fragmentária para depois, em 80, surgir a tentativa de organizá-lo ao nível nacional. Essa tentativa se dá no Nordeste, onde vários grupos liderarão um processo afinal efêmero, mas significativo do ponto de vista das mudanças no "ideário" e nas "representações" que até a década de 70 o movimento apresentava. O objetivo da pesquisa é uma descrição densa dos discursos provenientes do eixo nordestino, já que estes apresentam diferenças marcantes com relação aos do eixo Sudeste. No Sudeste o ideário contracultural informa as ações e representações dos par-

ticipantes, enquanto que no Nordeste questões relativas à cultura popular, ao regional, somam-se às preocupações referentes a uma arte de resistência que objetiva impedir a homogeneização da cultura advinda da indústria cultural, própria do desenvolvimento combinado, mas desigual, da modernidade brasileira.

Bratkowski, Ana Valéria Silva

Rock and Blue: Estudo Comparativo de Duas Bandas de Rock em Porto Alegre. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 214 pp. Orientador: Rubem George Oliven.

O trabalho descreve os significados do gênero musical *rock and roll* e suas influências em duas bandas musicais de faixas etárias diversas na cidade de Porto Alegre. Teoricamente, é abordado o papel social da música e relacionados aspectos históricos a fim de compreender a introdução e sucesso, no Brasil, de um gênero musical que, na sua origem, possui seus próprios significados. O trabalho de campo foi realizado por meio da observação participante e as trajetórias de vida descritas pelos próprios integrantes dos grupos. Foi dada ênfase às visões de mundo dos informantes enquanto personagens sociais plenamente identificados com a imagem de "roqueiro".

Caregrato, Célia Elizabete

O Estado e o Empresariado: A Atuação Política dos Industriais da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, durante a Nova República (1985-1989). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 236 pp. Orientadora: Eva Machado Barbosa Samios.

Analisa a atuação política do empresariado industrial ligado à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul durante a Nova República - 1985/1989. Essa atuação é analisada sob dois aspectos: o pensamento político e a capacidade de articulação de interesses junto ao Estado. Demonstra que existe vinculação entre as posições econômica e política ocupadas pelos industriais em âmbito regional e nacional. Esses atores sociais são avaliados como hegemônicos, tanto política como economicamente, em âmbito regional. Porém, quando comparados aos industriais do centro do País, os quais ocupam posição hegemônica na estrutura nacional, pode-se falar em posição subsidiária ocupada pelos industriais gaúchos: estes possuem uma atuação política que revela fragilidade. Na análise sobre a articulação dos industriais junto a segmentos que compõem o poder estatal (tecnocracia, Executivo, Legislativo etc.), o trabalho permite que se evidenciem características importantes sobre a atuação do Estado brasileiro. Tanto o poder da tecnocracia, quanto as disputas desta com representantes de outros segmentos do Estado são questões significativas, capazes de determinar, sob várias formas, ganhos e perdas a setores da sociedade civil, como é o caso dos industriais.

Cavedon, Neusa Rolita

Navegantes da Esperança: Análise de um Ritual Religioso-Urbano em Porto Alegre. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 251 pp. Orientador: Sérgio Alves Teixeira.

A Festa dos Navegantes, em Porto Alegre, foi estudada a partir da noção de ritual desenvolvido pela Antropologia. Para tanto, foi feita a observação sistemática e participante, acompanhada da análise das diversas etapas do ciclo ritual, que tem início na segunda semana de janeiro e término no dia 2 de fevereiro. A transformação da festa de uma manifestação de camadas elevadas e localizada em uma manifestação popular e regionalizada e, ainda, a utiliza-

ção de símbolos da cultura dominante por grupos dominados como forma desses últimos se aproximarem das camadas superiores foram alguns dos elementos evidenciados.

Conceição, Maria de Fátima Carneiro da

Políticas e Colonos na Bragantina, Estado do Pará: Um Trem, a Terra e a Mandioca. Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 1991, 320 pp. Orientadora: Maria Conceição D'Incao.

A pesquisa objetivou recuperar a experiência de colonos da Bragantina, nordeste paraense, sob a perspectiva da História Social, de valorização da experiência em seus aspectos mais amplos, dialogando com os que sistematicamente fizeram a crítica da colonização enfatizando seus resultados agrícolas considerados mais insatisfatórios. Utilizou a memória dos colonos sobre as políticas de colonização, como meio de identificar sua presença histórica, incorporando-a ao conhecimento existente, pouco reconhecedor dessa presença. A memória evidenciou um tempo social extenso, onde prevalece a contínua relação dos colonos com as políticas, algumas delas determinantes do sistema social criado e mantido por sucessivas gerações de colonos, herdeiros da terra e agricultores familiares, vinculados ao mercado de produtos agrícolas. As referências desse tempo social, relatadas nas memórias dos colonos, são políticas de estado iniciadas no final do período imperial, com a decisão de implantar a colonização com a imigração estrangeira (1875) e iniciar a construção da estrada de Ferro de Bragança (1883). Essas políticas tiveram algum prosseguimento nos governos republicanos estaduais e no Estado Novo; os governos militares pós-64 interferem na extinção da estrada de ferro (1965) e nas políticas extensionistas. O estudo mostrou a presença social dos colonos, com dinamismo próprio.

Costella, Maria

Igreja e Luta pela Terra no Rio Grande do Sul: Organização e Poder. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 274 pp. Orientador: Juan Mário Fandiño Mariño.

O trabalho analisa a organização e manutenção da luta pela terra em Encruzilhada Natalino (1980-1983), em função da ação dos agentes externos, mostrando que a Igreja desempenhou um papel decisivo. Fatores causais são estabelecidos por meio de tipos ideais e dos modelos causais do marxismo analítico. As conclusões são sustentadas comparativamente mediante um estudo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (1960-1964). O movimento é consistente com a teorização sobre movimentos sociais quanto à mediação de agentes externos e passagem dos movimentos "velhos" para os "novos". A Igreja é identificada como agente externo catalisador do movimento de Encruzilhada Natalino, conciliando os seus interesses de poder com as estratégias de ação.

Cotanda, Fernando

Novas Tecnologias, Reconversão do Controle Fabril e Diferenciação entre Trabalhadores Metalúrgicos. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 241 pp. Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

Analisa a problemática das relações sociais no espaço social da fábrica. Buscou compreender como os trabalhadores de uma indústria metalúrgica se relacionam com o processo e a organização do trabalho. Dá especial atenção ao processo de introdução de novas tecnologias e novas formas de gestão da força de trabalho. Tendo como referência empírica uma indústria de grande porte ligada ao setor metalúrgico, situada na cidade de Porto Alegre, são investigados três segmentos de trabalhadores. A partir de variáveis econômicas e não-econômi-

cas tentou compreender como ferramenteiros, operadores de máquinas e trabalhadores do Departamento de Engenharia constroem diferentes formas de relacionamento com a fábrica.

Erthal, Regina Maria de Carvalho

Atrair e Pacificar: A Estratégia da Conquista. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 277 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Propõe-se a, mediante o caso dos índios Kaingang do oeste paulista, pensar as práticas de contato do órgão de proteção (SPILTN). Uma leitura interessada no entendimento do processo de construção das representações por sobre as ações de pacificação realizadas pelo Serviço de Proteção aos Índios remete necessariamente a uma revisão das práticas concretas dos seus agentes legítimos junto aos kaingang paulistas, na medida em que a realização desse contato, pela extensão de suas dificuldades e pelas expectativas que gerava, termina por se constituir, por meio dos textos de divulgação, na comprovação prática da eficácia do “método pacífico” formulado por Rondon.

Faillace, Sandra Tosta

Comunidade, Etnia e Religião: Um Estudo de Caso na Barragem de Itá (RS/SC). Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1991, 264 pp. Orientadora: Lygia Sigaud.

Análise do modo diferencial como a intervenção do Estado é vivida por um grupo de camponeses formado a partir da identidade e filiação religiosas. Considera-se como referencial empírico os membros da Igreja de Confissão Luterana no Brasil (JECLB), localizados no povoado de Sarandi, município de Aratiba (RS), que se particularizam, como “atingidos” — um termo tornado identidade social nesta situação de construção hidrelétrica, - pelo empenho na preservação da “comunidade” ante o futuro deslocamento a ser provocado pela construção da barragem de Itá (localizado entre RS e SC) acionando, para tanto, estratégias voltadas para os seus interesses enquanto grupo religioso.

Fernandes, Tânia de Souza

Uma Comunidade de Salvos – Um Estudo sobre Batistas na Baixada Fluminense. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 150 pp. Orientador: Otávio Velho.

Trata-se de uma etnografia resultante de trabalho de campo realizado entre 1989 e 1991. Foram realizadas entrevistas e observação participante, além de leitura de publicações confessionais. O texto demonstra os vários momentos de constituição de uma “cultura bíblica”, nos moldes batistas, e o quanto essa cultura engendra valores e regras para ação, os quais são vividos em todas as áreas da vida do “crente”

Ferreira, Denise Paiva

Oposição e Transição Democrática – A Estratégia Peemedebista nas Eleições de 1982. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 205 pp. Orientador: Héglio Trindade.

Por meio da análise de discurso, estudou a estratégia político-eleitoral traçada pelo PMDB, em face das eleições de 1982. Analisou como o discurso político veiculado por este partido se articulou para exercer seu poder junto ao eleitorado, ou seja, como este interpelou o eleitor. Em suma, fez-se um exame dos elementos contidos na estratégia do PMDB, quando este procurou constituir-se no imaginário do eleitorado como o partido da “resistência democrática”. Foi também analisada a importância das referidas eleições para o prosseguimento do

processo de transição política, bem como o papel desempenhado pelo PMDB, enquanto ator político, nesse processo.

Galvão, Jane

Aids e Imprensa: Um Estudo de Antropologia Social. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 151 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Enfoca a construção social da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) no Brasil, partindo do material jornalístico publicado pelo *Jornal do Brasil*, no período de 1981 a 1990. Mapeando as questões identificadas como as mais importantes, analisa o contexto que possibilita a eclosão dos mecanismos de acusação que cercam a doença AIDS e os doentes portadores do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana). Destaca as palavras-chave da composição do cenário da epidemia de HIV/AIDS, os modos de gestão e de negociação individuais e coletivos frente à doença e aos doentes, assim como suas formas de encobrimento e de revelação.

Geiger, Amir

Da Crise à Crise: A Conversão Histerética de A.A.L. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 230 pp. Orientador: Otávio Velho.

A partir do diagnóstico de Weber e Simmel sobre a precariedade intelectual da fé religiosa na modernidade, e trabalho, procura verificar a vigência dos dilemas e limitações por eles apontados. Para isso, é escolhida a trajetória de conversão ao catolicismo, em 1928, do crítico e pensador Alceu Amoroso Lima. O trabalho concentra-se principalmente nos anos 1925-28, oferecendo primeiramente um resumo das idéias estéticas do crítico, em contraste com as tendências modernistas e das vanguardas européias. Daí, acompanha e analisa a crise pessoal manifestada na correspondência (em parte, inédita) com o líder católico Jackson de Figueiredo. Isto propicia perceber, de um lado, como o domínio da reflexão intelectual envolve uma condição mais profunda, um possível *ethos* moderno, e de outro, como a experiência religiosa apresenta uma carga intelectual não desprezível, mesmo para a razão.

Giacomini, Sonia Maria

Profissão Mulata. Natureza e Aprendizagem num Curso de Formação. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 287 pp. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

Exame de representações e práticas elaboradas a partir e em torno do exercício da *profissão mulata*. A pesquisa de campo foi desenvolvida no II Curso de Formação Profissional de Mulatas, promovido por uma conhecida casa de shows do Rio de Janeiro, como o apoio do Senac e da Riotur. Além do acompanhamento das atividades do curso foram realizadas entrevistas com professores e alunas, assim como com empresários e mulatas profissionais. Inspirada por uma reflexão geral acerca das condições em que uma noção ancorada na "raça" e no gênero passa a designar uma ocupação profissional, a pesquisa busca identificar de que maneira são elaborados os requisitos para o ingresso e sucesso na carreira. Oposições entre dom e aprendizado esclarecem ambigüidades na construção de uma clara identidade profissional.

Gonzales, Helio Puing

Urbanização da Periferia: A Dicotomia entre as Políticas Públicas e a Realidade - O Caso da Vila Nova Brasília. Mestrado em Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 298 pp. Orientador: Paulo Cesar Delayti Motta.

Analisa os projetos e as ações do Setor Público, na cidade de Porto Alegre, no que se refere às políticas sociais e de urbanização voltadas para as camadas de baixa renda, em especial os moradores da Vila Nova Brasília, no Bairro do Sarandi, zona norte da cidade. Pretende, como estudo de caso, indicar um procedimento analítico para a compreensão dos movimentos populares utilizando, ao máximo possível, as próprias palavras dos seus atores para a análise dos fatos vivenciados intensivamente. O caminho percorrido foi o da verificação, no campo do planejamento federal, estadual e municipal, das ligações existentes entre padrão de acumulação e política pública, consubstanciadas na forma do ordenamento espacial e urbano. Isto vai mostrar que, como consequência da necessidade de regulamentação do espaço, surge uma nova lógica de expulsão. Esta difere, em termos de filosofia, daquelas das administrações anteriores a esse período, que utilizavam a força policial para desalojar os moradores. Agora, ao contrário, consoante com o seu processo de cooptação política local, surge a possibilidade da expulsão econômica caracterizada por um processo "indireto" de expulsão orientada. E esse processo é bastante eficiente no sentido de legitimar a ação do Poder Público, implementando, assim, a lógica capitalista. Do ponto de vista da intencionalidade, buscamos mostrar como os interesses político-econômicos das populações atingidas se relacionam às suas aspirações e expectativas, e verificamos que os moradores, mais uma vez, são relegados a um segundo plano, sem haver, por parte dos planejadores, qualquer preocupação básica com a sorte nominal de cada família.

Gritti, Isabel Rosa

A Imigração Judaica para o Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization Association e a Colonização de Quatro Irmãos. Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1992, 276 pp. Orientador: René E. Gertz.

O estudo da imigração judaica para o Rio Grande do Sul no início do século XX envolve obrigatoriamente o estudo da *Jewish Colonization Association* (ICA). A ICA inicia sua atividade de colonização no Estado em 1904; em 1909 funda sua segunda colônia agrícola, a Colônia Quatro Irmãos. Apesar de essa colonização fracassar, a ICA permanece em Quatro Irmãos até 1962, quando as reservas florestais se esgotam e os 93.985 hectares que lhe pertenciam tinham sido todos vendidos a judeus e não-judeus. A dissertação reconstitui a história desse empreendimento.

Guedes, Simoni Lahud

Jogo de Corpo — Um Estudo de Construção Social de Trabalhadores. Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 454 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Investiga os modos pelos quais se atualizam as concepções de homem e trabalhador no processo de construção social de trabalhadores, a partir de etnografia realizada em Neves, município de São Gonçalo (RJ). Opera com a hipótese de que tais concepções são o eixo central de uma configuração de idéias-valores, enfeixando vários significados correlatos. Tal processo foi estudado em dois momentos recortados nas trajetórias dos trabalhadores, supondo representarem passagens que não apenas colocam em foco tais valores, mas também evidenciam sua realização em um contexto onde outras idéias-valores são impostas ou estão disponíveis. O primeiro momento é o da entrada no mercado de trabalho; o segundo, o da aposentadoria.

Guimaraens, Dinah

Arquitetura de Castelos Tropicais: Nobreza, Monarquia e Arianismo em uma Fortaleza Neogótica da Década de 20 (Castelo de Itaipava). Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1991, 352 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

A tese aborda a arquitetura de castelos ecléticos construídos nas primeiras décadas deste século no Brasil, destacando como nosso estudo-de-caso o Castelo de Itaipava, construído pe-

lo Barão Smith de Vasconcellos, contando com projeto arquitetônico de Lúcio Costa e de Fernando Valentim, datado de 1920. Partindo da investigação do espaço construtivo, procuramos desvendar a ideologia do referido Barão. Tendo como foco o livro *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, escrito por Jayme Luiz e por seu pai, o segundo Barão de Vasconcellos, analisamos a heráldica como forma de classificação social da nobreza brasileira. Traçamos ainda um histórico do movimento de Restauração Monárquica desde as primeiras décadas deste século até o plebiscito de 1993, no qual se poderá optar entre Monarquia Parlamentarista, Presidencialismo ou Parlamentarismo Republicano, tendo em vista a estreita vinculação do Barão com o monarquismo das décadas de 10 a 30. Ao lado do ideal nobiliárquico de nosso personagem — fato que nos leva a indagar “Quem Quer ser Nobre no Brasil de Hoje?”, em continuidade à essa valorização da nobreza por certos estamentos da elite do início do século — a conclusão enfoca a hierarquização racial européia e a negação do sangue negro e mestiço por segmentos das classes superiores, tanto nas décadas de 20 a 40 quanto na atualidade, levando-nos a apontar um anseio presente no senso comum brasileiro, sem, no entanto, poder esconder de si mesmo uma gama de influências culturais que vão do Velho Mundo até a África. O arianismo do Barão aparece na oposição entre “nobres” e “africanos”, sendo citada como piada no corpo da tese.

Guimarães, Sonia Dantas Pinto

Antropologia e Educação: Uma Relação em Pauta. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 200 pp. Orientador: Luis de Castro Faria.

Coloca em pauta a relação entre a educação e as Ciências Sociais, em especial o papel reservado à Antropologia na investigação das questões educacionais. A partir de uma leitura da história da pesquisa educacional desenvolvida nos últimos 40 anos, busca resgatar as décadas de 50 e 60 e a contribuição dos estudos de comunidades para a análise do quadro atual do sistema de ensino e das escolas do País.

Krause, Silvana

Economia, Política e Religião em Santa Cruz do Sul na República Velha. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 279 pp. Orientador: René Gertz.

O trabalho visa observar o comportamento econômico, político e religioso de uma elite econômica em uma região de imigração alemã (Santa Cruz do Sul) no período da República Velha. A idéia centra-se em três níveis: de que forma a elite colonial local acumulou capital para investimento na indústria (polêmica sobre a origem da indústria, artesanato ou comércio); como esta elite se comportou, no aspecto político, nos incios da Proclamação da República e no decorrer do período da República Velha. Com relação ao aspecto religioso, analisa de que forma as diferenças religiosas entre a elite econômica local (católicos e protestantes) se manifestaram no plano econômico e político.

Leczneski, Lisiane Koller

Pequenos Homens Grandes: O Cotidiano de Gurus de Rua numa Praça de Porto Alegre. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 187 pp. Orientadora: Claudia Lee Williams Fonseca.

Esta pesquisa com gurus de rua realizou-se em uma praça central da cidade de Porto Alegre (RS), entre abril de 1990 e fevereiro de 1991. Reconstrói etnograficamente a realidade específica de vida, relacionamento, padrões de conduta e visão de mundo dessas crianças e jovens que populam os centros das cidades brasileiras. Mediante uma descrição densa, procura

compreender como os guris de rua entendem, explicam e vivenciam a realidade que os cerca. Para tanto, centra o foco da atenção especialmente nas dimensões cotidianas da vida, como maneiras de comer, vestir e dormir, formas de contato físico e atitudes frente aos outros. Além do discurso articulado pelos guris, considerou-se fundamental atentar também para as dimensões do lazer, como músicas, ditados, brincadeiras e expressões corporais que revelaram-se significativos da dinâmica e dos valores cultivados no interior do grupo. Neste sentido, aspectos relacionados com as representações de gênero, bem como com percepções em torno das "idades da vida", desempenham um papel de destaque enquanto reveladores de um *ethos* particular.

Lewgoy, Bernardo

A Invenção de um Patrimônio: Um Estudo sobre as Repercussões Sociais do Tombamento de 48 Casas em Antônio Prado/RS. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 330 pp. Orientadora: Ondina Fachel Leal.

Busca interpretar a lógica que presidiu o ingresso de novas normas e significações patri-moniais em uma específica sociedade local, ou seja, o caso do tombamento e preservação de um conjunto de 48 casas tidas como representativas da arquitetura de imigração italiana no Rio Grande do Sul e Brasil, na cidade gaúcha de Antônio Prado, cidade com 10 mil habitantes, distante 200km de Porto Alegre. Tendo em vista este caso particular, busca também contribuir para esclarecer os temas da memória social e do patrimônio cultural nas modernas sociedades complexas.

Lima, Antonio Carlos de Souza

Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar e Indianidade no Brasil. Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 646 pp. Orientador: Luiz de Castro Faria.

Objetiva estabelecer os contornos do exercício de poder do Estado nacional brasileiro sobre as populações indígenas dispersas pelo território que ele, por múltiplos processos se circunscreveu, denominando-o *poder tutelar*. Considera, para tanto, a visão das relações de poder enquanto oriundas e em continuidade com as de guerra, notadamente da nulidade que, formalmente, intitulou de *conquista*. Este é o enfoque fundamental tomado para interpretar o delineamento imaginário e a estatização do poder tutelar em um aparelho específico, qual seja, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado em 1910.

Linhares, Lucy Paixão

"Animus Domini". Uma Análise da Política de Discriminação de Terras Públicas no Acre. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 259 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira.

Este trabalho teve como objetivo proceder a uma análise das discriminatórias de terras públicas enquanto política adotada pelo governo brasileiro durante a década de 70 e primeira metade dos anos 80. A fim de melhor compreender a sua execução, foi delimitado um universo específico: o Estado do Acre. Partindo da análise do contexto político em que esta política foi adotada, seu foco se dirige para o conjunto de leis e normas administrativas que viabilizaram a sua execução, concentrando-se na atuação do Incri e nas conseqüências de sua aplicação.

Luchiari, Maria Tereza Duarte Paes

Caiçaras, Migrantes e Turistas: A Trajetória da Apropriação da Natureza no Litoral Norte Paulista (São Sebastião - Distrito de São Sebastião). Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1992. Orientador: Daniel J. Hogan.

Busca recuperar diversas fases da ocupação humana no litoral norte paulista - mais especificamente, no distrito de Maresias - a partir do período da colonização, dando ênfase às formas de sobrevivência das comunidades caiçaras. Recuperando o modo de vida tradicional, esta investigação passa a comparar as formas de percepção-utilização da natureza entre as comunidades tradicionais caiçaras e as populações provenientes de ambientes urbanos que se dirigiram para lá nas últimas três décadas, após a implantação do setor turístico na região. Como o objetivo desta investigação é avaliar a relação entre percepção e manejo do ambiente em sociedades diferenciadas, buscou-se, a partir da “fala” dos três sujeitos sociais (caiçaras, imigrantes e turistas) reconstituir a “ideologia” utilizada por cada um deles em suas relações com a natureza. Esta ideologia é a mediadora na relação entre o homem e a natureza, a percepção e a ação dos sujeitos; afinal, cada sociedade (tradicional ou capitalista) possui um projeto cultural com regras e normas específicas para a apropriação da natureza. No litoral norte paulista ocorreu a substituição de uma ideologia pela outra, de uma racionalidade para outra no modo de tratar a natureza. Esta substituição acompanhou um intenso processo de degradação sócio-ambiental na região. Alguns mecanismos de sobrevivência dos caiçaras devem ser substituídos, mas o Estado e o setor turístico devem garantir a preservação do “saber” dessas comunidades tradicionais e a sobrevivência socioeconômica das mesmas. Só desta forma as diversidades culturais e a própria paisagem do litoral norte paulista serão preservadas.

Lyra, Maria Cristina da Costa

Vamos Fazer Bagunça? Por uma Antropologia das Paixões. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 223 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Um estudo sobre interações sociais cotidianas tomando como um dos eixos centrais as interações entre pesquisadora e sujeitos das pesquisas - denominadas “bagunça” - através da observação participante como professora de garotos entre 9 e 13 anos. A “bagunça” gerou conflitos e paixões entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa, solucionadas por meio de “práticas de salvação de face” em “intercâmbios rituais”. Além de um lado crítico e contestador, a “bagunça” caracterizou-se como um jogo social de inversões de hierarquias e poder por intermédio da comicidade e do humor. Atualizaram-se na “bagunça” uma diversidade de paixões: da moral, da amizade e solidariedade e da alegria, humor e riso nos processos de inversão de poder.

Machado, Maria Ângela Dias

Sobre a Honrada Vocação Democrática do Nosso Exército: O Discurso Militar em Tempos de Democracia (1987-1988). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 223 pp. Orientadora: Célia Regina Jardim Pinto.

Análise da fala militar oficial (as manifestações da opinião militar por seus ministros e órgãos oficiais de comunicação) durante o período constituinte de 1987-1988 sob a perspectiva da Análise do Discurso. O foco da análise do discurso militar é a forma como este tenta construir um espaço legítimo de atuação política para os militares em um período considerado crucial no processo de redemocratização no Brasil.

Mejia, Margarita Rosa Gaviria

A Família numa Comunidade da Área Canavieira de Pernambuco. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 262 pp. Orientador: Moacir Palmeira.

Reflete sobre a concepção de família para os membros de uma comunidade camponesa e mostra que família é uma palavra com múltiplos significados, porém é um termo usado

principalmente para designar conjuntos de relações. Trata desses conjuntos de relações baseado na observação e no significado dos termos de parentesco. Analisamos também a incidência do compadrio e do casamento nas relações familiares. Ao fazer o levantamento das relações designadas “família”, vimos que os camponeses fazem uma hierarquização das relações, sendo as relações preferenciais aquelas constitutivas da família nuclear. Os camponeses, para qualificarem as relações familiares, e ao definirem os termos de parentesco remetiam-se às relações nucleares. Deste modo, a família nuclear é o modelo de unidade familiar a partir do qual é possível examinar os valores morais e regras sociais sobre as quais se constrói o conjunto das relações sociais.

Mincato, Ramone

Estado e Tecnoocracia: Um Estudo das Controvérsias Políticas e Tecnocráticas na Formação do Plano Cruzado e de suas Políticas Corretivas. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 324 pp. Orientador: Cesar Marcello Baquero Jacome.

O estudo analisa as controvérsias tecnocráticas e políticas na formação das decisões do Plano Cruzado e de suas políticas corretivas. A análise é realizada avaliando-se as distintas posturas e propostas da tecnocracia econômica, de atores consultados e incorporados ao processo de tomada de decisões e de atores mantidos excluídos do processo. A hipótese central do estudo é a de que o Plano Cruzado, projetado para eliminar a inflação inercial, constituiu-se essencialmente em uma estratégia de legitimação política e social do governo Sarney. Para demonstrar a hipótese, foi utilizada a proposta metodológica de análise de políticas estatais e de seus impactos de G. O'Donnell e O. Oszlak (1974). As principais conclusões do estudo são as seguintes: na fase de elaboração do projeto original do Plano Cruzado, apesar das distintas posturas tecnocráticas, prevaleceu a questão da eficácia econômica do programa enquanto política de combate à inflação; na fase de negociação, a questão da eficácia econômica do programa cede lugar à questão da eficácia política: a legitimidade política e social do Plano. A introdução de medidas relativamente distributivas no programa foi uma reação tecnocrática (a) às pressões políticas colocadas pelos atores políticos consultados e incorporados ao processo de tomada de decisões; (b) à configuração de esfacelamento da Aliança Democrática e (c) às pressões do movimento sindical.

Miranda, Moema Maria Marques de

Espaço de Honra e de Guerra - Etnografia de uma Junta Trabalhista. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1991, 272 pp. Orientadora: Lygia Sigaud.

No sentido mais amplo, a discussão insere-se na temática da relação entre Direito e Sociedade. O objetivo específico é analisar a relação estabelecida, no concreto da vida social, por um grupo determinado de proprietários e trabalhadores da agro-indústria açucareira, seus representantes legais e advogados e os juizes e funcionários da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Alegrete, com a Lei, a Justiça e o Direito. Assim, seguindo os padrões consagrados pela tradição antropológica, realizou-se uma etnografia da JCJ de Alegrete, situada na Zona da Mata do Estado de Pernambuco. Examinamos, aqui, as relações sociais delineadas anteriormente. Concluímos que, no cotidiano da aplicação das leis trabalhistas, não são apenas os princípios racionais-legais, específicos da instituição jurídica, que estão em jogo. Também princípios classificados como subjacentes à ordem doméstica e tradicional orientam a ação dos atores. É por meio da tensão constante entre os diferentes princípios, entre atores com diferentes interesses, pertencentes a diversos “mundos sociais” que a Lei e a Justiça ganham sentido social.

Monte-Mór, Patrícia

Hoje é o Dia do Santo Reis — Um Estudo de Cultura Popular no Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, pp. Orientador: Gilberto Cardoso Alves Velho.

Por meio do estudo de Grupos de Folias de Reis, investiga formas de sociabilidade e padrões de interação em camadas populares urbanas de nossa sociedade. O trabalho de campo realizou-se basicamente no morro da Mangueira, em uma região denominada Candelária, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Populares nas áreas rurais, os Grupos de Folias de Reis se reorganizam na cidade do Rio de Janeiro, no período entre o Natal e o dia de São Sebastião, padroeiro da cidade, tendo como liderança migrantes do Estado de Minas Gerais, que no caso da Mangueira, fazem parte de uma mesma família extensa. Procura desvendar o que significa fazer folia para operários biscateiros, migrantes, cariocas, mineiros, moradores do morro, católicos, umbandistas, sambistas.

Muniz, Jacqueline de Oliveira

Mulher com Mulher dá Jacaré: Uma Abordagem Antropológica da Homossexualidade Feminina. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 271 pp. Orientador: Otávio Velho.

Aborda a homossexualidade feminina a partir do modo como ela se põe na linguagem. Não se trata, entretanto, de uma descrição pormenorizada do universo homossexual feminino como um mundo fechado em si mesmo. Trata-se, antes, de uma exposição sobre os vários “nós”, embrincamentos e *gaps* que o discurso da homossexualidade feminina produz e sustenta no plano da significação. Aqui procurou-se, de várias maneiras, transformar o “objeto” em um “meio” para se discutir questões mais abrangentes, seja no que se refere à sexualidade, seja nos domínios da linguagem, seus problemas e limites.

Oliveira, Sonia Maria Gonzaga de

Montanhas de Pano: Fábrica e Vila Operária em Santo Aleixo. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 145 pp. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

Estudo de caso que resulta de uma pesquisa sobre as especificidades do processo de industrialização com imobilização da força de trabalho pela moradia, realizada em Santo Aleixo, distrito industrial do Município de Magé (RJ), entre os anos de 1979 e 1982. Esse processo que se configura no sistema de fábrica com vila operária se desagregou durante a pesquisa de campo, o que circunscreveu os objetivos da dissertação aos limites da análise da crise social que se instalou, por ocasião do fechamento da fábrica têxtil, junto aos operários e suas famílias. Assim sendo, analisa os mecanismos e processos sociais que descrevem a situação de crise; as estratégias de resistência ao desaparecimento da principal fonte de trabalho local; além dos projetos de reconstrução das condições de vida que visavam a preservação da identidade social do grupo. Identidade essa que era construída a partir de noções, modelos de conduta e representações sociais que os operários e suas famílias produziam, em face das reais condições de existência propiciadas pelo trabalho na fábrica e moradia nas casas da vila operária.

Peres, Sidnei Clemente

Arrendamento e Terras Indígenas. Análise de Alguns Modelos de Ação Indigenista no Nordeste (1910-1960). Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 269 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Buscou compreender os distintos mecanismos de controle de recursos fundiários em terras indígenas no Nordeste, durante o período 1910-1960. O quadro geral de referência para

entendê-los foi gerado a partir da noção de modelos de ação indigenista, enquanto construções analíticas elaboradas para explicar uma dada realidade, recortada a partir de um conjunto de problemas previamente colocados ou nascidos da observação empírica. Procura retratar a genealogia desses modelos a partir da análise dos processos de constituição de distintos campos de ação indigenista.

Pessoa, Maria Lúcia Medeiros de Noronha

A Criança, a Brincadeira e a Vida: Um Estudo Antropológico da Prática Lúdica de Meninas e Meninos Trabalhadores no Bairro São Joaquim, na Periferia de Teresina – PI. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1992. Orientadora: Ana Maria de Niemeyer.

Partindo da constatação do predomínio da lógica do trabalho e da folclorização nas análises sobre as brincadeiras na infância pobre, o trabalho aponta para a necessidade de estudar a prática lúdica como uma dimensão integrada a outras dimensões do universo da criança. Apresenta, primeiramente, o bairro, mostrando como se organizam as relações sociais e políticas dos grupos sociais. Enfatiza o papel político das mulheres no movimento social que resultou na criação da Associação e da Cooperativa dos Oheiros. Examina como, para os indivíduos e os grupos, coexistem diferentes noções de tempo, uma linear, conjugada com outra, circular, a qual é percebida de forma mais clara no cotidiano. Descreve o cotidiano das crianças, mostrando como ela organiza e divide tempo entre brincar, estudar e trabalhar. Examina, também, como as relações de compadrio têm significações lúdicas para a criança através da troca de presentes. Enfatiza a festa do batizado, não apenas como um momento na vida do indivíduo, mas, como um evento significativo pela combinação de vários elementos, suas relações mútuas e a maneira como diferentes padrões culturais estão relacionados. Examina como a categoria lúdica constitui-se e organiza-se frente a outras categorias como trabalho, a família e o estudo, a partir de uma concepção de espaço relacionada a determinadas atividades. Enfatizando o processo socialização lúdica da criança, bem como as fronteiras simbólicas no interior da vida social do bairro. Mostra como as diferenças de gênero menino/menina determinam os tipos de brincadeiras e os brinquedos utilizados, demonstrando a junção do simbólico e do prático. Defende, como conclusão, que privilegiar a brincadeira como tema de pesquisa sobre a infância pobre é uma possibilidade de resgatar o menino e menina pobres do nosso País enquanto indivíduos com capacidade de criar e transformar em contraste com a visão da criança discriminada e explorada.

Portela, Irene Cristina de M.H. de Medeiros

Dos Brasileiros, da Civilização e de África: Um Estudo Antropológico da Identidade Nacional Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 323 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Sugere que a identidade nacional pode ser encarada como uma identidade étnica e que a identidade étnica está fortemente relacionada com os dilemas da nacionalidade de origem. É feita uma apropriação da história de Portugal do século XIX, que mostra a pertinência da “modernidade” emblemática como “outro” do passado português. A literatura portuguesa da segunda metade do século XIX aborda temas e personagens eleitos símbolo do dilema de identidade então vivido por Portugal, particularmente os brasileiros, a civilização e a África. No século XIX português, o brasileiro é representado como oposto encompassado de um local e de uma hierarquia cuja perdurância está ameaçada. A civilização, Europa central, e, mais particularmente, Paris — em oposição aos países mediterrâneos —, poderá ser alijada através de um Ulisses português que reinstaure um passado que permaneceu perdido no

tempo. A possível continuidade de um Portugal além de fronteiras metropolitanas é África, hipótese que, contudo, não é projeção certa mas, antes, espelho dos dilemas nacionais vividos.

Rausch, Dalva

O Descompasso das Idéias: Vargas e a Burocracia de Estado. Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1991, 293 pp. Orientador: Octavio Ianni.

A tese é uma contribuição para o estudo das Idéias do Brasil, entre 1951-1954. Analisa, inicialmente, o governante e a burocracia de Estado, caracterizando o posicionamento ideológico e as diretivas que condicionaram os rumos da política econômica daquela gestão. Existe, dessa maneira, um privilegiamento do Estado como promotor de mudanças no pós-guerra. As duas tendências ideológicas mais importantes analisadas no transcorrer na pesquisa podem, sinteticamente, ser apontadas como nacionalistas. Dessa maneira, a emergência dos acontecimentos históricos, internos e externos, faz com que a realidade obtenha uma textualização que viabiliza ou não uma das duas alternativas propostas do desenvolvimento possível. Um segundo momento aborda o impacto que as medidas governamentais tiveram nos principais segmentos organizados do País. A burguesia comercial demonstra sua importância política, ainda que a nascente burguesia industrial assuma, gradualmente, a liderança na condução do desenvolvimento econômico.

Rocha, Célia Luisa Reily

Muitos São Chamados, Mas Poucos Escolhidos (Um Estudo da Vocação Sacerdotal). Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1991, 191 pp. Orientadora: Alba Zaluar.

Objetiva compreender quais são os elementos fundamentais que configuram a vocação sacerdotal e perceber como se constrói a identidade do vocacionado na relação por vezes conflitante e ambígua entre vários modelos de sacerdócio apresentados ora pela sociedade como um todo, ora pela instituição religiosa - no caso, a Igreja Católica. Trata-se de um estudo de caso de seminaristas (tanto diocesanos, quanto religiosos) da região de Ribeirão Preto (SP). Esses seminaristas têm como elemento unificador o fato de estarem cursando a Faculdade de Filosofia e de estarem se preparando para a ordenação sacerdotal. Porém, suas condições de moradia, de trabalho pastoral, de origem geográfica e de classe são muito diferentes. Os dados para a análise foram coletados na convivência com os seminaristas nas suas casas de formação, de entrevistas para o levantamento de histórias de vida, da participação em atividades institucionalizadas de promoção vocacional e treinamento de formadores, bem como de entrevistas com formadores, familiares dos seminaristas e seminaristas egressos. Conclui-se que a Igreja Católica no Brasil, hoje, tem dificuldades para motivar os jovens a responderem à vocação e se tornarem sacerdotes porque a identidade do padre na atualidade se encontra abalada. As recentes mudanças na sociedade e na própria Igreja colocaram em questionamento os valores máximos e diferenciadores do sacerdócio. A perda da hegemonia da Igreja sobre a sociedade, os valores da sociedade moderna, muitas vezes antagônicos aos valores religiosos, criam uma "crise de vocações" que a Igreja Católica procura solucionar, sem muito êxito.

Rocha, Luiz Augusto

Modernização e Diferenciação Social: O Caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 193 pp. Orientadora: Anita Brumer.

Analisa a intervenção estatal no processo de modernização da agricultura da região Centro-Oeste, mediante estudo de caso de um programa de assentamento, identificado como

uma concretização da prática política do Estado na ocupação desta região de fronteira. Foram utilizados dados primários coletados em entrevistas abertas, realizadas junto aos agentes sociais envolvidos direta e indiretamente no assentamento, assim como foram analisados documentos, jornais e revistas relativos ao assentamento em questão. Conclui-se que o modelo de desenvolvimento implantado no Brasil a partir dos anos 60 esteve vinculado à expansão da fronteira agrícola. Como os agentes sociais presentes inicialmente na região de fronteira não permitiam uma agricultura dinâmica e inserida no mercado, o Estado interviu de forma a reordenar os grupos sociais.

Segala, Lygia

O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982). Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1991, 530 pp. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

Pretende compreender as diferentes lógicas que instituem o trabalho comunitário na favela da Rocinha (RJ), entendido como um conjunto de representações e atitudes, articuladas em torno da crença em um projeto de reforma social, com caráter nivelador e igualitário. Analisa-se como este projeto, no período de 1977-1982, é formulado e implementado por agências externas da Igreja e do Estado, e como essas visões prescritivas são interiorizadas e reinventadas pela rede de moradores do local, por elas mobilizadas.

Seiblit, Zelia Milanez de Lossio

Os Arquitetos do Paraíso - Um Estudo de Conflito na Diocese de Campos, Rio de Janeiro. Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 493 pp. Orientador: Rubem César Fernandes.

Analisando o conflito religioso ocorrido na Diocese de Campos, RJ, na década de 80, procura compreender as repercussões do mesmo na cultura local. Articula três planos: do cotidiano, o diocesano e o da igreja universal, com vistas a construir uma interpretação contextualizada. Expressão característica do desenvolvimento histórico da instituição da Igreja, a crise na Diocese de Campos foi uma atualização da tensa relação entre catolicismo e modernidade, daí emergindo uma ideologia, o "tradicionalismo". Conclui ainda que a intensidade do conflito entre "tradicionalistas" e "progressistas" verificada em Varre-Sai, lugar da observação intensiva, foi fruto do caráter fundante do catolicismo naquela localidade.

Silva, Fabíola Andréa

Manifestações Artísticas Pré-Históricas. Um Estudo Descritivo-Classificatório e Interpretativo da Arte Rupestre de Serranópolis - Goiás. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 206 pp. Orientador: Pedro Ignácio Schmitz.

Trata-se de um estudo descritivo-classificatório e interpretativo das manifestações rupestres (gravuras e pinturas), encontradas nos sítios localizados na área arqueológica de Serranópolis. A partir deste estudo sugerimos a existência de uma lógica estrutural de elaboração destas manifestações, sendo esta determinada pelo código cultural daqueles que as produziram. Além disso, propõe-se uma possível ligação das mesmas com tradições rupestres, principalmente do Brasil Central. Também procurou-se reforçar a discussão sobre a importância da contextualização dos vestígios arqueológicos como meio de tentar alcançar os sistemas socio-culturais daqueles que os produziram, no passado.

Silva, Hélio Raymundo Santos

Lapa de Travestis: A Construção da Identidade "Feminina". Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 169 pp. Orientador: Rubem César Fernandes.

Uma introdução ao estudo do travesti e do transvestivismo na sociedade brasileira, a partir de um trabalho de campo, centrado na observação participante, realizado durante o ano de 1991 no bairro da Lapa, centro da Cidade do Rio de Janeiro. Procura mostrar como se dá a construção da identidade "feminina" em um complexo jogo relacional do qual participam múltiplos atores sociais.

Silveira Junior, Nelson Eugenio da

Superfícies Alteradas: Uma Cartografia dos Grafites na Cidade de São Paulo. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1991. Orientadora: Regina Polo Muller.

Estudo etnográfico dos grafites em São Paulo. Respeitando o caráter nômade do fenômeno, o trabalho percorre as múltiplas configurações sógnicas dos grafites, evidenciando seus suportes privilegiados e sua estética. Pelo acompanhamento dos grafiteiros em ação, a pesquisa procura constituir um mapa do fenômeno que evidencia, além de sua distribuição física e geográfica, os exercícios concretos envolvidos na sua prática, revelando assim as redes de socialidade das quais participam seus agentes e as estratégias de ação, atuação e esquiva. O trabalho envolve a realização de um documentário em vídeo sobre os grafites, que explica o plano visual do fenômeno.

Soárez, Elena

Jogo do Bicho, um Totemismo Carioca. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 217 pp. Orientador: Roberto da Matta.

Análise do jogo do bicho do ponto de vista do percurso a que está sujeito o praticante. No processo de elaboração de "palpite" para o jogo julgamos encontrar uma lógica que aproximamos do totemismo, tal qual formulado por Claude Lévi-Strauss. E no ato da aposta aproximamos sua natureza das lógicas que presidem os ritos sacrificiais.

Souza, Marcia Teixeira de

Maurício de Lacerda: Trajetória Política de um Reformista na Crise dos Anos Vinte. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991, 186 pp. Orientadora: Élide Rugai Bastos.

Análise da carreira parlamentar de Maurício de Lacerda (1888-1959) que se inicia em 1912 e perdura até 1921 quando é afastado da Câmara Federal, bem como sua movimentação entre os diferentes segmentos dissidentes do pacto oligárquico na conjuntura que antecedeu a Revolução de 30. A introdução contém uma breve biografia, na qual se busca ressaltar alguns elementos que possam auxiliar a difícil tarefa de compor o impreciso perfil desse homem público. No capítulo I, recuperamos parte significativa de seus discursos parlamentares nos anos 1912 a 1920, com ênfase na sua luta por uma legislação trabalhista. No capítulo II discutimos as ambigüidades da ação e das reflexões de Lacerda, as quais definem um embate tanto em relação aos horizontes limitados da política oligárquica quanto ao difícil "ideologismo" dos anos 20. O capítulo III salienta o papel desempenhado por esse ator no processo de crise do pacto oligárquico, principalmente suas ligações com os tenentes e comunistas.

Sprandel, Marcia Anita

Brasiguaios: Conflito e Identidade em Fronteiras Internacionais. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 517 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira.

Analisa o surgimento de atividades e identidades nacionais a partir de mobilizações políticas e de conflitos de terra envolvendo pequenos produtores rurais que transitam por regiões de fronteira político-administrativa internacional. Foi realizado trabalho de campo em áreas de conflito, entre os chamados *brasiguaios* (brasileiros residentes no Paraguai). Por meio de uma mesma identidade — *brasiguaios* — são representadas realidades políticas e sociais diferenciadas. Categoria que transita de discursos progressistas a conservadores, é, no entanto, uma identidade política que surge em situação de tensão social, acionando rituais e símbolos. Possui uma unidade resultante do confronto entre perspectivas antagônicas, da manipulação de interesses e ambigüidades concernentes a grupos familiares que acionam estratégias diferenciadas circunstanciadas a realidades diversas, manipulando, muitas vezes, princípios de nacionalidade.

Souza, Marcela Stocker Coelho de

Faces da Afinidade: Um Estudo do Parentesco na Etnografia Xinguana. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 172 pp. Orientador: Eduardo Viveiros de Castro.

Consiste em um estudo bibliográfico do parentesco e casamento entre os grupos do Alto Xingu, que procura estabelecer o estado presente do problema e a eventual utilidade de uma pesquisa sobre o tema na área. Após sintetização e organização dos dados contidos na etnografia, procedeu-se a uma avaliação das interpretações e modelos mobilizados para explicá-los. Tal exercício revelou a determinação complexa da afinidade nesses sistemas, que apesar de próximos às figuras clássicas da troca restrita, apresentam “irregularidades” de difícil redução. Todavia, o confronto do material com desenvolvimentos recentes na teoria do parentesco e etnologia americanista — em particular, no que toca ao “dravidiano amazônico” — permite resgatar a centralidade da *aliança* no funcionamento desses sistemas, sugerindo, assim, parâmetros para uma reconsideração do parentesco xinguano que se fundasse sobre novo esforço de pesquisa na área.

Toral, André Amaral de

Cosmologia e Sociedade Karajá. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 287 pp. Orientador: Eduardo Viveiros de Castro.

Os objetivos do trabalho são dois: (1) preencher a lacuna que existe quanto à caracterização etnográfica; e (2) contribuir para a elaboração de um modelo social explanatório para os povos de língua Karajá (Macro-Jê): Javaé, Karajá e Karajá do Norte. Na primeira parte são utilizados dados de sua história e contato com outros grupos indígenas e com a sociedade regional. Na segunda parte são utilizados dados de sua organização social, expressa por princípios diádicos que hierarquizam a sociedade Karajá: “os mortos” X os da aldeia, homens X mulheres, grupos de praça “do alto” X grupos de praça “de baixo”. Na terceira parte são apresentados os personagens de sua cosmologia e as modalidades de interação com a comunidade. O destino individual e do grupo como expressões da articulação dos princípios “alto”/“baixo”, futuro/passado e homens/mulheres.

Vargas, Eduardo Viana

Gabriel Tarde e a Microsociologia. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 308 pp. Orientador: Rubem César Fernandes.

Esta dissertação é uma análise bibliográfica da vida e do discurso microsociológico de Gabriel Tarde (1843-1904). Tendo conhecido uma grande notoriedade em vida, e tendo travado uma longa e dura polêmica com Durkheim em torno do estatuto da Sociologia, a obra de Tarde, dedicada à análise dos fenômenos infinitesimais, caiu em profundo ostracismo após sua morte. Tendo em vista esse problema da notoriedade-ostracismo da obra de Tarde, a análise de seu discurso é precedida de uma investigação crítica do processo de emergência das Ciências Sociais na França do final do século XIX.

Victor, Rogerio Santos

Carisma e Rotina na Sucessão de uma Liderança Religiosa: A Participação dos Índios Cocama na Renovação da Irmandade da Santa Cruz. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1992, 176 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Análise do período posterior à morte do messias fundador da Irmandade da Santa Cruz (1982), a partir do referencial específico dos fiéis do grupo indígena Cocama, principais responsáveis pela inauguração de uma nova seita (1989), após o aparecimento de um novo Messias na região. Tenta entender esse processo de renovação do movimento messiânico, principalmente do ponto de vista da dinâmica da disputa de poder interno. Discute os problemas decorrentes da sucessão da liderança religiosa carismática, a partir do referencial weberiano. Busca ainda entender as motivações da participação do Cocama na "cruzada", como forma de superarem sua condição de marginalização social e recomporem uma identidade social distintiva. O líder religioso Cocama também estabelece critérios de relacionamento, necessários para manter sua comunidade coesa.

IV Encontro de Editores Científicos: Documento Final

Associação Brasileira de Editores Científicos — ABEC

No período de 26 a 29 de novembro de 1992, realizou-se em Caxambu (Estado de Minas Gerais) o IV Encontro de Editores Científicos, da **Associação Brasileira de Editores Científicos — ABEC**, sob o patrocínio do CNPq e da FINEP.

O programa deste encontro foi direcionado para aspectos atuais, muito bem conduzidos e exaustivamente debatidos em 7 (sete) mesas-redondas, compostas dos temas abaixo descritos:

Mesa-redonda n.º 1: Papel das Revistas Científicas

Apresentadores:

Eduardo Moacyr Krieger, Wilson Chagas de Araújo e Luiz Bevilacqua

Inicialmente foi feita pelo Prof. Dr. Eduardo Moacyr Krieger uma Análise do Sistema de Ciência e Tecnologia, mostrando os gastos dos países centrais e do Brasil com C&T, e comparando alguns itens como população e número de cientistas com o produto interno bruto. Alguns pontos foram ressaltados: a) nos países centrais os gastos com desenvolvimento são elevados, enquanto no Brasil o percentual aplicado é bem modesto; b) é preciso aumentar os recursos aplicados em desenvolvimento com a finalidade de alimentar a pesquisa básica realizada nas Universidades; c) no Brasil o número de pesquisadores é de cerca de 1:4.000 pessoas (nos países centrais é de 1:400) e o número de publicações é ainda menor; d) as agências CNPq/CAPES investem maior volume de recursos em bolsas, comparado ao montante aplicado em auxílios a projetos. Conclamou as Sociedades Científicas a exercerem influência para estimular mudanças nesse contexto, assumindo posições definidas e marcantes com vistas a subsidiar setores dos governos federal e estadual para aplicação de maior volume de recursos em C&T.

Alguns tópicos sobre a publicação *Brazilian Journal of Medical and Biological Research* editado desde 1981 sob a responsabilidade de uma Federação de Sociedades Científicas foram comentados. Entre eles foi observado que os trabalhos publicados nesta revista científica são predominantemente de grupos de pesquisa de São Paulo (56,2%), seguindo-se os do Rio de Janeiro (13,9%), Rio Grande do Sul (5,6%), Minas Gerais (5,5%) e Pernambuco (2,6%). De certo modo estas percentagens retratam a distribuição e concentração dos grupos de pesquisa no país, exigindo das agências de financiamento duas ações principais:

a) participação no financiamento das condições de pesquisa dos grupos localizados no Estado de São Paulo e

b) desenvolvimento de ações para estimular as atividades de pesquisas de grupos emergentes com potencial científico, nos demais Estados.

A FINEP, representada por seu Diretor Científico, Dr. Wilson Chagas de Araújo, caracterizou a importância da reunião pela continuidade do programa de publicações em C&T que chega ao nono ano de atividades; chamou atenção para o 1.º desafio da diretoria da ABEC a ser eleita — realizar uma reunião específica em 1993, quando o programa completa seu pri-

meiro decênio. Ressaltou também a importância do programa no trinômio de suporte ao desenvolvimento Científico — *Apoio a projetos de pesquisa* — *Apoio às Sociedades Científicas* (como interlocutores junto aos organismos de Governo) e *Apoio à Informação*, onde as publicações científicas representam um seguimento.

Explicou, ainda, os esforços da FINEP para garantir o financiamento das revistas selecionadas pelo Comitê, com parcelas atualizadas para evitar a desvalorização da moeda; mostrou também a preocupação da FINEP com a infra-estrutura das revistas, em geral modesta, constituindo um obstáculo para alcançar o padrão de qualidade total das publicações. Caso seja concretizado o empréstimo externo para modernização da infra-estrutura de C&T do país, certamente essas deficiências serão corrigidas com aplicação de recursos no capítulo referente à informação.

Com a palavra Dr. Luiz Bevilacqua lembrou as dificuldades com recursos para C&T no exercício corrente, ressaltando que, além do orçamento reduzido, de seu contingenciamento parcial, existem ainda as dificuldades com os repasses do tesouro para o Ministério, caracterizadas como um *mecanismo perverso*.

Três tópicos foram abordados em seqüência, para os quais o Dr. Bevilacqua solicitou a participação da ABEC:

1) Ministério da C&T vai recorrer às Sociedades Científicas, reconhecendo-lhes o papel de legítimos interlocutores, para definir a política de C&T para o país;

2) Embora a revista *Ciência Hoje* desempenhe excelente papel na divulgação de resultados, o Ministério da C&T pretende fazer uma divulgação mais ampla e diversificada no sentido de sensibilizar a sociedade brasileira para o reconhecimento da importância da Ciência e Tecnologia;

3) Atualmente, a edição de Anais de Congressos tem custo proibitivo, sendo necessário encontrar mecanismos alternativos para divulgação dos recursos sem onerar o orçamento dos eventos.

No momento dos debates foi mostrado o interesse pelos participantes de que a ABEC realize seus encontros a cada 2 anos, independentemente da reunião de 1993 para celebrar os 10 anos do programa. Sugerem ainda estudos para fusão de revistas de uma mesma área, o que resultará, conseqüentemente, no aumento da massa crítica (n.º de trabalhos publicados/ano/revista) podendo levar à melhoria do padrão de qualidade das Revistas Científicas Nacionais e, conseqüentemente, à facilitação de obtenção de auxílio financeiro pelas agências.

Mesa-redonda n.º 2: Critérios de Publicação Científica

Apresentadores:

Luiz Bevilacqua, Cesar Ricardo S. Bolaño e Charles Freitas Pessanha

A crescente interdisciplinariedade que afeta todas as áreas vem exigindo maior atenção dos editores na seleção dos revisores, havendo necessidade de se recorrer a especialistas de diferentes áreas de conhecimento. Foi ressaltada a importância de se encomendar trabalhos em áreas de interface ou emergentes, para definir o padrão das contribuições.

Foram relatadas dificuldades na qualidade da avaliação dos trabalhos. As críticas dos revisores são freqüentemente pouco objetivas e incompletas sem deixar claras as razões da recusa dos trabalhos e sem apontar as principais contribuições dos trabalhos aceitos. A orientação dada aos revisores para julgarem os trabalhos, influencia fortemente o trabalho de revisão, tornando-se, portanto, um instrumento importante para balizar a qualidade requerida para a aceitação. Sugeriu-se que deva ser evitada a tomada de decisão final, com base na avaliação de apenas um revisor. O editor é o principal responsável pela manutenção da qualidade científica da revista e pela organização da documentação e do registro dos julgamentos dos trabalhos submetidos.

O Dr. Charles Freitas Pessanha apresentou a primeira versão do *Código de Ética* a ser adotado pela ABEC, alinhando os direitos e deveres dos autores, revisores e editores.

Resumindo:

1. Os autores devem cuidar de apresentar trabalhos detalhados que permitam a reprodução por outros cientistas; devem reconhecer e dar crédito a trabalhos anteriores, referir outros autores, manter disponíveis os dados que sustentam a publicação;

2. Os revisores devem apresentar uma avaliação precisa e clara; desqualificar-se quando for o caso;

3. Os editores devem garantir a integridade científica da revista, assegurando a confiabilidade e imparcialidade do processo de avaliação e usando judiciosamente o seu poder de aceitação final (o documento completo se encontra à disposição na ABEC).

O Dr. Lewis Joel Greene apresentou seis pontos que orientam a seleção dos trabalhos quanto à relevância, originalidade e valor científico de uma revista:

1. O objetivo da pesquisa (questão) é original e válido cientificamente?

2. Os métodos utilizados e o delineamento experimental são apropriados para responder às questões propostas?

3. Os dados experimentais possuem qualidade suficiente para serem interpretados dentro do contexto dos objetivos?

4. Os resultados justificam as conclusões indicadas pelos autores?

5. Os resultados e as conclusões são relevantes para questões importantes estudadas por outros investigadores da área?

6. Prioridade para publicação: competição por espaço na revista com outros manuscritos que também satisfazem os itens 1 a 5.

Várias revistas brasileiras têm, atualmente, penetração internacional. Os fatores que determinam a circulação internacional são: a) adoção da língua inglesa, como oficial para publicação; b) rigor na seleção dos trabalhos; c) qualificação do Conselho Editorial.

Foi observado, ainda, que os trabalhos submetidos por autores estrangeiros devem estar submetidos ao mesmo padrão de seleção daqueles aplicados aos autores nacionais. Frequentemente as Universidades valorizam mais os trabalhos publicados em revistas estrangeiras do que em revistas brasileiras. Esta prática canaliza os melhores trabalhos para o exterior.

Um problema não resolvido, referente às áreas de Ciências Aplicadas, e que merece ser estudado ao nível de CNPq, FINEP e Fundações de Apoio à Pesquisa dos diferentes Estados, é a falta de penetração das publicações nos segmentos industriais, agro-pecuários e de serviços. Uma solução possível é abrir espaço para comunicações relatando estudo de casos técnicos industriais ou aplicações de técnicas conhecidas a processos e projetos industriais.

Por fim, foi ressaltada a falta da avaliação do trabalho de editoração na análise dos currículos dos docentes e pesquisadores.

Mesa-redonda n.º 3: Revistas Científicas no Terceiro Mundo

Apresentadores:

Jürgen Döbereiner, Eloi de Souza Garcia, Palmira V. Moriconi, Eloísa Príncipe e Rosaly Fávère Krzyzanowski

Inicialmente o relator Dr. Jürgen Döbereiner teceu comentários sobre os itens:

1 — *Ciência internacional vs ciência nacional. A mesma posição para toda revista?*

Ciência internacional e ciência nacional diferem somente no enfoque de assuntos de interesse regional. As revistas nacionais trazem, em grande parte, artigos e trabalhos sobre pesquisas realizadas para contribuir à solução de problemas que interessam ao país.

2 — *Revistas editadas pelas sociedades científicas e instituições científicas. Devem ser diferentes e utilizar critérios diferentes?*

As revistas editadas pelas sociedades científicas e instituições científicas devem utilizar os mesmos critérios para sua edição.

3 — *Seleção da língua de publicação. Conseqüências em termos da população de leitores.*

A língua escolhida para a publicação dos artigos fica à critério de cada revista. No entanto, verifica-se o uso predominante do português, mas a língua inglesa facilita a comunicação científica em nível internacional e está sendo cada vez mais empregada. Os artigos escritos em português devem trazer um *abstract* (em inglês).

A seguir Dr. Eloi de Souza Garcia explicou sobre o tema, dando como exemplo a *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, que publica seu artigo preferencialmente na língua inglesa, sendo 30% da Instituição e o restante de autores estrangeiros ao Instituto, dos quais 25% são de autores de outros países da América Latina. Esta orientação resultou em aumento do número de artigos submetidos para publicação.

Menciona a edição também de suplementos com trabalhos ou resumos (abstracts), apresentados em Congressos e Simpósios sobre Doenças Tropicais.

As apresentadoras Palmira V. Moriconi, Eloísa Príncipe e Rosaly Fávero Krzyzanowski informaram sobre resultados de seus estudos de avaliação de revistas científicas brasileiras. O perfil de algumas revistas deixa a desejar em vários pontos da arte de editoração e do mérito do seu conteúdo. Propõe-se que a ABEC promova estudos semelhantes, cujos resultados orientarão o aprimoramento da ação das partes envolvidas na edição de revistas científicas. Ficou evidente que a maior concentração das revistas científicas está em São Paulo, seguida da área do Rio de Janeiro. Esses estudos estão disponíveis na FINEP, IBICT e FAPESP, respectivamente.

Enfatizou-se nos debates a necessidade da profissionalização dos Editores Científicos ou o esforço conjugado destes, com Técnicos da área de Editoração ou Documentação Científica.

Mesa-redonda n.º 4: Serviços de Informação e Avaliação de Publicação Científica

Apresentadores:

Antonio A. Briquet de Lemos e Lewis Joel Greene

O tema desta mesa-redonda referiu-se aos serviços de indexação e resumos e à avaliação de periódicos científicos.

Coube ao Dr. Antonio Agenor Briquet de Lemos (relator) e a Lewis Joel Greene atuar como apresentadores. O Dr. Greene relatou trabalho encaminhado pelo Dr. Eugene Garfield, que não pôde comparecer ao encontro.

Depreenderam-se das apresentações e debates realizados os seguintes pontos importantes:

1) por mais ampla que seja a cobertura de periódicos brasileiros por parte de serviços de indexação e resumos estrangeiros ou internacionais, isso não exclui a necessidade de serviços semelhantes realizados no próprio país, visando à cobertura, tão ampla quanto possível, da literatura científica nacional;

2) a interrupção, pelo IBICT, da publicação dos *Sumários Correntes Brasileiros*, que correspondia à concretização de uma aspiração já formulada pela ABEC, constitui uma frustração para a comunidade científica, devendo ser reencetada a edição dos mesmos;

3) a avaliação de periódicos nacionais, com base na sua inclusão ou exclusão de serviços de indexação estrangeiros, deve ser encarada com cautela, uma vez que há outros fatores, de caráter local e de cunho social, que não devem ser menosprezados;

4) é motivo de preocupação a tendência a se generalizar prioridade concedida à difusão no mercado internacional, em detrimento da formação e consolidação de um mercado nacio-

nal de consumidores de informação científica em língua portuguesa, isso, evidentemente, não exclui a necessidade de, em carácter excepcional e em áreas definidas, existirem publicações nacionais que também contemplem a divulgação de resultados de pesquisas em idioma de compreensão internacional;

5) externou-se a preocupação com alguns aspectos negativos da informatização, como, por exemplo, a atomização dos conhecimentos provocados pela dependência dos serviços de resumos, e a hipótese aventada de vir a desaparecer a possibilidade de consulta manual a textos completos;

6) enfatizou-se a necessidade de o editor de revistas científicas ser, antes de tudo, um especialista (pesquisador ativo nas respectivas áreas do conhecimento).

7) lembrou-se a necessidade das agências de financiamento governamentais também atentarem para o estabelecimento e manutenção de serviços de registro e disseminação da literatura científica nacional.

Mesa-redonda n.º 5: *Editoração, Produção e Distribuição das Revistas Científicas e Textos Didáticos*

Apresentadores:

José Galizia Tundisi, Lewis Joel Greene, Antonio Carlos Moniz, Manoel C. Pinto Neto, Eduardo Guimarães, Adalgisa Pereira da Silva e Francisco de Castro Azevedo.

Foram discutidos, nesta mesa, fluxograma das etapas de avaliação e produção de revistas científicas, editoração, treinamento de editores científicos e técnicos, distribuição das revistas científicas e livros-texto didáticos e produção gráfica, tais como tecnologia disponíveis, publicações, "desktop".

As principais conclusões decorrentes das exposições e dos debates foram as seguintes:

1) Deve-se destacar o papel do Editor Científico da revista, o qual sem dúvida tem experiência anterior reconhecida em publicações, como pesquisador e "referee"; não é possível "treinar" formalmente novos editores científicos, a não ser através de constante trabalho editorial junto aos pares de maior experiência e que trabalham na mesma atividade. Incorporação paulatina de pesquisadores no corpo editorial é importante e desejável.

2) O papel dos editores administrativos é fundamental para a profissionalização das revistas científicas e, nestes casos, o treinamento formal e a participação em reuniões periódicas são importantes e devem ser incentivados. A FINEP/CNPq pode proporcionar este treinamento através de seus programas já existentes e a ABEC fará gestões junto ao CNPq e FINEP para proporcionar este treinamento. O programa PROFAP da FINEP pode apoiar este projeto.

3) A manutenção da periodicidade é outro problema fundamental dada a possibilidade da perda da indexação. Esta periodicidade não depende só dos custos e fluxos financeiros (apoio de instituições financeiras) mas do grau de profissionalização das revistas. Há uma grande heterogeneidade de organizações, algumas com fluxograma editorial completo e outras (a maioria) funcionando ainda em base artesanal. Esforços no sentido de ampliar a infraestrutura e acelerar o fluxograma são necessários, além do continuado apoio do CNPq e da FINEP para publicação.

4) Não há dúvida sobre a necessidade e a importância da melhoria e profissionalismo das publicações científicas e da sua produção gráfica, a fim de manter o fluxo mais rápido, agilizar a publicação com tecnologias modernas e manter a sua regularidade. Deve-se, também, dar atenção a todo processo, desde o início do julgamento do trabalho até a publicação, incluindo-se aí o problema gráfico (papel, tipo e tamanho da publicação), a fim de que se possa otimizar custos.

5) Deve-se dar atenção à normatização das revistas, vis a vis com as normas internacionais (mantidas as peculiaridades dos diversos campos) e normas da ABNT; instruções para os

autores devem ser periodicamente revistas, atualizadas e confrontadas, a fim de manter e melhorar padrões e características específicas das revistas. Projetos gráficos devem considerar aspectos econômicos e ergonômicos.

6) As Universidades devem responsabilizar-se pelas publicações executadas em suas editoras.

7) As permutas de revistas científicas podem ser mecanismo eficiente de enriquecimento do acervo pelas instituições e sociedades científicas.

8) Além da manutenção da periodicidade deste encontro de editores, foram sugeridas reuniões regionais de editores científicos para intercâmbio da experiência e "workshops" técnicos.

9) Deve haver um acompanhamento mais efetivo das tecnologias emergentes, no campo da produção gráfica e produção de textos, a fim de otimizar custos e normatizar atividades editoriais. Há falta de manuais de estilo.

Mesa-redonda n.º 6: Custos das Revistas e Apoio Financeiro do Governo

Apresentadores:

Jorge A. Guimarães, Eduardo Moacyr Krieger, Elliot Watanabe Kitajima, Clóvis Ferreira, Teomar Andrade Gomes, Heitor Franco de Andrade, Wilson Chagas de Araújo e Flávio Fava de Moraes

Foram discutidas as necessidades e dificuldades de apoio das agências financiadoras às revistas científicas já consagradas e nas áreas deficitárias de informação. O Programa de Apoio às Revistas pelo CNPq e FAPESP foi apresentado, tendo sido enfatizado pelo Dr. Jorge A. Guimarães o apoio ao treinamento de editores científicos e técnicos e as deficiências financeiras do governo para manutenção deste programa desde 1989.

Dr. Clóvis Ferreira, da FINEP, informou sobre o programa de apoio da FINEP; há 600 pedidos de auxílio às revistas científicas entre 1983-92. A partir de 1990 o programa de apoio às revistas científicas apresenta um calendário único FINEP/CNPq, com 102 revistas apoiadas a partir dessa data, com exigência de retorno rápido e de qualidade.

Dr. Elliot Watanabe Kitajima apresentou algumas estratégias para redução de custos das revistas, entre elas o uso das novas tecnologias e de "pool". Anúncios devem ser usados desde que apresentem características técnicas da área da publicação.

Dr. Flávio Fava de Moraes informou sobre o apoio a trabalhos de pesquisa com auxílio da FAPESP. A Fundação paga, de imediato, resultados de pesquisas subsidiadas por ela, a serem publicadas em revistas nacionais e estrangeiras, neste último caso quando o autor contou com bolsa para pesquisa no exterior.

Dr. Eduardo M. Krieger sugere que a FINEP e o CNPq façam estudo de avaliação de revistas científicas, tal como foi feito pela FAPESP, para a definição de um núcleo básico de revistas que mereçam a prioridade do apoio financeiro dessas agências.

Mesa-redonda n.º 7: A Publicação Científica no Brasil

Coordenador:

Eduardo Moacyr Krieger

Nesse momento foram lembrados e debatidos em discussão geral, os itens destacados nas mesas-redondas anteriores, depreendendo-se as seguintes **Recomendações Finais**:

1) Às Agências Financiadoras

1.1. encontrar *mecanismos ágeis de concessão e liberação de recursos* para suporte das publicações selecionadas pelos Comitês Editoriais das Agências, evitando as dificuldades geradas pela inflação;

1.2. procurar *mecanismos de suporte e modernização da infra-estrutura das revistas*, visando garantir a qualidade total do produto;

1.3. apoiar a *criação de serviços de indexação da literatura científica* em nível nacional;

2. À ABEC

2.1. colocar-se à disposição do Ministério da Ciência e Tecnologia para *participar da discussão de questões referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico do país*, particularmente no setor das publicações;

2.2. proporcionar, com o apoio da FINEP e CNPq, *treinamento para profissionalização dos editores científicos* (parte científica) e os demais membros da equipe indispensáveis à editoração (parte técnica);

2.3. solicitar às Universidades e às Agências Financiadoras a valorização dos trabalhos publicados em revistas nacionais de gabarito internacional, para efeito de avaliação da Produção Científica. Recomenda-se que se caracterize a publicação como: *publicação de difusão nacional ou internacional*;

2.4. proceder estudos para a constituição de *núcleo básico prioritário de revistas correntes* nacionais, que mereçam o apoio constante das agências financiadoras;

3. Aos Editores Científicos

3.1. que decidam a aprovação de trabalhos científicos sempre com base em pareceres escritos emitidos pelo menos por 2 revisores;

3.2. que, considerando o estágio atual da ciência nacional, dêem o suporte necessário para recuperar a parte de apresentação (forma) dos trabalhos que tenham qualidade científica mínima;

3.3. nas áreas com grande interdisciplinariedade ou que incorporou conhecimentos novos, recomenda-se incentivar trabalhos que definam o novo padrão de contribuição;

3.4. que a orientação para a revisão de trabalhos científicos seja clara e objetiva. Os revisores devem apresentar as razões de recusa, aceitação ou recomendação de alterações;

3.5. que as revistas de ciências aplicadas estudem alternativas para ter maior penetração no setor produtivo;

3.6. reconhecer que a arte de editoração requer conhecimento diferente do conhecimento científico indispensável para o julgamento dos trabalhos (mérito) e que outros profissionais especializados devem trabalhar associadamente ao Editor Científico;

3.7. dar maior atenção à normatização, periodicidade e às novas tecnologias de produção gráfica, para a melhoria do padrão de qualidade e indexação das revistas científicas;

3.8. organizar *reuniões regionais* para intercâmbio de experiências.

(Recebido para publicação
em setembro de 1993)

Correspondência para:
Charles Pessanha
Presidente da ABEC
Rua Lauro Müller, 455
Botafogo
Rio de Janeiro
CEP: 22290-160
FAX: (021) 295-8499

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil".

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Valladares* e *Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Bra-

leiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Ur-

banização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giraldia Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia” e *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes” e *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha”, e *Berta G. Ribeiro*, “Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil: ”Um Ba-

lanço” e *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil, Hoje”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: o Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais” e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, “Corporativismo e Neocorporativismo: o Exame de Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate” e *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 – 1990”; *Guia Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: “Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth.”

B I B
BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

RIO DE JANEIRO

Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.
Rua Barata Ribeiro, 17 --sl/202
Fone: (021) 542-0248 Fax: (021) 275-0294
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

Livraria Dazibao Botafogo Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 367
Tel.: (021) 286-5756/226-3217
Rio de Janeiro – RJ

Editora e Distribuidora Irradiação Cultural
R. Visconde de Santa Isabel, 46 – fundos
Fone: (021) 577-3522 – Fax: (021) 577-1249
20560-120 – Rio de Janeiro – RJ

Unilivros Cultural Ltda.
Rua das Laranjeiras, 55/B
Tel.: (021) 205-2462 – Fax: (021) 521-2648
Rio de Janeiro – RJ

SÃO PAULO

Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.
R. Conselheiro Ramalho, 701 – Lj. 22
Fone: (011) 284-8155 – Fax: (011) 285-0305
01325-001 – São Paulo – SP

Fabio Mantegari – Primeira Linha Distrib.
Rua Augusta, 2676/ap. 54
Tel.: (011) 852-11275
São Paulo – SP

MINAS GERAIS

Distribuidora KLS Ltda.
R. Caetés, 1056/1.º andar
Fone: (031) 201-9221 – Fax: (031) 201-6659
30120-070 – Belo Horizonte – MG

ESPÍRITO SANTO

Representação Paulista Ltda.
R. Nestor Gomes, 265
Fone: (027) 227-5933 Fax: (027) 222-5205
29015-150 – Vitória – ES

BAHIA

Distribuidora de Livros Salvador Ltda.
Rua Rui Barbosa, 43 – Ed. Adelmo Prado
Tel.: (071) 243-3655 – Fax: (071) 321-0285
Salvador – BA

PARANÁ

Livraria do Chaim Editora
R. General Carneiro, 441
Fone: (041) 264-3484 – Fax: (041) 263-1693
80060-150 – Curitiba – PR

RIO GRANDE DO SUL

Rogil Comércio e Repres. Ltda.
Rua Miguel Tostes, 804
Tel.: (051) 335-1069 – Fax: (051) 335-1069
90020 – Porto Alegre – RS.

DISTRITO FEDERAL

Letra e Arte Comércio e Representação
Ltda.
SHIN Q 8 conj. 8 casa 15
Fone: (061) 577-3494 – Fax: (061) 577-4883
Brasília – DF

SANTA CATARINA

Livros Luis Lunardelli Ltda.
Rua General Bittencourt, 64
Tel.: (0482) 22-9425 – Fax: (0482) 22-5165
Florianópolis SC

PERNAMBUCO

Alternativa Distribuidora de Livros Ltda.
Av. Visc. de Jequitinhonha, 1118
Tel.: (081) 461-1122 – Fax: (081) 341-2845
Recife – PE

O **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais – ANPOCS
Editoria do **BIB**

Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP